PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

ACRE

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

BASES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

ACRE

2026

2026 - Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste manual, desde que citada a fonte e que não seja utilizado para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1. Edição - 2026 - 1.000 exemplares
Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR
Coordenação Geral de Gestão do Território - CGGT
Coordenador geral: Vitarque Lucas Paes Coêlho

Empresa contratada: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**
Coordenadores do Projeto: Henrique Barandier e Jessica Ojana

Ficha Catalográfica

Fronteiras da Amazônia: Arco Norte e Rondônia

Bases para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Acre/ Henrique Barandier (coord.), Jessica Ojana (coord), IBAM, MIDR – Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2026.

188 f. : il. col.
ISBN: 9786552785930

1. Faixa de Fronteira 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional 3. Programa Fronteira Integrada 4. Região Norte - Acre I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal II. Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional III. Barandier, Henrique IV. Ojana, Jessica V. Título.

CDU
502+352(811)

Ficha Catalográfica elaborada por
Amanda de Chiara dos Santos Neto – Bibliotecária – CRB: 07798

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário executivo
Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto
Edgar Batista de Azevedo Caetano

Chefe de Gabinete
Lucas Arantes Miotti

Coordenador-Geral de Gestão do Território
Vitarque Lucas Paes Coêlho

Equipe Técnica
Rodolfo Calmon de Castro - Economista / Coordenador de Projeto
Raquel Martins Rego – Analista Executiva
Rodrigo Martins dos Santos - Analista de Infraestrutura
Wallace Vitor Leão Feitosa - Consultor IICA
Larissa Andreza Costa Peniche - Consultora IICA
Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora IICA
Marcelo Burguez Pires - Consultor IICA
Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Consultor IICA
Alex Rosa Campani – Assessor Técnico
Victor Rodrigues Pereira - Assessor Técnico

Apoio Administrativo
Patrícia Sousa Silva Maria - Secretária Executiva
Gabryella Mateus de Oliveira Mascarenhas – Assessora Administrativa
Antonia Moreira Silva – Assessora Administrativa

Consultoria | Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral do IBAM
Claudia Ferraz

Supervisão Institucional
Paulo Timm
Alexandre Santos

Coordenação Geral e Coordenação Técnica
Henrique Barandier
Jessica Ojana

Coordenação de Geoprocessamento
Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Mobilização e Articulação
Louise Storni

Coordenação de Comunicação
Ewerton Antunes

Equipe técnica
Alberto Costa Lopes - Especialista Arquitetura e Urbanismo
Fernanda Ferreira - Especialista Geografia
Bernardo Mercante Marques - Especialista Ciências Sociais
Clarice Antoun - Especialista Economia
Paulo Timm - Especialista Administração Pública
Marcus Alonso Ribeiro Neves - Especialista Direito
Luciana Hamada - Especialista Gestão Climática e Infraestrutura
Rosimere de Souza - Especialista Migração e Segurança
Karin Segala - Especialista Desenvolvimento Social e Infraestrutura
Ricardo Moraes – Especialista Planejamento Urbano
Priscila Oquioni - Consultora Jurídica
Marcella Meireles - Consultora Jurídica
Alessandra Bizoni - Jornalista
Edjales Brito – Consultor local Rondônia
Maria Emília Coelho – Consultora local Acre
Luiz Castro – Consultor local Amazonas
Solange Aparecida - Consultora local Pará
Katia Vizzoni – Consultora local Roraima

Apoio
Flávia Lopes - Apoio Administrativo
Roberto Gonçalves - Programação Web
Pedro Predes – Estagiário de Comunicação
Jenifer Castro – Estagiária de Geografia
Juliana Kreitlon – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Mensagem do MIDR

É com grande satisfação que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) apresenta os resultados do Projeto Fronteiras da Amazônia. Esta iniciativa nasce do nosso profundo compromisso em construir as bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, além de fortalecer os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs).

Esse esforço só foi possível graças a uma valiosa rede de cooperação. Caminhamos lado a lado com importantes parceiros do Governo Federal – como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) –, além de contar com a dedicação fundamental dos Governos Estaduais e Municipais. O que vemos aqui é a prova de que o diálogo federativo é o melhor caminho para garantir a soberania nacional e promover o progresso social onde o Brasil mais precisa.

Guiados pela estratégia do Programa Fronteira Integrada (PFI), desenhamos agendas transversais que olham para o futuro. Nosso foco está em conciliar sustentabilidade, inovação, bioeconomia, economia circular e tecnologia da informação e comunicação. Para que o plano refletisse a realidade real de cada localidade, adotamos o conceito da sêxtupla hélice: ouvimos quem faz a região acontecer. Unimos governo, academia, setor produtivo, sociedade civil, investidores e as nossas comunidades tradicionais em oficinas colaborativas e plataformas digitais para construir, de forma transparente, uma verdadeira carteira de projetos.

Este conjunto de publicações não é apenas um diagnóstico; é um convite à ação. Ao consolidar as potencialidades e os desafios de cada estado, alinhados às Diretrizes das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Fronteiras, oferecemos uma base de informações rica e atual para subsidiar os planejamentos dos estados fronteiriços. Mais do que isso, este material se consolida como uma ponte diplomática para estreitarmos laços, parcerias e projetos de interesse comum com os nossos países vizinhos visando à integração e desenvolvimento das nossas fronteiras.

Dedicamos este caderno especial ao Estado do Acre, uma terra onde a identidade fronteiriça pulsa em cada um de seus municípios. Pela sua posição geográfica única e estratégica na integração sul-americana, dividindo fronteiras com o Peru e a Bolívia, o Acre sintetiza a complexidade e a beleza da nossa Amazônia. Aqui, os desafios de mobilidade e preservação ambiental transformam-se em oportunidades de cooperação e desenvolvimento. Nosso objetivo com este documento é um só: assegurar que as políticas públicas cheguem de forma coordenada e respeitem a singularidade do povo acreano.

Com compromisso, esperança e a certeza de que o futuro da Amazônia se constrói com união para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Waldez Góes
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Mensagem do IBAM

A publicação das bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) marca a conclusão de um processo de trabalho intenso, em torno de um tema tão complexo quanto essencial como é o do planejamento e gestão do território na extensa faixa de fronteira brasileira.

Participar de um projeto dessa envergadura, envolvendo seis estados da federação, com foco sobre uma região que engloba 97 municípios, onde vivem mais de 3 milhões de pessoas, foi, sem dúvida, desafiador e estimulante para o IBAM. Ao longo de cerca de um e ano meio de trabalho se buscou compreender as dinâmicas presentes na faixa de fronteira da Amazônia, reconhecendo diferenças locais, para se chegar à proposição de uma carteira de projetos para cada estado.

Sob a coordenação geral do MIDR, o projeto se desenvolveu na interlocução direta com os estados, municípios e atores sociais atuantes na faixa de fronteira. Para além conectar o trabalho com a realidade do território, o esforço de articulação empreendido buscou estimular os estados a pensarem a gestão da região fronteiriça como prioritária. Dessa forma, o próprio processo de trabalho se constituiu como contribuição para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Fronteira existentes e como incentivo para a formação onde ainda não existem, pois são fundamentais para a consolidação dos PDIFFs e acompanhamento de sua implementação.

Cabe destacar também o empenho das equipes envolvidas em buscar convergências entre diferentes políticas públicas que incidem nos territórios da fronteira na Amazônia, numa visão integrada de desafios e potencialidades. Espera-se que os PDIFFs possam se consolidar como referência comum na definição de prioridades de ação e de investimentos, para as diferentes esferas de governo, para o setor privado e para as organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, podem desempenhar importante papel na interlocução com países vizinhos, uma vez que pensar a faixa de fronteira exige também a construção dialogada sobre propostas para lidar com os desafios comuns.

Agradecemos a todas colaborações ao longo do processo de trabalho, nas visitas de campo, nas reuniões técnicas, nas oficinas territoriais, na plataforma online de consulta, que permitiram qualificar os resultados obtidos e sistematizados na publicação de cada estado.

Saudações,

Claudia Ferraz
Superintendente Geral do IBAM

Foto: Marcos Vicentti - Lago do Amaná

Lista de siglas

AAFIs	Agentes Agroflorestais Indígenas
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
ACT	Acordos de Cooperação Técnica
AdaptaBrasil	Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas
AM	Amazonas
AMAAIAC	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
AMAC	Associação dos Municípios do Acre
Amacro	Zona de Desenvolvimento Sustentável (Amazonas, Acre e Rondônia)
AMs	Áreas Militares
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP	Amapá
APA	Área de Proteção Ambiental
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
API	Arranjo Populacional Internacional
APL	Arranjos Produtivos Locais
APPs	Áreas de Preservação Permanente
APs	Áreas Privadas
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARL	Área de Reserva Legal
AssRs	Assentamentos Rurais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEN	Balanço Energético Nacional
CAL	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CIEA/AC	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Acre
CIGMA	Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente

CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNBio	Comissão Nacional de Bioeconomia
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPI-ACRE	Comissão Pró-Indígenas do Acre
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTD	Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal
DACREDEN	Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER/AC	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
ENaFron	Estratégia Nacional de Fronteiras
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ERB	Estações Rádio Base
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAEAC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEM	Fundação de Cultura Elias Mansour
FEPHAC	Federação do Povo Huni Kuin do Acre
FICO	Ferrovia de Integração do Centro-Oeste
FOB	Free on Board (FOB) ou "Livre a Bordo" (em português)
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEE	Gases de Efeito Estufa
Gefron	Grupo Especial de Operações em Fronteiras
GGIF	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras
GRD	Gestão de Riscos e Desastres
GSI PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTT	Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM	Indicador de Capacidade Municipal
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre
IEMA	Instituto de Energia e Meio Ambiente
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMC/AC	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRs	Imóveis Rurais
ISA	Instituto Socioambiental
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MAPPHA	Associação Manxinerune Ptohi Phunputuru Poktshi Hajene
MCID	Ministério das Cidades
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MHDC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MIDR	Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional
MDR	Ministério da Integração Regional
MIR	Ministério da Igualdade Racial
MLA	Programa Mais Luz para a Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas de Energia
MPF	Ministério Público Federal
MPI	Ministério dos Povos Indígenas

MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTur	Ministério do Turismo
MW	Megawatt
NEFs	Núcleos Estaduais de Fronteira
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia
NESAM	Núcleo de Estudos Socioambientais do Amazonas
NIFFAM	Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONR	Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
OPIAC	Organização dos Professores Indígenas do Acre
OPIRJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTs	Outras Terras
PA	Pará
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PaCTAS	Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PAS	Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados
PCDR	Programa de Capacidades para Integração do Desenvolvimento Regional
PDIFF	Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
PEEA	Política Estadual de Educação Ambiental
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PFI	Programa Fronteira Integrada
PGTAs	Planos de Gestão Territorial e Ambiental
PGTAs	Planos de Gestão Territorial e Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PLPT	Programa Luz para Todos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAP	Plano Nacional da Pesca Artesanal

PNDBio	Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNFron	Política Nacional de Fronteiras
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PRA	Programa de Regularização Ambiental
PrevFogo	Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RAD	Relatório Anual do Desmatamento no Brasil
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RENCA	Reserva Nacional do Cobre e Associados
RESEX	Reservas Extrativistas
RO	Rondônia
RR	Roraima
SAGAE	Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos
SANEACRE	Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre
SDR	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
SEAGRI/AC	Secretaria de Estado de Agricultura do Acre
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM/AC	Secretária de Estado de Comunicação do Acre
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEDECTI/AM	Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Amazonas
SEE/AC	Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
SEINFRA/AC	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana do Acre
SEJUSP/AP	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá
SEMA/AC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPA/AC	Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio do Acre
SEPLAN/AC	Secretaria de Estado de Planejamento do Acre

SEPOG/RO	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia
SETE/AC	Secretaria de Estado de Turismo e Empreendedorismo do Acre
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SIN	Sistema Interligado Nacional
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SISOL	Sistemas Isolados
SisVuClima	Sistema de Vulnerabilidade Climática
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STI	Sistema de Tráfego Internacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCU	Tribunal de Contas da União
TIs	Terras Indígenas
TQs	Territórios Quilombolas
UCs	Unidades de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
VA	Valor Adicionado
VIGIAGRO	Vigilância Agropecuária Internacional
WWF	World Wildlife Fund
ZFV	Zona Franca Verde
ZPE	Zona de Processamento de Exportação

Sumário

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 17

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 19

Política Nacional de Desenvolvimento Regional 21

Política Nacional de Fronteira 22

Governança da Faixa de Fronteira 25

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia 29

Caracterização Geral 31

Caracterização Sociodemográfica 42

Análise por eixos temáticos 49

Panorama Acre 57

Diagnóstico 59

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática 69

Infraestrutura para o Desenvolvimento 83

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social 93

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais 105

Integração Regional, Migrações e Segurança 117

Oficinas de Planejamento territorial 125

Diretrizes e Carteira de projetos 135

Subsídios do Ipea ao debate 167

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

Foto: parque_estadual_chandless_20_anos_foto_marcos_vicentti

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

A Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil foi estabelecida em 1979, pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e, em 1991, coube ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a competência de definir *"critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira"* (art. 1, parágrafo único).

Nas últimas décadas, a estratégia brasileira de segurança nacional aplicada à faixa de fronteira passou por uma mudança substantiva, abandonando gradualmente a lógica predominantemente militar e defensiva, para adotar uma abordagem integrada que reconhece o desenvolvimento social, econômico e ambiental como elementos centrais da própria segurança do Estado.

No marco do Estado Democrático de Direito, a fronteira passou a ser concebida não apenas como zona de contenção de ameaças externas, mas como território habitado, dinâmico e estratégico para a integração regional, no qual a presença efetiva do poder público, a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação transfronteiriça são instrumentos de fortalecimento da soberania.

Essa inflexão se expressa no arcabouço legal e nas políticas públicas contemporâneas, que articulam defesa, desenvolvimento e integração, ao estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos, proteção ambiental e arranjos econômicos locais, bem como a cooperação com países vizinhos, partindo do entendimento de que desigualdade, isolamento e fragilidade institucional representam riscos tão relevantes à segurança nacional quanto ameaças militares convencionais.

A partir dessa estratégia uma série de estudos, leis e decretos que tratam sobre as fronteiras foram instituídos. Em 2011, também se buscou alinhamento junto aos estados para elaboração de Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e instalação de Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), que resultaram na edição de alguns planos, a exemplo dos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul, e institucionalização de alguns núcleos, a exemplo do NIFFAM, no Estado do Amazonas e NEIFRO, em Rondônia[1].

15.719 km de extensão **11 estados**

588 municípios **11,7 milhões de habitantes**

ARCO NORTE

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

ARCO CENTRAL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARCO SUL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM) está sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Já o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO) foi criado pelo decreto n° 24.821, de 21 de fevereiro de 2020 e está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disciplinada pelo decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR, sob responsabilidade do MIDR, fundamenta-se na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

Macrorregional: Correspondente ao recorte geográfico das grandes regiões brasileiras, com prioridade para Amazônia Legal, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, com vistas a reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sub-regional: Correspondente ao recorte territorial em áreas prioritárias da PNDR, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais.

São objetivos da PNDR:

> *I - promover* ***a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País*** *e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;*
>
> *II - consolidar uma* ***rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País****, de forma a considerar as especificidades de cada região;*
>
> *III - estimular* ***ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional****, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*
>
> *IV - fomentar a* ***agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional****, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.*

Nesse sentido, a faixa de fronteira é considerada uma sub-região prioritária para a política regional, em função dos seus aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e integração regional.

Política Nacional de Fronteira

Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) por meio do Decreto 12.038/2024. A PNFron se destina a nortear as ações do Poder Executivo Federal, promovendo uma atuação articulada e coordenada entre os entes federativos e as instituições do setor privado, sendo organizada a partir de quatro eixos interdependentes: segurança nacional, integração regional, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, cidadania e proteção social nas regiões fronteiriças brasileiras.

PNFron

Eixo 1 – Segurança
Coordenado pelo Ministério da Defesa

Proteção das fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais e fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança

Eixo 2 – Integração Regional
Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

Atuação sistêmica, integrada e coordenada com os entes federativos, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável
Coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Foco nas suas dimensões social, econômica e ambiental, a partir da valorização das potencialidades econômicas e das diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais

Eixo 4 – Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social
Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a inclusão social e o acolhimento humanitário de migrantes, refugiados, apátridas e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover a proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Conforme art. 5º do decreto, são objetivos da PNFron:

> *I - assegurar a **presença do Estado nas fronteiras**, respeitadas as especificidades e necessidades de cada arco de fronteira;*
>
> *II - estimular a **aproximação entre o Poder Executivo federal, os Estados e os Municípios** nas fronteiras, e aproveitar as iniciativas locais, incluídos o **setor privado e a sociedade civil**;*
>
> *III - assegurar a **inter-relação e a complementariedade entre políticas nacionais e setoriais** afetas às fronteiras;*
>
> *IV - coordenar as **ações entre os eixos - segurança, integração regional, desenvolvimento sustentável, e direitos humanos, cidadania e proteção social**;*
>
> *V - contribuir para a **garantia da soberania nacional, da integridade territorial e da proteção do patrimônio nacional** nas fronteiras;*
>
> *VI - fortalecer e aprimorar as **estruturas de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais** nas fronteiras;*
>
> *VII - contribuir para o **desenvolvimento sustentável do território nacional nas fronteiras**, respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a **redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais**;*
>
> *VIII - contribuir com a **integração regional com os Estados limítrofes**;*
>
> *IX - fortalecer o **direito à saúde em sua integralidade** e as ações de preparação, vigilância e resposta às potenciais emergências em saúde pública nas fronteiras;*
>
> *X - promover os **direitos humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário** de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos; e*
>
> *XI - promover a **proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** nas fronteiras.*

A Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron) é o principal desdobramento da PNFron e busca identificar os objetivos e as ações estratégicas nos quatro eixos, identificando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das entidades envolvidos na implementação da política.

A seguir, apresenta-se o quadro normativo brasileiro relacionado às fronteiras:

Quadro 1 - Legislação relacionada à Faixa de Fronteira

Norma	Conteúdo
Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970	Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.
Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.
Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012	Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas.
Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016	Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018	Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.
Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019	Inclui o Município de Cáceres/MT no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019	Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021	Revoga o Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012 e Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM).
Portaria MDR nº 2.499, de 4 de outubro de 2021	Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021	Atualiza conceito e lista de "cidades-gêmeas" nacionais.
Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024	Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI).

Governança da Faixa de Fronteira

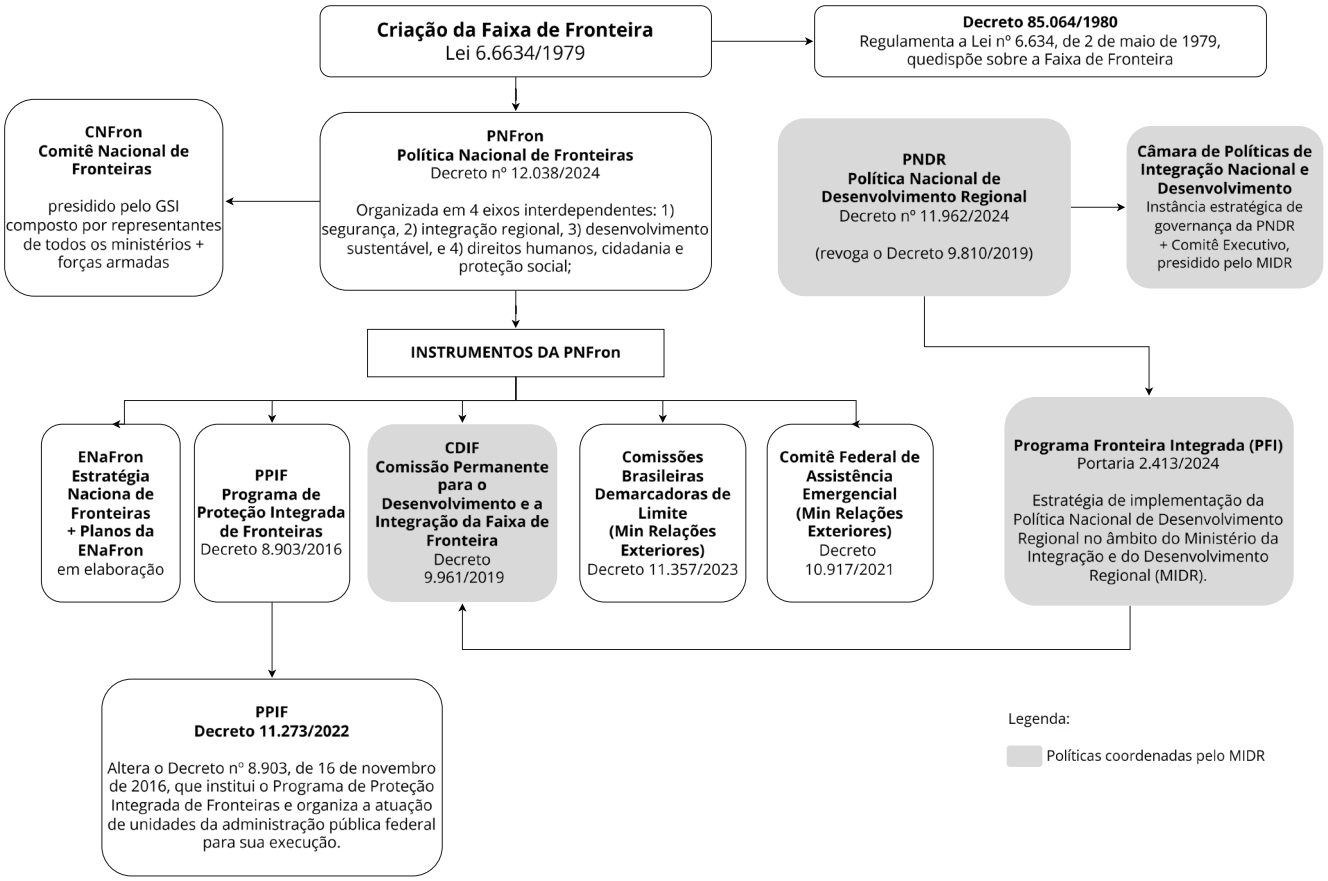
Juntamente com a PNFron, foi instituído como instância de governança o Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e composto por 28 ministérios, além dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Agência de Nacional de Vigilância Sanitária.

Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron), além de sugerir a elaboração de planos dela decorrentes, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

No que se refere à questão da segurança, destaca-se o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016, que tem o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repreensão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança deste programa foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto por 18 órgãos de oito ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN). No nível estadual, o PPIF definiu que a participação dos Estados deve se dar mediante instrumentos de cooperação entre os ministérios e os órgãos federais integrantes do Programa. Tal medida incluiu a criação dos respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), reconhecendo-se a necessidade e importância da coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal dos órgãos de segurança para a efetivação de um trabalho integrado.

Já no âmbito do MIDR, foi instituída em 2019 a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), dialogando com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre as competências dessa Comissão, destaca-se a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento regional que considerem a relevância de programas destinados à integração fronteiriça e à integração sul-americana, bem como a apresentação de planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. Assim, essa Comissão visa estabelecer interação dos núcleos estaduais constituídos com ministérios e órgãos estratégicos setoriais especificamente para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas fronteiras.

Figura 1 - Interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na sequência dos fatos, o MIDR lançou o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da PNDR e da PNFron.

O **PFI** é uma estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, além da geração de trabalho e renda.

O público-alvo do PFI são organizações de interesse público, empreendedores rurais e urbanos, associações e cooperativas de agricultores familiares e agroextrativistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para jovens e mulheres. O Programa estabelece que o MIDR deva atuar de forma coordenada com os Núcleos Estaduais de Fronteira visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, com os esforços em andamento para incentivar os Estados a instituírem seus Núcleos Estaduais de Fronteira pretende-se incluir os coordenadores dos NEFs como membros convidados permanentes da CDIF. Dessa forma, busca-se reforçar o papel institucional dos NEFs na governança da Faixa de Fronteira. Compreende-se que os NEFs são instâncias essenciais para promoção da integração entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil da Faixa de Fronteira ao proporcionar um diálogo ininterrupto com a CDIF para a garantia da promoção do desenvolvimento regional e urbano, tendo como referência os PDIFFs.

Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFFs

Os PDIFFs são os instrumentos de planejamento territorial voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e da integração das áreas fronteiriças brasileiras. Os PDIFFs devem ser institucionalizados pelos Estados, a partir de processos de elaboração baseados na cooperação entre as três esferas de governo e com a participação de atores locais, incluindo Setores Públicos; Instituições de Ciência e Tecnologia; Terceiro Setor; Lideranças Locais e Movimentos Sociais; Empresas e Investidores; e Instituições de Cooperação Internacional.

A Faixa de Fronteira é objeto de políticas e instrumentos de planejamento concebidos em diferentes escalas, que abordam tanto as questões mais estratégicas de integração sul-americana, como programas e projetos de desenvolvimento regional ou aquelas mais diretamente vinculadas aos territórios e aos atores locais. Por isso, é importante que os PDIFFs considerem e dialoguem com essas diferentes iniciativas, mas com o objetivo de englobar estratégias, princípios e diretrizes para a Faixa de Fronteira com base nas particularidades de cada Estado.

No âmbito do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, os PDIFFs também devem se consolidar como carteiras de projetos que possam indicar investimentos prioritários para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para a região, em especial nas áreas de bioeconomia, TICs, economia circular, turismo sustentável, inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além de se constituir como referência para a integração de ações na Faixa de Fronteira, os PDIFFs devem também ser utilizados como referência para interlocução com os países vizinhos em torno de questões de interesse comum nas fronteiras, em especial nas cidades-gêmeas.

CONSIDERE

O planejamento deve ser compreendido como processo, do qual o PDIFF é parte e resultado do momento em que foi elaborado, fundamentado em dados, diagnósticos e estudos disponíveis. Assim, vale reforçar, o PDIFF não se configura como um instrumento estanque ou definitivo, mas como base orientadora passível de aperfeiçoamento e atualizações à medida em que novas informações são produzidas e que as instâncias de governança avancem em seus processos de tomada de decisão.

Núcleos Estaduais de Fronteira - NEFs

Os NEFs são órgãos colegiados de assessoramento instituídos por decreto do Chefe do Executivo de cada Estado e visam garantir a continuidade administrativa para a agenda da PNFron e seus instrumentos de planejamento, em especial os PDIFFs, integrando a governança da Faixa de Fronteira.

Uma vez consolidado o PDIFF de um Estado, ao NEF cumpre o papel essencial de mobilizar esforços de articulação institucional para viabilizar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução e monitorar resultados. Considerando o processo de planejamento como algo contínuo, a atuação do NEF poderá orientar de modo mais consistente a definição de prioridades na implementação do PDIFF, considerando possibilidades de financiamento de ações e a própria dinâmica da Faixa de Fronteira.

Os NEFs também devem favorecer o diálogo contínuo com os municípios da Faixa de Fronteira, em especial com as cidades-gêmeas, e com os segmentos sociais presentes no território.

O acompanhamento da implementação dos PDIFFs, bem como sua atualização periódica, tende a fortalecer a governança e aderência às demandas reais da Faixa de Fronteira. Convergir pautas dos NEFs com as competências da CDIF representa um esforço de articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com o foco no desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira sob a égide do Pacto Federativo Brasileiro, a exemplo do que acontece nas esferas da saúde, educação e assistência social.

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia

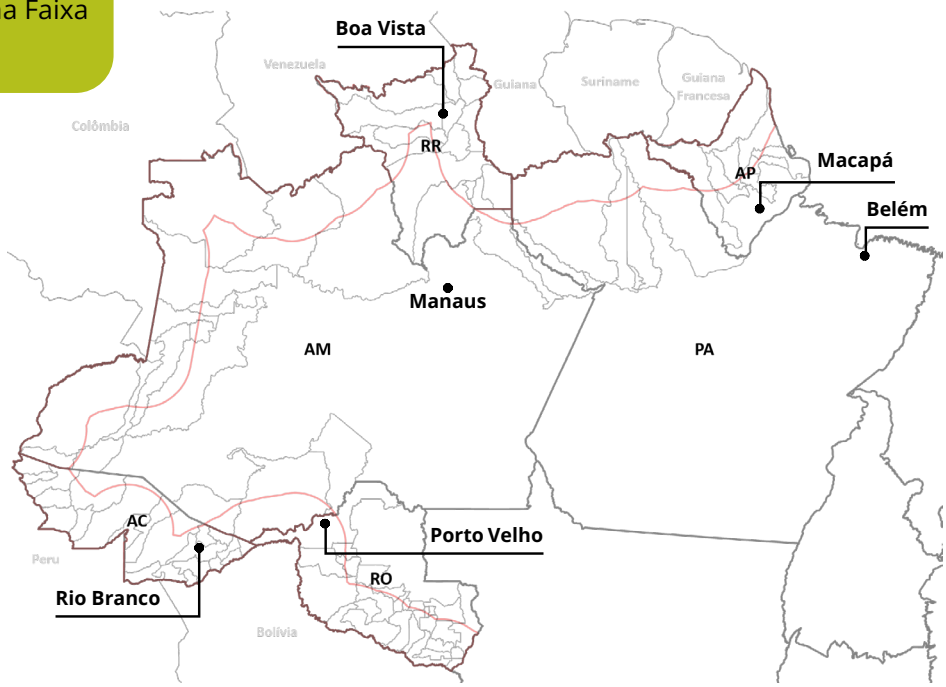
Foto: diego_silva_cruzeiro_sul_acre

Caracterização Geral

A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia[2] abrange seis estados e 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 municípios no Acre, oito municípios no Amapá, 19 municípios no Amazonas, cinco municípios no Pará, 28 municípios em Rondônia e 15 municípios em Roraima. A abrangência deste estudo compreende uma área total de, aproximadamente, 949.716 Km².

6 estados **97 municípios** **3.227.578 habitantes**

Acre e **Roraima** possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira amazônica.



2. Apesar de fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar o Estado de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso). No entanto, no escopo deste trabalho, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte, em função de maior relevância do bioma amazônico em seu território e potencial sinergia em ações de apoio à bioeconomia e gestão ambiental.

Recortes e escalas de análise da Faixa de Fronteira amazônica

A divisão da faixa de fronteira brasileira em arcos de fronteira — Norte, Central e Sul — foi concebida como uma estratégia analítica e operacional para reconhecer a profunda heterogeneidade territorial, social, econômica e ambiental, evitando a aplicação de políticas uniformes a realidades profundamente distintas[3].

Em continuidade a essa lógica, os municípios também foram organizados em sub-regiões, estabelecendo um recorte territorial mais detalhado no interior de cada arco[4]. Essa escala intermediária permite captar dinâmicas locais e proximidades funcionais entre municípios que não se restringem aos limites administrativos dos Estados[5]. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 dessas sub-regiões. São elas:

1. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque
2. Sub-região Campos do Rio Branco
3. Sub-região Parima-Alto Rio Negro
4. Sub-região Alto Solimões
5. Sub-região Alto Juruá
6. Sub-região Vale do Acre-Alto Purus
7. Sub-região Madeira-Mamoré
8. Sub-região Fronteira do Guaporé
9. Sub-região Chapada dos Parecis

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada sub-região. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

3. BRASIL, Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
4. Conforme os estudos de 2005, os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo Sub-regiões utilizando critérios como localização geográfica, características socioambientais e base produtiva.
5. Apesar da estruturação do presente estudo ser feita via organização por Estado, uma análise combinada entre as divisões estaduais e sub-regiões proporciona uma abordagem complementar que parece facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Organização da Faixa de Fronteira por Estados, Sub-regiões e Municípios

Campos de Rio Branco

Roraima

Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã

Oiapoque-Tumucumaque

Amazonas

Nhamundá e Urucará

Amapá

Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio

Roraima

Caroebe, São João da Baliza e São Luiz

Pará

Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos, Oriximiná

Parima-Alto Rio Negro

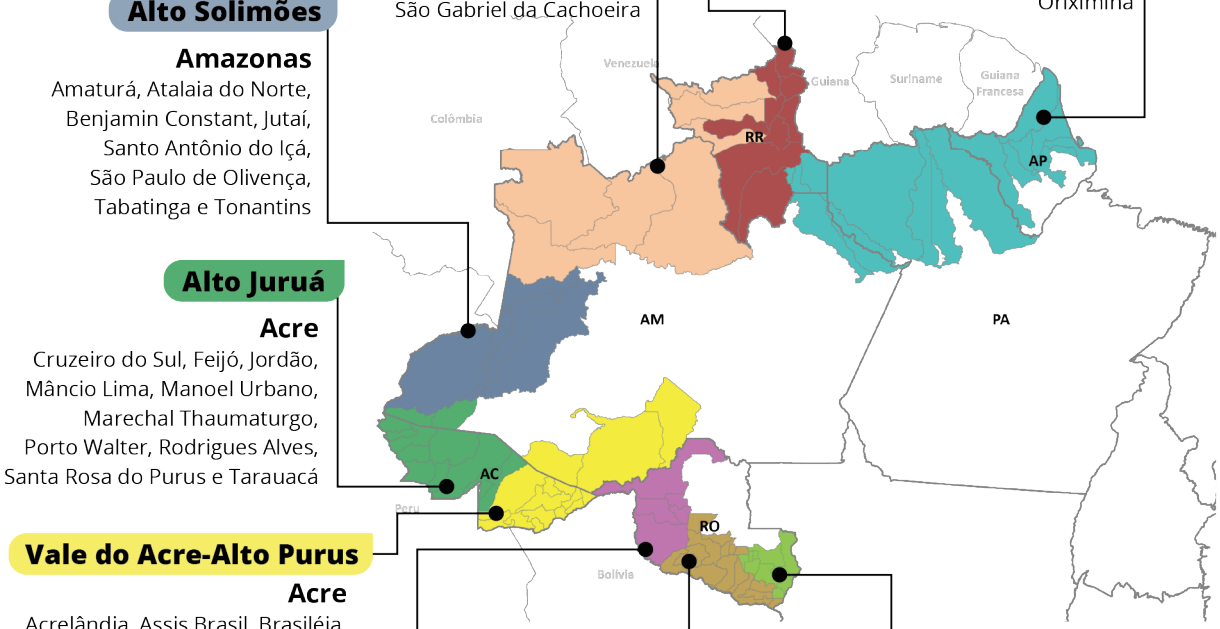
Amazonas

Barcelos, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira

Alto Solimões

Amazonas

Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins



Alto Juruá

Acre

Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá

Vale do Acre-Alto Purus

Acre

Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomard e Xapuri

Amazonas

Boca do Acre, Canutama e Lábrea

Madeira-Mamoré

Rondônia

Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho

Fronteira do Guaporé

Rondônia

Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras

Chapada dos Parecis

Rondônia

Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste e Vilhena

Destacam-se sub-regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A Sub-região do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental.

A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Sub-regiões como Parima-Alto Rio Negro e também Alto Solimões destacam-se pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Sub-região Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil.

Nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis em Rondônia evidenciam-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um estratégico eixo econômico na Faixa de Fronteira. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, a Sub-região de Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR 2024), além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões, classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais calcadas em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o *Programa Cidades Intermediadoras*[6] que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de Sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:

6. Resolução nº 4 de 2024 do MIDR. O Programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 - Cidades intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

	Microrregião	Municípios	Tipologia Sub-regional (PNDR)
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PNDR, 2024.

Integrações Transfronteiriças

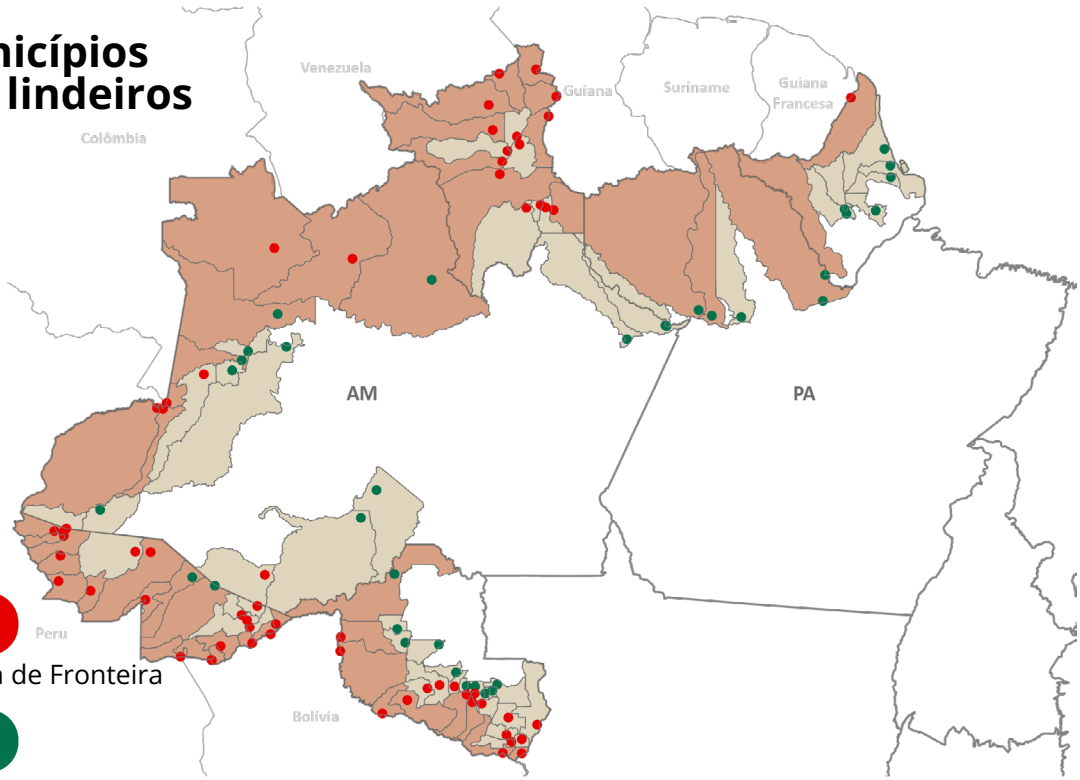
Os municípios situados na Faixa de Fronteira podem ser classificados ainda segundo sua relação territorial e urbana com a linha internacional, orientando-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira.

Nesse sentido há os chamados municípios lindeiros, aqueles que possuem limites que coincidem com a linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Os municípios podem ser subdivididos também entre aqueles que tem a sede municipal dentro da Faixa de Fronteira e aqueles que tem a sede municipal fora da Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas.

Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

48 municípios lindeiros

49 municípios não lindeiros



32 Cidades
Com sede na Faixa de Fronteira

65 Cidades
Com sede fora da Faixa de Fronteira

Se a Faixa de Fronteira é brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Zonas de fronteira são as áreas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/regional das relações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades-gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO *et al*., 2007)[7].

Conforme a última atualização da Portaria MIDR nº 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> *Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial deintegração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.*
> *Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes*

Devido às condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas possuindo baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas nove cidades-gêmeas com outras de países vizinhos[8], com as quais mantém trocas e interações cotidianas[9]. A maioria está localizada no Acre, que possui quatro cidades-gêmeas sendo, Pará é o único Estado que não possui nenhuma.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

---

7. MACHADO, L. O. *et al*. "O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica". In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
8. Atualmente, o país possui 33 cidades-gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os Estados que concentram o maior número. No entanto, a maior cidade-gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.
9. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades - REGIC - do IBGE (2018), "*arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais*". Na Faixa de Fronteira amazônica, há seis Arranjos Populacionais Internacionais (APIs) identificados: APIs de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/ Bolívia, Assis Brasil/Brasil, Cobija/Bolívia - Brasiléia/ Brasil, Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia, Bonfim/Brasil - Ireng/Guiana, Oiapoque/Brasil.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional como, por exemplo, nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional e a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.

Foto: Edinho Ferreira/Prefeitura de Assis Brasil

Os municípios acreanos de **Brasiléia** e **Epitaciolândia (AC)** integram um contínuo urbano binacional com **Cobija (Bolívia)**, consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. São classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Sub-regionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

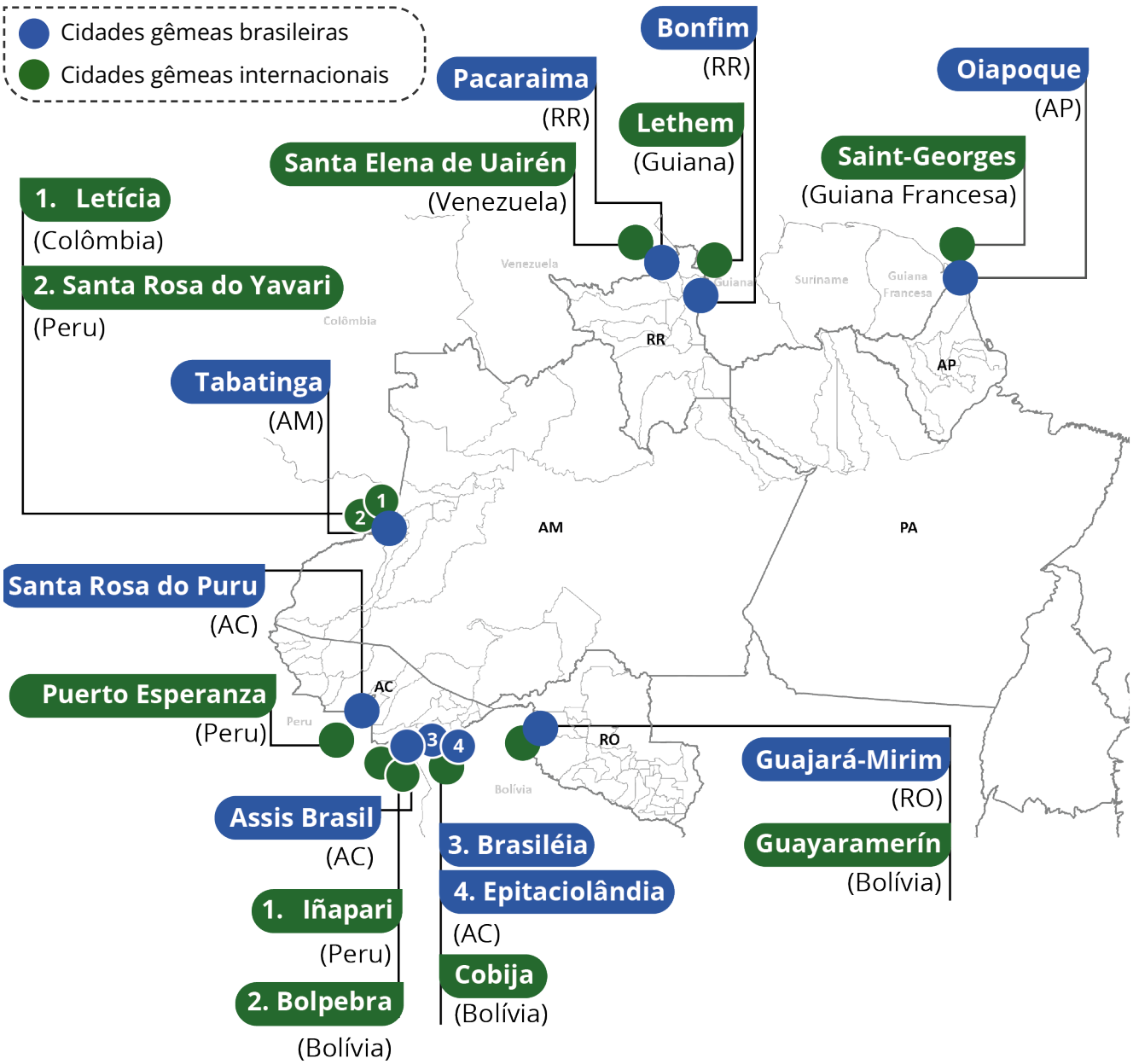
Assis Brasil (AC), que forma uma conurbação com **Iñapari (Peru)** e **Bolpebra (Bolívia)**, ocupa posição estratégica na BR-317, conectando o Brasil ao Peru. **Santa Rosa do Purus (AC)** forma cidade-gêmea com o povoado de **Palestina (Peru)**, que faz parte do distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali.

Pacaraima (RR) possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela, com a cidade de **Santa Helena de Uairén (Venezuela).** Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. **Bonfim (RR)**, por outro lado, mantém interações importantes com **Lethem (Guiana)**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

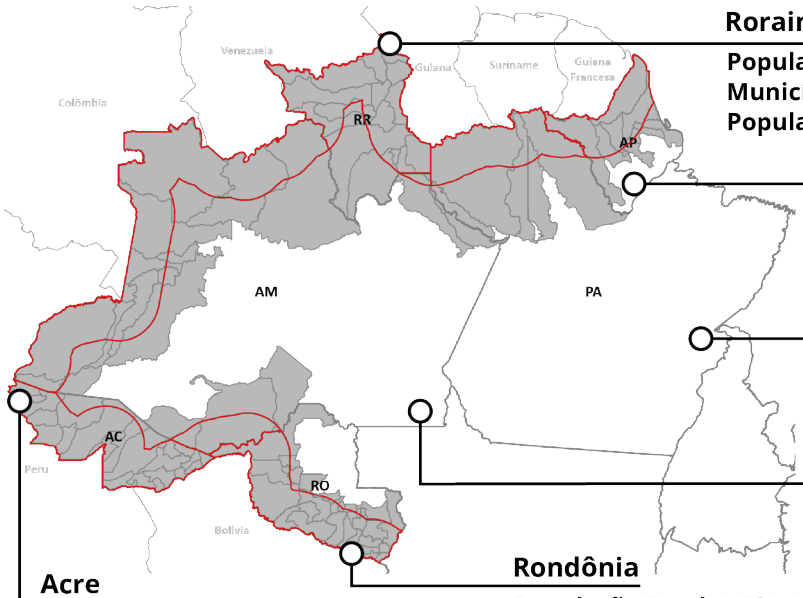
Tabatinga (AM) está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, **Colômbia (Letícia)** e **Peru (Santa Rosa de Yavari)**. Nesse contexto, o Rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da sub-região no coração da Amazônia. As cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Guajará-Mirim (RO) forma uma cidade-gêmea com **Guayaramerín (Bolívia)** . Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. A despeito de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Oiapoque (AP) tem como cidade-gêmea **Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa)**. Ligadas pelo Rio Oiapoque, essas cidades expressam dinâmicas sociais, econômicas e culturais fortemente interdependentes, marcadas por fluxos cotidianos e por desafios comuns relacionados à infraestrutura, à integração territorial e à provisão de serviços públicos.



Caracterização Sociodemográfica



Roraima
População Total: 636.707
Municípios Fronteiriços: 15
População Fronteiriça: 636.707 | 100%

Amapá
População Total: 733.759
Municípios Fronteiriços: 8
População Fronteiriça: 109.140 | 14,87%

Pará
População Total: 8.120.131
Municípios Fronteiriços: 5
População Fronteiriça: 232.908 | 2,87%

Amazonas
População Total: 3.941.613
Municípios Fronteiriços: 19
População Fronteiriça: 504.450 | 12,79%

Rondônia
População Total: 1.581.196
Municípios Fronteiriços: 28
População Fronteiriça: 964.355 | 60,99%

Acre
População Total: 830.018
Municípios Fronteiriços: 22
População Fronteiriça: 830.018 | 100%

CONSIDERE

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior à faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso é o Estado do Pará que conta com apenas cinco municípios na Faixa de Fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal dentro desta. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha de fronteira e outros 47 possuem sede na Faixa de Fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que, da população total dos municípios da Faixa de Fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato nesta inseridos, o que corresponde a 64,5% do total.

Tabela 1 - População municípios lindeiros e não-lindeiros da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	**15**	**324.732**	**23**	**477.675**	**10**	**759.593**	**24**	**1.244.856**	**25**	**470.722**

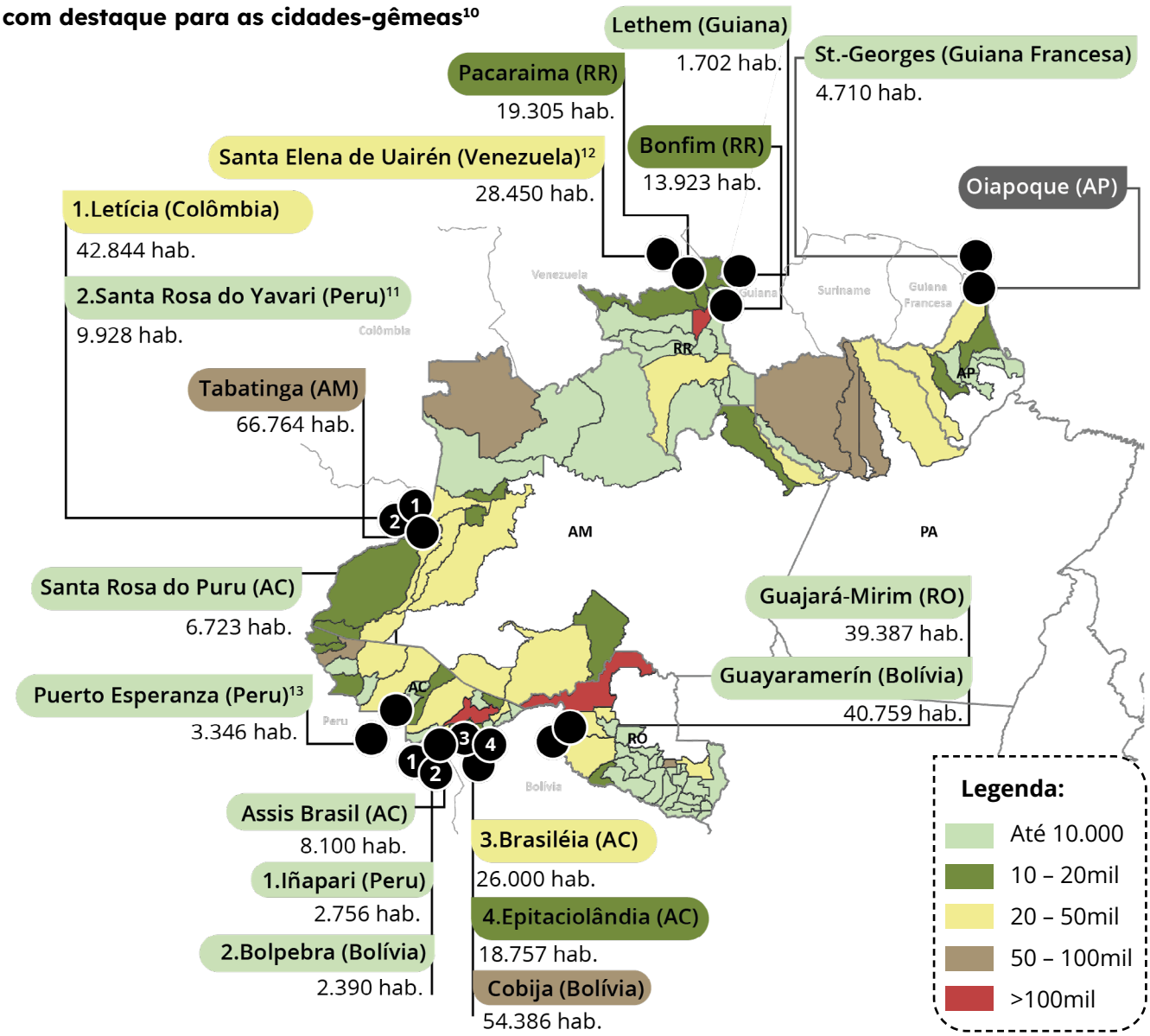
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as Capitais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) - possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50.000 habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes se inscrevem em setores censitários que integram a Faixa de Fronteira.

Nas cidades-gêmeas, além de considerar a população fronteiriça brasileira, buscou-se analisar também dados populacionais das cidades internacionais. A partir dos dados mais recentes de Censo dos países vizinhos, Cobija, na Bolívia, aparece como a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50.000 habitantes. As cidades-gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, nesse cenário de estimativas, totalizariam 44.757 pessoas.

Outro destaque é para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes. Lethem (Guiana) aparece como a menor cidade-gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas[10]



10. Segundo dados do Censo: Brasil, 2022; Bolívia, 2024; França, 2022; Colômbia,2018; Peru, 2017; Guiana, 2012; Venezuela, 2011.
11. Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.
12. Santa Elena de Uiarén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.
13. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.

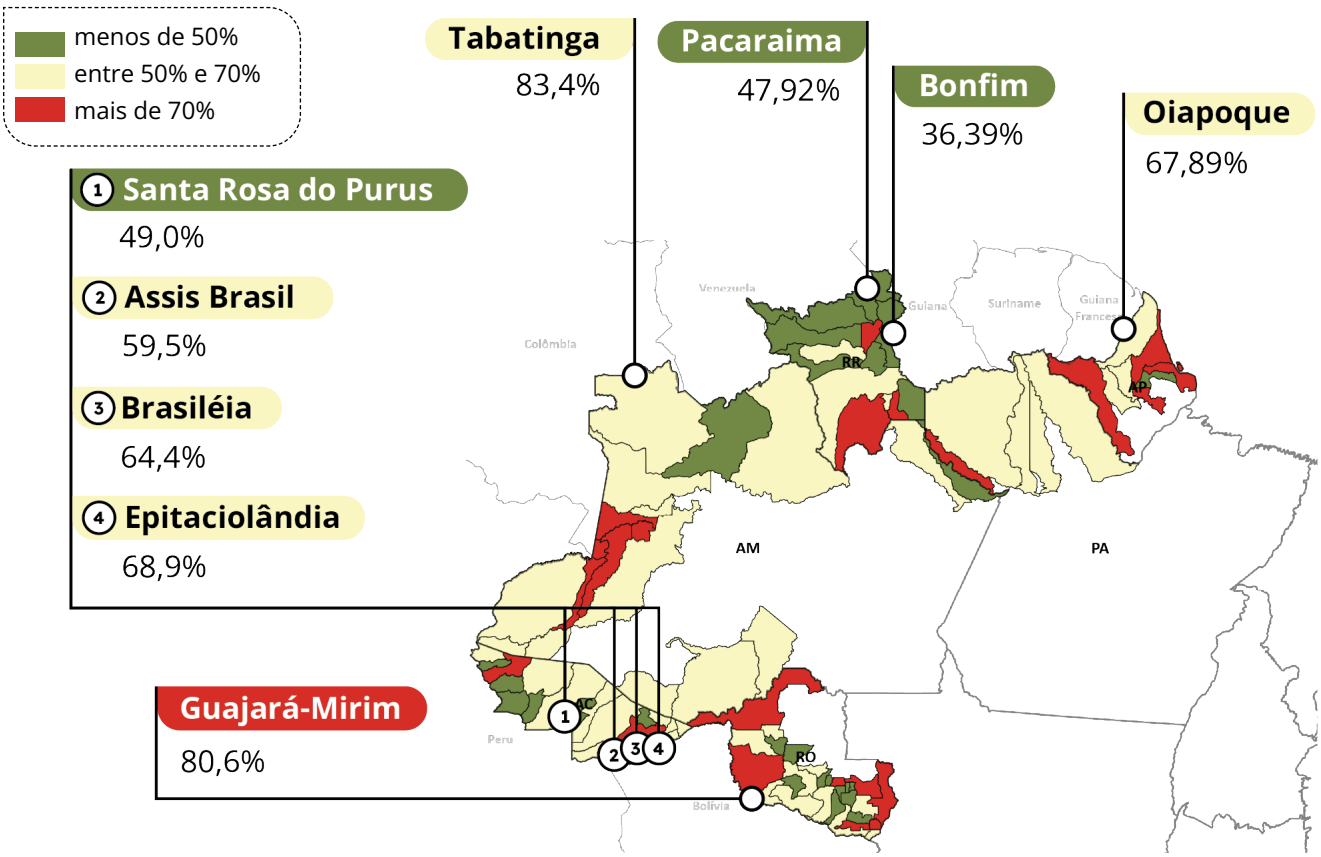
Grau de Urbanização

As Capitais incluídas na Faixa de Fronteira amazônica que apresentam o maior grau de urbanização são:

Boa Vista com 97,3% | **Rio Branco com 95,3%** | **Porto Velho com 92,6%**

Dentre as cidades-gêmeas, Tabatinga/AM é aquela que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%) e, junto com Letícia (Colômbia), exerce influência de alcance regional. Guajará-Mirim/RO detém a segunda posição (80,6%), mantendo com Guayaramerín, na Bolívia, importante área de integração comercial e cultural com intensa troca de mercadorias e fluxo de pessoas. Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de desenvolvimento local.

Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



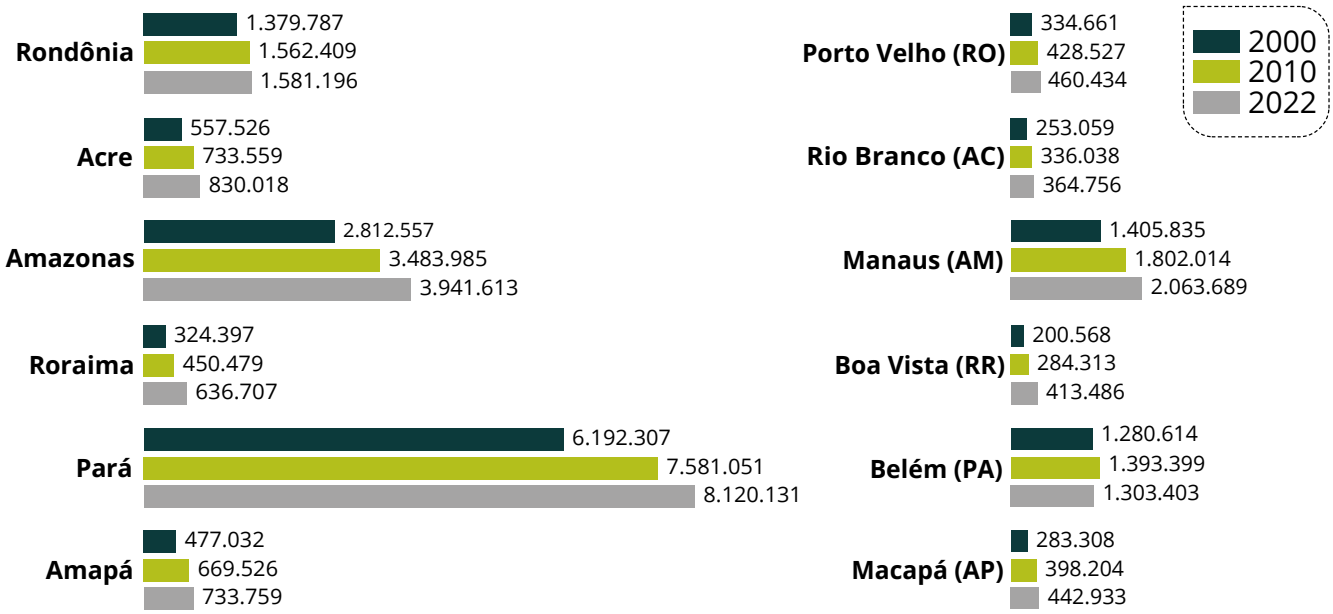
Dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária e a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por Estado, é possível verificar que aquele com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o Pará, que passou de 6.192.307 hab em 2000 para 8.120.131 hab em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

Nas capitais que se encontram na Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional Estados e Capitais da Fronteira do Arco Norte e Rondônia (habitantes)

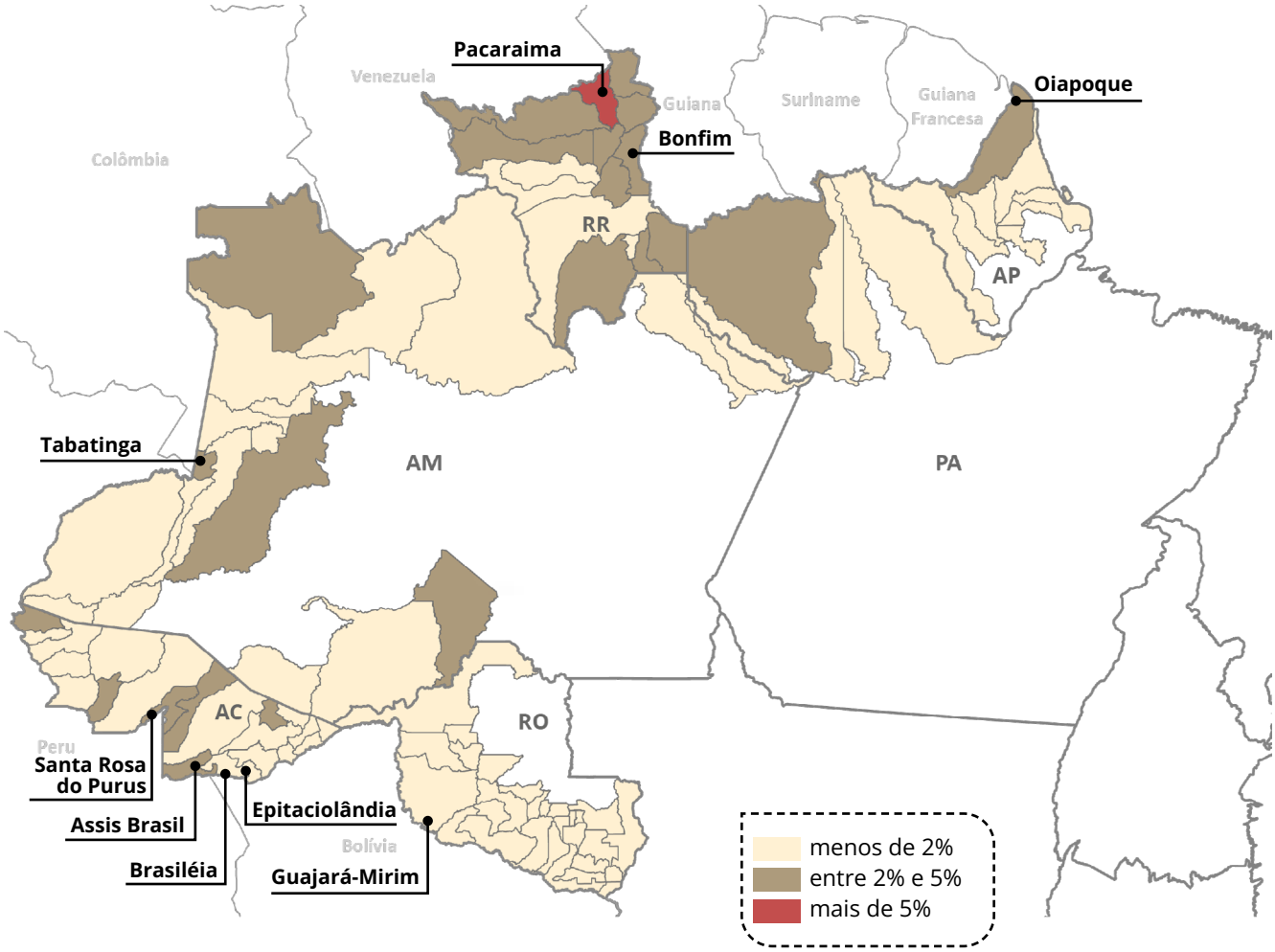


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios brasileiros da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção se dá no Estado de Rondônia, pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população no período de 2010 a 2022.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o Município passou de 10.433 hab em 2010 para 19.305 hab em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada.

Taxa de crescimento anual da população dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas (2010-2022)



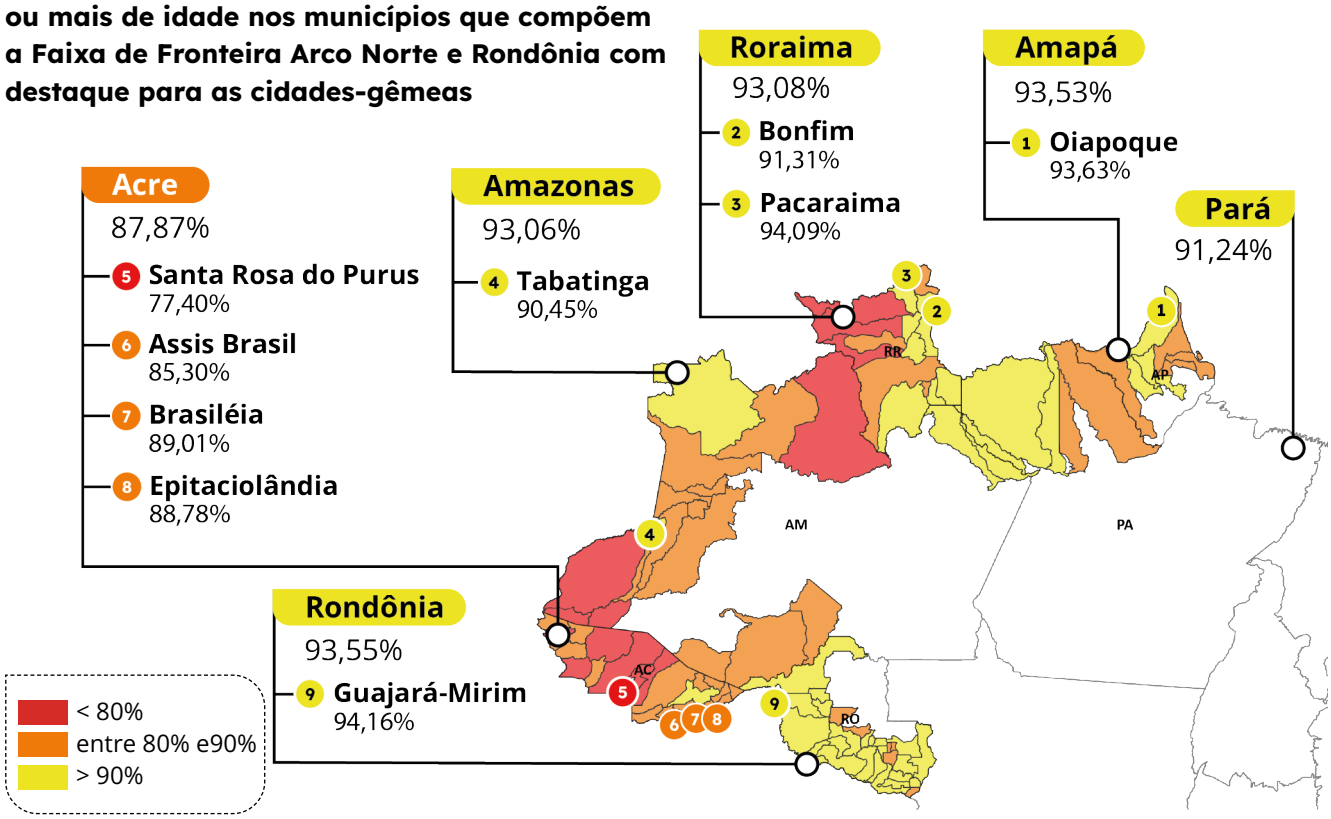
Alfabetização

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no Estado não sabem ler ou escrever.

Embora tenha havido redução em relação ao Censo de 2010 (16,6%), o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Vale destacar que, numa análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, com 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação às cidades-gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem o menor percentual de alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



Análise por Eixos Temáticos

O processo de elaboração das bases dos PDIFFs pretende contribuir para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos), conforme orientação do Programa Fronteira Integrada do MIDR. Desta forma, para organização deste trabalho, a análise dos territórios de fronteira se deu a partir de cinco grandes eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Integração Regional, Migrações e Segurança.

Esta organização permite uma abordagem quali-quantitativa que considera diferentes dinâmicas socioeconômicas e condicionantes ambientais. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio, o diagnóstico por eixos temáticos foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos. Buscou-se operar em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas a investimentos estruturantes que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território. No âmbito regional, alguns aspectos merecem destaque e são a seguir relacionados.

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território da fronteira amazônica. Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais, incluindo grilagem de terras, garimpo, exploração madeireira e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário. A persistência das sobreposições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltam a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas. Essas sobreposições podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. Os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para a implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos dos fenômenos climáticos.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)

A **PNOT** tem como objetivo promover a resiliência territorial, que envolve a adaptação dos territórios a mudanças sociais, econômicas e ambientais. Também busca incentivar a contratualização territorial, uma abordagem inovadora que impulsiona pactos e acordos entre diferentes agentes para alinhar interesses e estratégias de atuação. A PNOT está em processo de elaboração por um Grupo Interministerial, instituído em 2024 pelo Decreto no 11.920, de 14 de fevereiro de 2024, que tem o prazo de dois anos para elaborar a proposta e propor o modelo de governança para a implementação dessa política.

Saiba mais:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira amazônica abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. No entanto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. Deve-se considerar que a Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

A infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais. Para além do transporte rodoviário, os modais fluvial e aéreo assumem função central na conectividade da região, viabilizando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias em áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias e baixa densidade, além de garantirem maior agilidade no acesso a serviços essenciais e na integração com centros urbanos mais dinâmicos.

No que se refere à infraestrutura energética, apesar dos avanços na Região Norte, ainda persistem assimetrias territoriais, especialmente em áreas remotas, onde predominam sistemas isolados e soluções de menor escala. As infraestruturas de comunicação também enfrentam limitações, sobretudo quanto à cobertura e à qualidade dos serviços em regiões rurais e de difícil acesso, o que restringe a conectividade e o acesso a oportunidades.

No campo do saneamento, os desafios são ainda mais estruturais, com déficits significativos na oferta de água tratada, esgotamento sanitário e a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos. Esse cenário evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, planejamento integrado e investimentos direcionados, considerando, sobretudo, a natureza transfronteiriça de parte desses problemas, que demandam soluções coordenadas entre estados e países vizinhos.

Rotas de Integração Sul-Americana

As Rotas são um projeto do Governo Federal, desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para conectar o Brasil aos vizinhos, reduzir custos logísticos e facilitar o acesso à Ásia pelo Pacífico. Aprovadas no Consenso de Brasília (2023), visam integrar a infraestrutura física e digital, impulsionando o comércio e desenvolvimento regional. São elas:

- **Rota 1 - Ilha das Guianas:** compõe-se de rodovias e hidrovias. Inclui os estados de Roraima e Amapá, no total, além de parte dos estados Amazonas e Pará. Abarca Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.
- **Rota 2 - Amazônica:** Integra o estado do Amazonas ao Peru, Colômbia e Equador, utilizando rodovias e hidrovias (Rios Amazonas e Solimões).
- **Rota 3 - Quadrante Rondon:** Liga Acre, Rondônia e parte dos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul à Bolívia, Peru e norte do Chile.
- **Rota 4 - Bioceânica Centro-Oeste:** Conecta Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, via Paraguai e Argentina, ao Chile, facilitando o acesso ao Pacífico.
- **Rota 5 - Bioceânica do Sul:** Conecta Rio Grande do Sul e alguns trechos do sudeste de Santa Catarina ao Uruguai, Argentina e Chile.

Saiba mais:

Programa Norte Conectado

O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender à população e às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário. A implantação é baseada em uma infraestrutura de telecomunicações que interligará diversos municípios e localidades na Região Norte do país. Com isso, o Programa propõe ampliar o acesso à internet na região, com possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônia.

Saiba mais:

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Pode-se considerar ainda o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e o etnoturismo.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Assim, o fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

O PNDBio é o principal mecanismo de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que visa coordenar políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos, promovendo sustentabilidade, descarbonização e valorização da biodiversidade. A bioeconomia, conforme definida no decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, que utiliza recursos naturais de forma sustentável, regenerativa e conservacionista, integrando conhecimentos científicos e tradicionais. O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa.

Saiba mais:

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Entre esses povos estão indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e outros, totalizando 28 segmentos.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e em Rondônia, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações extrativistas desempenham papel fundamental na preservação da sociobiodiversidade amazônica e na manutenção dos modos de vida tradicionais. A região abriga mais de 100 Terras Indígenas, onde vivem mais de 50 etnias, além de territórios quilombolas reconhecidos e comunidades extrativistas distribuídas em dezenas de unidades de conservação. O uso sustentável dos recursos naturais, por meio do extrativismo, da pesca artesanal e de práticas tradicionais, contribui para a geração de renda, o fortalecimento das economias locais e a permanência dessas populações em seus territórios.

A garantia dos direitos desses povos, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, essas populações vêm enfrentando ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e a presença do narcotráfico em suas terras, intensificando os conflitos e a violência na região. Apesar dessas garantias legais, as comunidades também enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos. A proteção de seus modos de vida, práticas culturais e saberes tradicionais é, portanto, fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, visa proteger, recuperar e conservar os ecossistemas, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Ela fortalece a autonomia indígena, integra povos tradicionais e o Estado, e é essencial para o combate às mudanças climáticas. São sete eixos que estruturam os objetivos específicos da política: I – proteção territorial e dos recursos naturais; II- governança e participação indígena; III- áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV-prevenção e recuperação de danos ambientais; V- uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI- propriedade intelectual e patrimônio genético e VII- capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Saiba mais:

Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços, ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

A análise dos fluxos migratórios revela dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. Na última década, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras. Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de

imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região amazônica.

Há ainda desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Já os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. A violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

O PPIF foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016, para promover o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. É coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que articula as ações conjuntas entre os órgãos do PPIF, promove o compartilhamento de informações, incentiva a implementação de projetos estruturantes e a cooperação internacional com países vizinhos, colaborando para o aprimoramento da governança das políticas públicas e as ações entre os entes da Federação, além de aprimorar a presença do Estado nas fronteiras.

O mesmo decreto que instituiu o PPIF também ressaltou a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de trabalho integrado visando à proteção de nossas fronteiras. Nesse contexto, ficou estabelecido que a participação dos Estados nas ações relacionadas ao PPIF deve ser baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) instituídos pelos Estados, que representam a vanguarda do PPIF na região de fronteira, atuando como representantes legítimos do Estado brasileiro para a governança local da prevenção, controle, monitoramento e repressão de crimes transfronteiriços.

Saiba mais:

PANORAMA ACRE

Foto: Marcos Vicentti

Diagnóstico

No Estado do Acre, todos os vinte e dois municípios integram a Faixa de Fronteira, tendo limites com Peru e Bolívia. Há quatro cidades-gêmeas que são os municípios de Santa Rosa do Purus, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil[14].

A região do Vale do Acre é cortada pela rodovia BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, que liga a capital, Rio Branco, ao município de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, integrando o Acre à rota Interoceânica.

Já a região do Vale do Juruá, localizada no extremo oeste do Brasil, na divisa com o Peru, reflete uma ocupação humana mais esparsa, característica marcante das regiões amazônicas, onde vastos territórios ainda são pouco habitados, predominando paisagens naturais, terras indígenas e unidades de conservação. Cruzeiro do Sul destaca-se como o maior centro urbano dessa região. Os demais municípios são caracterizados por núcleos urbanos de pequeno porte, com economias e estruturas de gestão voltadas principalmente para atender às necessidades básicas de suas comunidades.

Na fronteira com a Bolívia, as cidades-gêmeas acreanas de Brasiléia e Epitaciolândia integram um contínuo urbano binacional com Cobija (Bolívia), consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. Brasiléia e Epitaciolândia são classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Subregionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia também integram o Arranjo Populacional Internacional (API) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional. Já Assis Brasil forma uma conurbação com Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia) e ocupa posição estratégica na BR-317.

14. Plácido de Castro, ainda que tenha sede na Faixa de Fronteira, não é classificada como cidade-gêmea conforme o enquadramento nacional.

Caracterização Sociodemográfica

A população dos municípios de Fronteira do Acre totaliza 830.018 habitantes (Censo IBGE, 2022). Ainda que seus 22 municípios estejam dentro da Faixa de Fronteira, parte dos territórios de Tarauacá, Feijó, Manoel Urbano e Sena Madureira não estão inclusos na faixa de 150 km. Em especial nos casos de Manoel Urbano e Sena Madureira, as sedes municipais se encontram fora da Faixa. Assim, quando se consideram apenas os dados dos setores censitários situados dentro da Faixa de Fronteira, o contingente fronteiriço é reduzido para 788.255 habitantes.

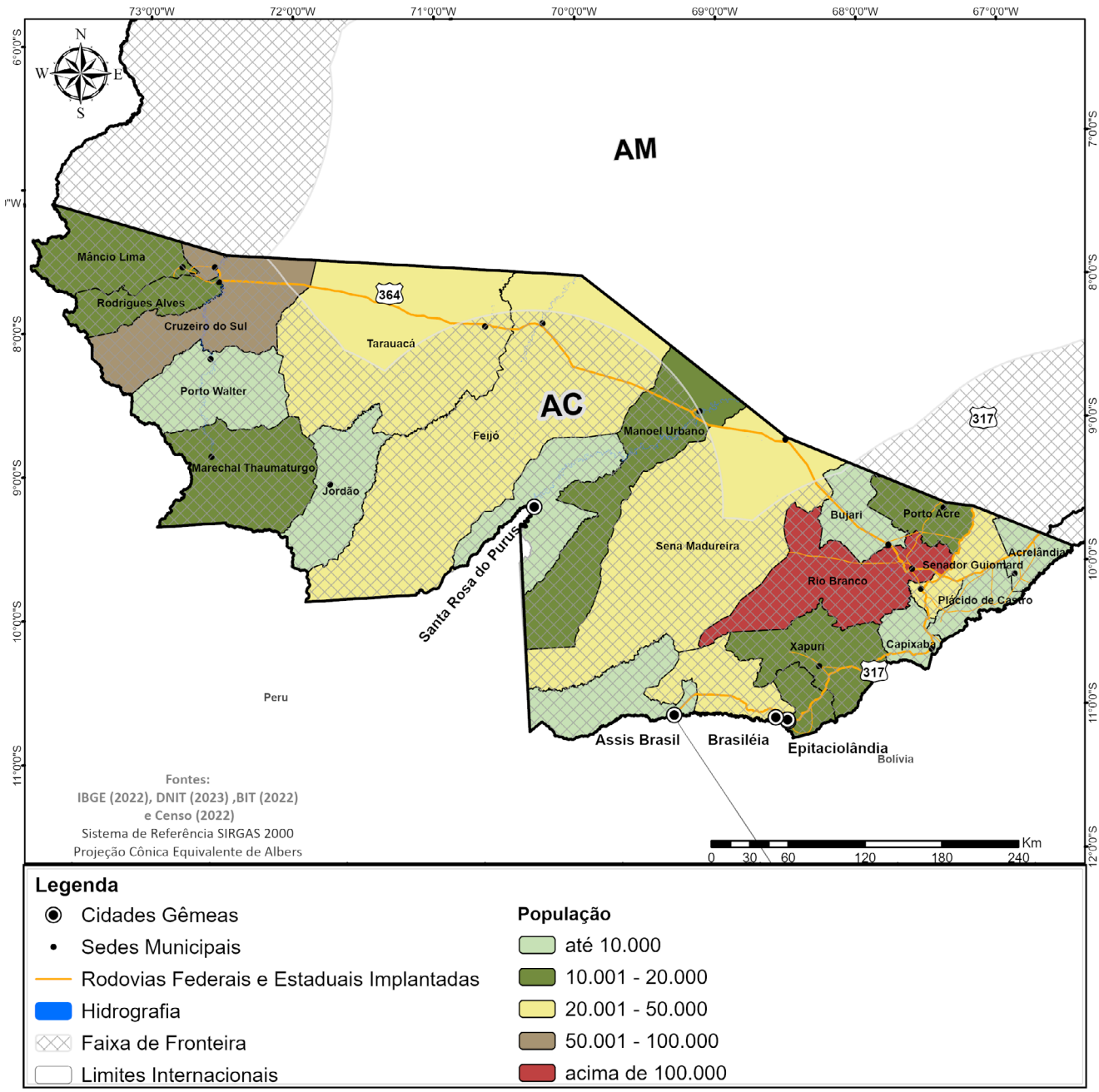
Cruzeiro do Sul e a capital Rio Branco são os únicos municípios do Estado que ultrapassam a faixa de 50.000 habitantes, abrigando 91.888 e 364.756 habitantes respectivamente. Das cidades-gêmeas, apenas Brasiléia ultrapassa os 20.000 habitantes.

Em geral, os municípios da fronteira amazônica ganharam população, em maior ou menor grau, nas últimas décadas. No Estado do Acre, os únicos municípios que tiveram o grau de crescimento anual acima de 2% foram as cidades-gêmeas Santa Rosa do Purus e Assis Brasil, além dos municípios de Manuel Urbano, Bujari, Jordão e Mâncio Lima.

Com relação ao grau de urbanização, os municípios do Acre com maior grau de urbanização são: a Capital, Rio Branco, com 93,5%, seguido de Cruzeiro do Sul com 74,2% da população urbana.

Ainda de acordo com os dados do Censo 2022, o Acre possui a menor taxa de alfabetização entre os estados de fronteira amazônicos, com apenas 87,7% da população acima de 15 anos alfabetizada. Ao comparar as quatro cidades-gêmeas do Acre com as de outros estados da faixa de fronteira do Arco Norte, observa-se que sua taxa de alfabetização é inferior a 90%, sendo também a mais baixa da região.

Mapa 1 - População dos Municípios que compõem a Faixa de Fronteira do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Municípios do Estado do Acre

Município	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Tx Crescimento Anual 2010-2022	Taxa de Urbanização	Taxa de alfabetização
Acrelândia	14.021	7.765	6.256	0,94%	55,40%	88,35%
Assis Brasil	8.100	4.818	3.282	2,43%	59,50%	85,30%
Brasiléia	26.000	16.744	9.256	1,64%	64,40%	89,01%
Bujari	12.917	5.942	6.975	3,58%	46,00%	81,26%
Capixaba	10.392	4.225	6.167	1,40%	40,70%	84,27%
Cruzeiro do Sul	91.888	68.215	23.673	1,32%	72,20%	86,24%
Epitaciolândia	18.757	12.921	5.836	1,82%	68,90%	88,78%
Feijó	35.426	18.113	17.313	0,74%	51,10%	77,35%
Jordão	9.222	3.674	5.548	2,86%	39,80%	81,88%
Mâncio Lima	19.294	12.727	6.567	2,00%	66,00%	84,27%
Manoel Urbano	11.996	6.725	5.271	3,45%	56,10%	77,84%
Marechal Thaumaturgo	17.093	5.894	11.199	1,54%	34,50%	77,17%
Plácido de Castro	16.560	10.739	5.821	-0,32%	64,80%	84,38%
Porto Acre	16.693	9.465	7.228	0,96%	56,70%	81,10%
Porto Walter	10.735	4.951	5.784	1,32%	46,10%	93,04%
Rio Branco	364.756	341.025	23.731	0,69%	93,50%	79,96%
Rodrigues Alves	14.938	5.688	9.250	0,31%	38,10%	77,40%
Santa Rosa do Purus	6.723	3.291	3.432	3,04%	49,00%	87,04%
Sena Madureira	41.343	26.943	14.400	0,70%	65,20%	82,41%
Senador Guiomard	21.454	13.355	8.099	0,51%	62,20%	78,51%
Tarauacá	43.467	24.414	19.053	1,68%	56,20%	85,39%
Xapuri	18.243	10.308	7.935	1,05%	56,50%	83,98%

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Censo, 2022.

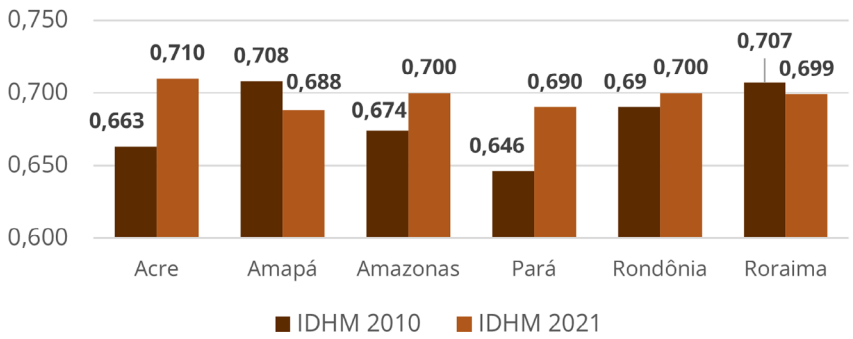
Indicadores Socioeconômicos

Os índices de desenvolvimento socioeconômico constituem instrumentos fundamentais para a compreensão das condições de vida da população e das desigualdades territoriais, permitindo analisar não apenas o nível de desenvolvimento alcançado, mas também a forma como renda, oportunidades e bem-estar estão distribuídos no território. Entre os principais indicadores utilizados destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e o salário médio dos trabalhadores formais, que, de maneira complementar, oferecem uma leitura multidimensional da realidade socioeconômica.

Índice de Desenvolvimento Humano

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDH entre os dados dos Censos de 2010 e 2021 observa-se que, em 2021, alguns Estados da Faixa de Fronteira amazônica apresentaram um crescimento significativo em seus índices, sendo que o Acre possui o maior IDH dentre estes. Vale destacar a expressiva melhora do seu IDH entre 2010 e 2021, já que em 2010 o IDH do Acre apresentava o segundo pior índice.

Gráfico 2 - Evolução do IDH nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



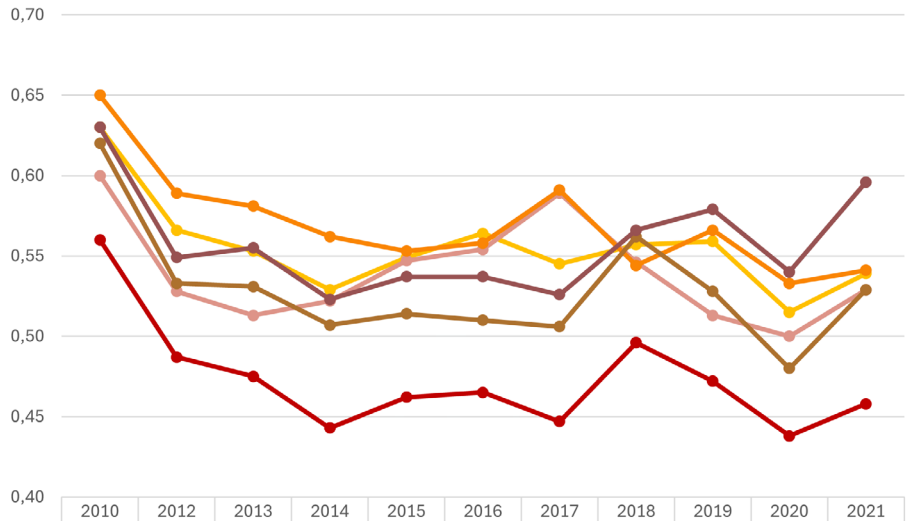
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

No que se refere aos componentes do IDH, nos temas de Renda e Educação, o Acre apresenta o terceiro maior índice da região. Destaca-se principalmente no indicador de Longevidade, com IDH superior a 0,700. No ranking nacional o Acre ocupa a 16ª colocação, sendo a melhor colocação entre os Estados pertencentes à Faixa Fronteira do Arco Norte.

Índice de Gini

Com relação ao índice de Gini[15], houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais[16]. O Acre reduziu seu índice passando de 0,630 em 2010 a 0,539 em 2021.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	0,63	0,566	0,553	0,529	0,549	0,564	0,545	0,557	0,559	0,515	0,539
Amapá	0,6	0,528	0,513	0,522	0,547	0,554	0,589	0,546	0,513	0,5	0,529
Amazonas	0,65	0,589	0,581	0,562	0,553	0,558	0,591	0,544	0,566	0,533	0,541
Pará	0,62	0,533	0,531	0,507	0,514	0,51	0,506	0,562	0,528	0,48	0,529
Rondônia	0,56	0,487	0,475	0,443	0,462	0,465	0,447	0,496	0,472	0,438	0,458
Roraima	0,63	0,549	0,555	0,523	0,537	0,537	0,526	0,566	0,579	0,54	0,596

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

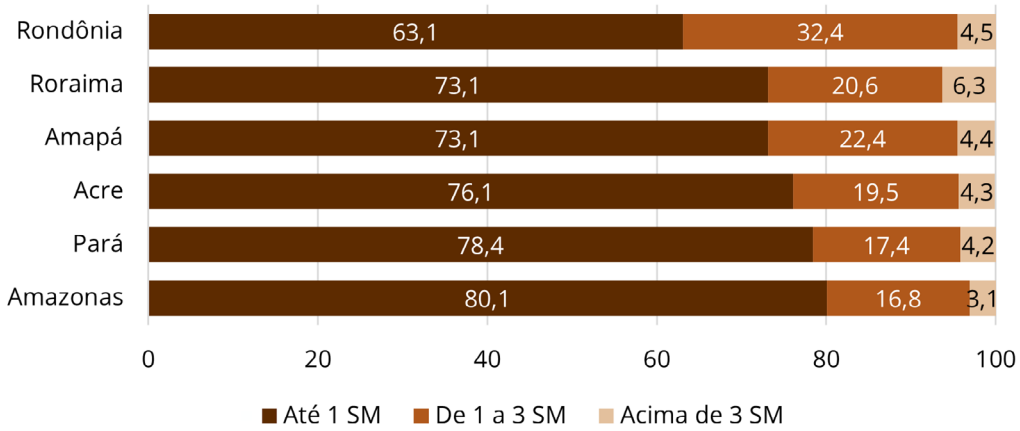
15. O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59.

16. Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023 (IBGE), a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais nos índices, baseando-se na PNAD 2022.

Rendimento Domiciliar

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023/IBGE), o rendimento domiciliar per capita médio no Brasil em 2022 foi de R$ 1.586,00 mensais. Na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar *per capita*[17] médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do país. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até um salário mínimo, sendo o Acre o Estado com o terceiro maior percentual populacional na faixa até um SM, com 76,1%.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

17. A análise do rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para se averiguar os rendimentos das famílias nos municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, foram utilizados dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022/PNAD. Em que pesem as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios na região estudada.

Cadastro Único

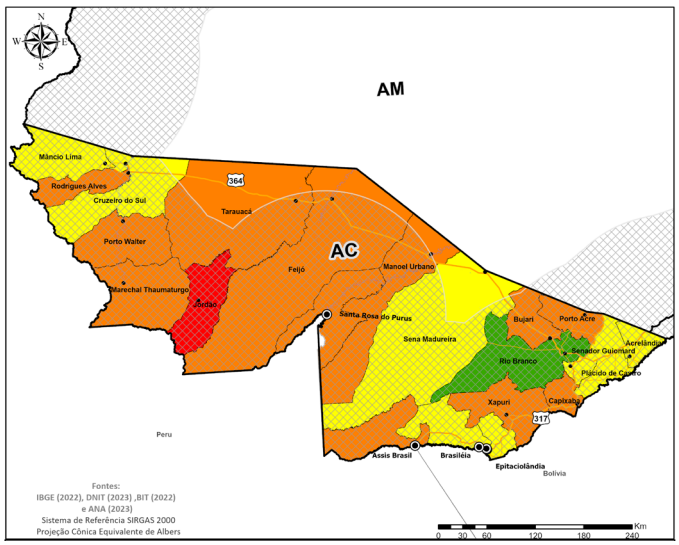
A análise do Cadastro Único[18] também é instrumento de análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social. Atualmente, no Estado do Acre, 58% da população está inscrita no CadÚnico, ou seja, mais da metade da população depende de políticas assistenciais, evidenciando desafios socioeconômicos significativos.

Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia

Estados	População Censo IBGE (2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: Pobreza + Baixa renda (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo (dez/2025)
Acre	830.018	46.172	468.362	95.300
Amapá	733.759	333.913	430.704	85.566
Amazonas	3.941.613	1.753.040	2.261.311	420.487
Pará	8.120.131	3.399.762	4.499.130	1.003.496
Rondônia	1.581.196	310.331	559.813	295.148
Roraima	636.707	216.256	327.978	74.564

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

18. A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando grandes três categoria por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família; Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R$ 0 a R$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R$ 218,01 a 1/2 salário mínimo); e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda per capita superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo.

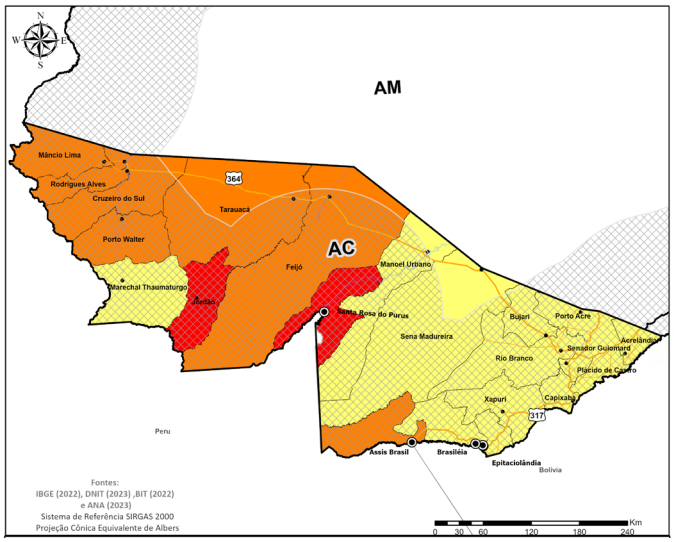


Legenda:

- 0 a 0,499 (Muito Baixo)
- 0,500 - 0,599 (Baixo)
- 0,600 - 0,699 (Médio)
- 0,700 - 0,799 (Alto)
- 0,800 - 1,00 (Muito Alto)

IDHM Municípios

Quando se observa o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDHM), há variações significativas em relação ao IDH estadual. No Acre, a maioria dos municípios apresenta índices na faixa de 0,500 e 0,599, considerado baixo. O Município de Jordão aparece com IDHM classificado como muito baixo e a Capital Rio Branco, única classificada com IDHM alto. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDHM mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE.

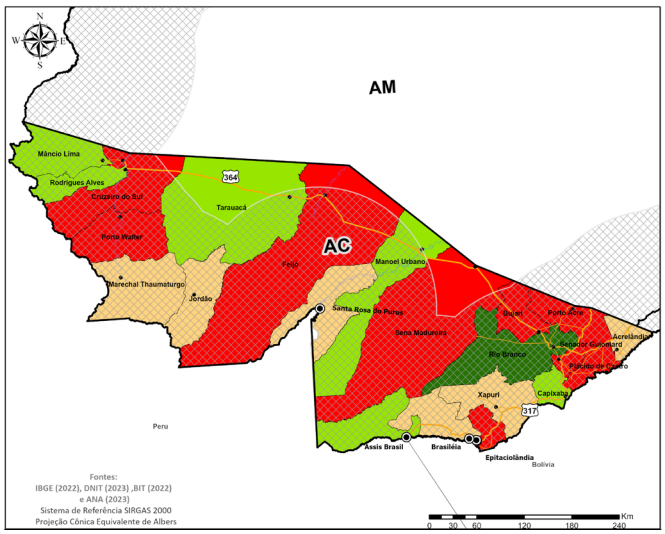


Legenda:

- até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70
- 0,71 a 0,80

Índice de Gini

Na análise dos municípios que integram a Faixa de Fronteira acreana, uma parte destes encontra-se no intervalo do índice entre 0,54 a 0,60, inferior ao resultado do Estado, que foi de 0,63 neste mesmo ano. Outro grupo de municípios, mais ao norte, teve índices que variaram entre 0,61 e 0,70. Santa Rosa do Purus e Jordão apresentaram índices maiores de desigualdade, de 0,78 e 0,71 respectivamente.

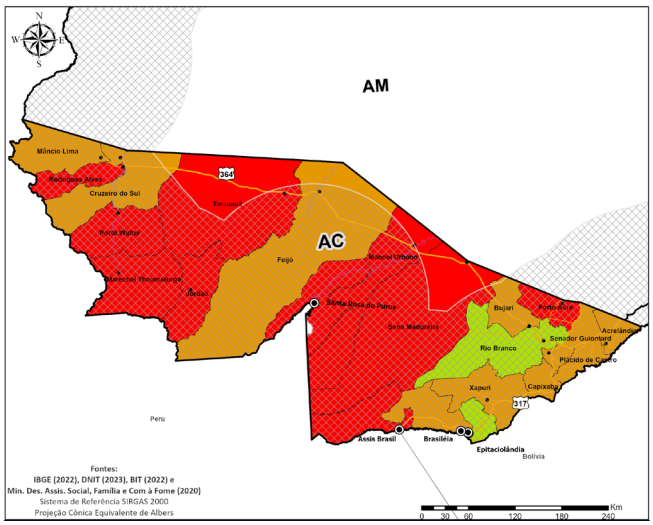


Legenda:

- até 1,7
- 1,8 - 2,00
- 2,01 - 2,50
- 2,51 - 3,30

Rendimento Domiciliar

Na análise da distribuição do salário médio mensal dos trabalhadores formais em nível municipal (2022) observa-se que, no Estado do Acre, a capital Rio Branco se destacou pelo maior salário médio dos trabalhadores formais, com 3,1 salários mínimos. Acima de dois salários ficam as cidades de Manoel Urbano, Tarauacá, Rodrigues Alves, Capixaba, Mâncio Lima e Assis Brasil. O Município com menor rendimento é Acrelândia.



Legenda:

- até 30,00
- 30,01 - 50,00
- 50,01 - 80,00
- 80,01 - 90,41

Cadastro Único

Na análise por município, observa-se que diversos municípios têm mais de 80,01% da população cadastrada no sistema do CadÚnico, dentre eles Jordão, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira e Tarauacá. Destaque para Assis Brasil (com mais de 90% da população cadastrada).

Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Configuração Fundiária

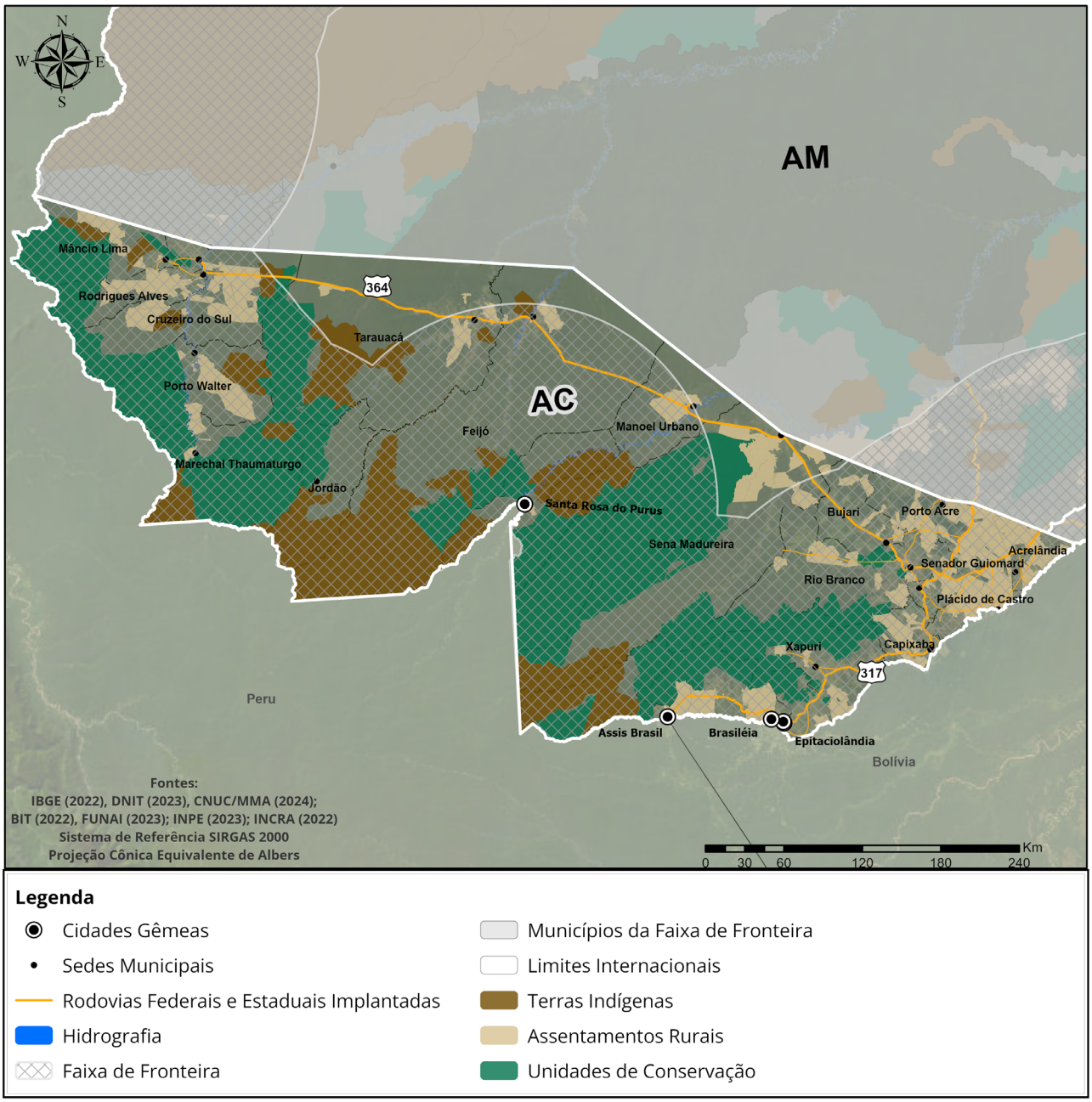
Ao longo do tempo, o modelo federal centralizado resultou em um cenário de indefinição fundiária e de desafios que se perpetuam para a governança territorial, manifestos na dificuldade de acesso às informações sobre a regularidade dos documentos de domínio existentes; na sobreposição de áreas e na interseção de títulos distintos para uma mesma propriedade. Além disso, há divergências entre registros documentais e a materialidade territorial, onde propriedades são identificadas em locais diferentes daqueles registrados oficialmente. Tal situação histórica favorece a grilagem de terras públicas, ampliando a insegurança jurídica e desencadeando conflitos sociais nas áreas rurais do Estado (INCRA, 2021).

Segundo Almeida *et al.* (2021)[19], cerca de 28% do território do Acre não apresenta definição fundiária ou não possui informações disponíveis. Deste total, a União detinha a maior parcela (69%), sendo que quase toda essa área (99%) estava inserida na Faixa de Fronteira, o que exige autorização do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para sua regularização. Vale destacar que esta indefinição não indica um estoque de áreas tituláveis, mas sim um percentual com problemas de destinação, dominialidade ou ainda áreas em disputa territorial.

Essa configuração fundiária singular resultou na predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, como Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Essas categorias juntas representam cerca de 48% da área da Faixa de Fronteira do Estado.

19. Almeida, Jeferson et al. Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Acre. Belém, PA: Imazon, 2021.

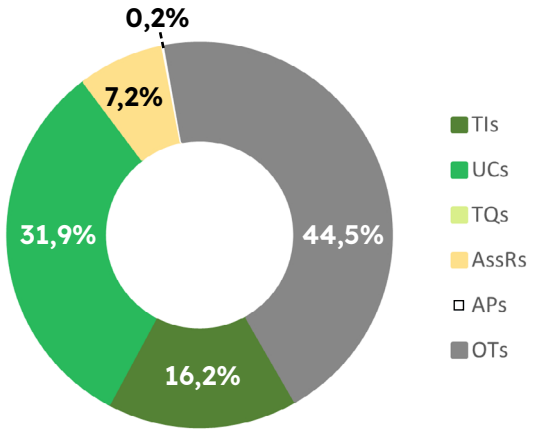
Mapa 2 - Áreas legalmente atribuídas do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

As Terras Indígenas representam 16,2% da Faixa de Fronteira do Estado do Acre, sendo áreas que desempenham papel essencial na preservação dos modos de vida e cultura indígena, além de contribuírem significativamente para a manutenção da biodiversidade local. Municípios como Feijó (36,6%), Assis Brasil (10,0%) e Tarauacá (9,2%) abrigam extensões expressivas dessas áreas, refletindo o protagonismo histórico e territorial dos povos originários no Estado.

Gráfico 5 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Acre.



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Incra, Funai, MMA.

As Unidades de Conservação, com cerca de 32%, refletem a importância das Reservas Extrativistas (RESEX), criadas para garantir o uso sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais. Municípios como Marechal Thaumaturgo (74,8%), Xapuri (55,9%) e Mâncio Lima (54,2%) possuem extensas porções de áreas protegidas, reforçando o protagonismo do Estado na implementação de modelos territoriais sustentáveis.

Os Assentamentos Rurais ocupam 7,2% da Faixa de Fronteira representando parcela expressiva em relação a outros estados analisados. Diferentemente de regiões onde predominam modalidades ambientalmente diferenciadas, os assentamentos no Acre são exclusivamente do tipo convencional (Projeto de Assentamento), refletindo um modelo tradicional de reforma agrária voltado à distribuição individual de lotes para produção agropecuária. Embora atenda a demandas por inclusão social e acesso à terra, esse modelo, implementado em um território de alta sensibilidade socioambiental, reforça a necessidade de práticas produtivas sustentáveis, aproveitando o grande potencial agroecológico da região.

Áreas Privadas respondem por 0,2% do território fronteiriço, concentrando-se principalmente nos municípios de Manoel Urbano (27,1%), Feijó (14,7%) e Rio Branco (10,9%). A baixa representatividade reflete as dificuldades estruturais na organização fundiária da Amazônia e, particularmente, da Faixa de Fronteira. A predominância de terras sob controle da União tem resultado em cenário de documentação precária e entraves administrativos que dificultam a regularização fundiária e a segurança jurídica dos ocupantes.

A elevada proporção de Outras Terras (64.459,794 km^2), que correspondem a 44,5% do território estadual na Faixa de Fronteira acreana, evidencia lacunas no ordenamento fundiário. Essa categoria abrange terras

devolutas, não tituladas, títulos não registrados e documentos com informações insuficientes. Dentro desse montante, 316,515 km² estão registradas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do INCRA como "áreas com documentação precária ou incompleta". O quadro reflete a centralização histórica da gestão fundiária e a ausência de políticas consistentes para a destinação e regularização de terras públicas.

Essa condição perpetua vulnerabilidades, como grilagem de terras públicas, sobreposição de direitos territoriais, conflitos de uso e dificuldades no planejamento territorial. Além disso, compromete a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. No contexto da Faixa de Fronteira amazônica, a ausência de clareza sobre a titularidade das terras torna-se ainda mais sensível, dado o papel estratégico da região para a conservação ambiental e a inclusão das populações locais.

Gestão Ambiental

O **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** nos municípios acreanos evidencia variações expressivas tanto em termos absolutos quanto proporcionais. As discrepâncias refletem as particularidades da estrutura fundiária e da dinâmica territorial da região, levantando questões sobre possíveis sobreposições, inconsistências nos registros e desafios na regularização das áreas cadastradas.

O **CAR** é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29 da Lei 12.651/2012). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

Os registros do CAR (SICAR Nacional, 2025) na Faixa de Fronteira do Estado somam 173.441,275 km², correspondendo à totalidade da área cadastrada no estado. O que é esperado, já que todo o território se encontra na Faixa de Fronteira. No entanto, a distribuição desses registros varia consideravelmente entre os municípios. Os desafios da gestão ambiental são particularmente evidentes em Municípios como Sena Madureira, Xapuri e Feijó, que concentram grande parte dos registros no CAR (18,8%; 17,8% e 11,2% respectivamente). Situados em áreas da Faixa de Fronteira sob forte pressão agropecuária e madeireira, esses territórios apresentam um histórico de ocupações em áreas ambiental e socialmente sensíveis. Essa dinâmica é agravada nos Municípios de Feijó e Sena Madureira que estão entre aqueles com os mais altos índices de desmatamento, reforçando a necessidade urgente de estratégias integradas e eficazes de gestão territorial e ambiental.

Discrepâncias expressivas nos percentuais de cadastramento, como 576,1% de área cadastrada em Xapuri, 239,2% em Acrelândia e 173,9% em Sena Madureira, sugerem a ocorrência de sobreposições

ou inconsistências nos dados. Essas distorções podem ser atribuídas a diversos fatores, entre eles: (i) sobreposição de registros, causada por duplicações ou erros no sistema; (ii) ausência de validação, uma vez que os dados são autodeclaratórios e carecem de fiscalização adequada e; (iii) complexidade da gestão fundiária, caracterizada pela interação entre terras públicas, privadas e coletivas, bem como outras questões relacionadas ao ordenamento territorial.

A baixa taxa de análise dos cadastros no Acre - somente 4,3%, passaram por validação (Lopes *et al.*, 2024[20]), limita a capacidade do CAR de refletir com precisão a realidade fundiária do Estado. O lento avanço nesse processo dificulta a identificação e correção de inconsistências, resultando na permanência de sobreposições e distorções que reduzem a precisão dos dados e limitam a eficácia do CAR como instrumento de gestão fundiária e ambiental.

Conflitos Fundiários e Desmatamento na Faixa de Fronteira

O desmatamento no Estado do Acre concentra-se nas proximidades das sedes municipais, ao longo das principais redes hidrográficas (rios Acre, Macauã, Iaco, Envira, Tarauacá e Purus) e das rodovias BR-364 e BR-317. Esses eixos, embora favoreçam o escoamento da produção e a conectividade regional, também funcionam como vetores de entrada para grileiros e madeireiros ilegais, ampliando a degradação ambiental (ACRE, 2023)[21]. Municípios como Feijó, Sena Madureura e Rio Branco destacaram-se como áreas críticas de desmatamento acumulado entre 2015 e 2023. Segundo dados do Mapbiomas, em 2024 o Acre registrou aumento de desmatamento da ordem de 30%, na contramão dos demais estados amazônicos[22].

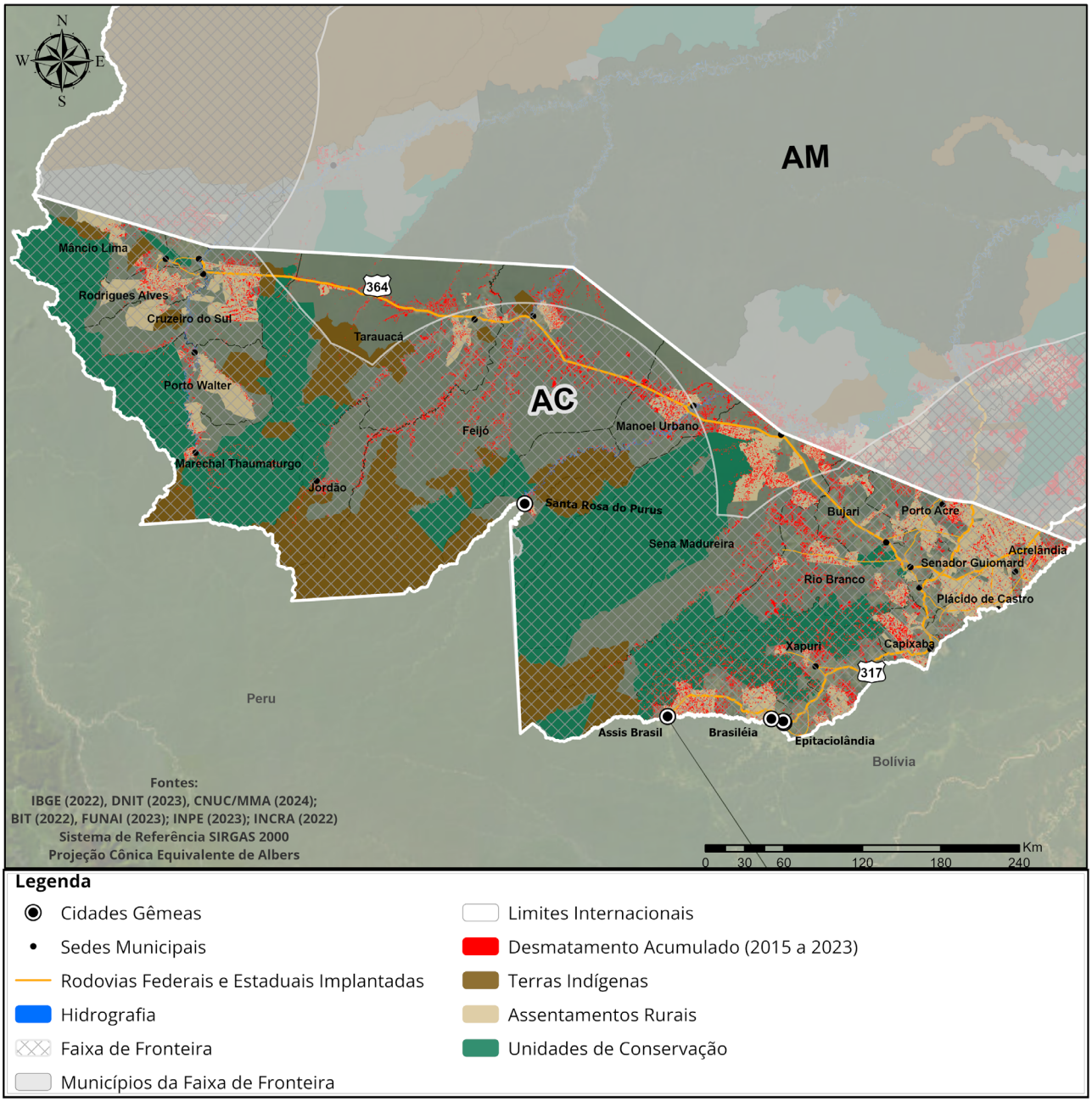
De acordo com dados do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimada (ACRE, 2023), os maiores índices de desmatamento ocorrem em Assentamentos Rurais e Áreas Privadas, devido à posse consolidada e a um modelo de exploração voltado para atividades agropecuárias extensivas. Em contrapartida, as TIs e UCs, que obedecem a regimes de posse institucional e culturalmente diferenciados, desempenham um papel fundamental na conservação ambiental, apresentando menores índices de desmatamento.

20. Lopes, C.L et al. Onde Estamos na Implementação do Código Florestal? Radiografia do CAR e do PRA nos Estados Brasileiros — Edição 2024. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2024. Disponível em: https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2024/12/REL-Onde-Estamos-na-Implementacao-do-Codigo-Florestal-Radiografia-do-CAR-e-do-PRA-nos-Estados-Brasileiros-Edicao-2024.pdf

21. ACRE (Governo do Estado). Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas. Rio Branco: SEMA, 2023. Disponível em: https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/PPCDQ-AC-DIGITAL-13-MAIO_FINAL.pdf.

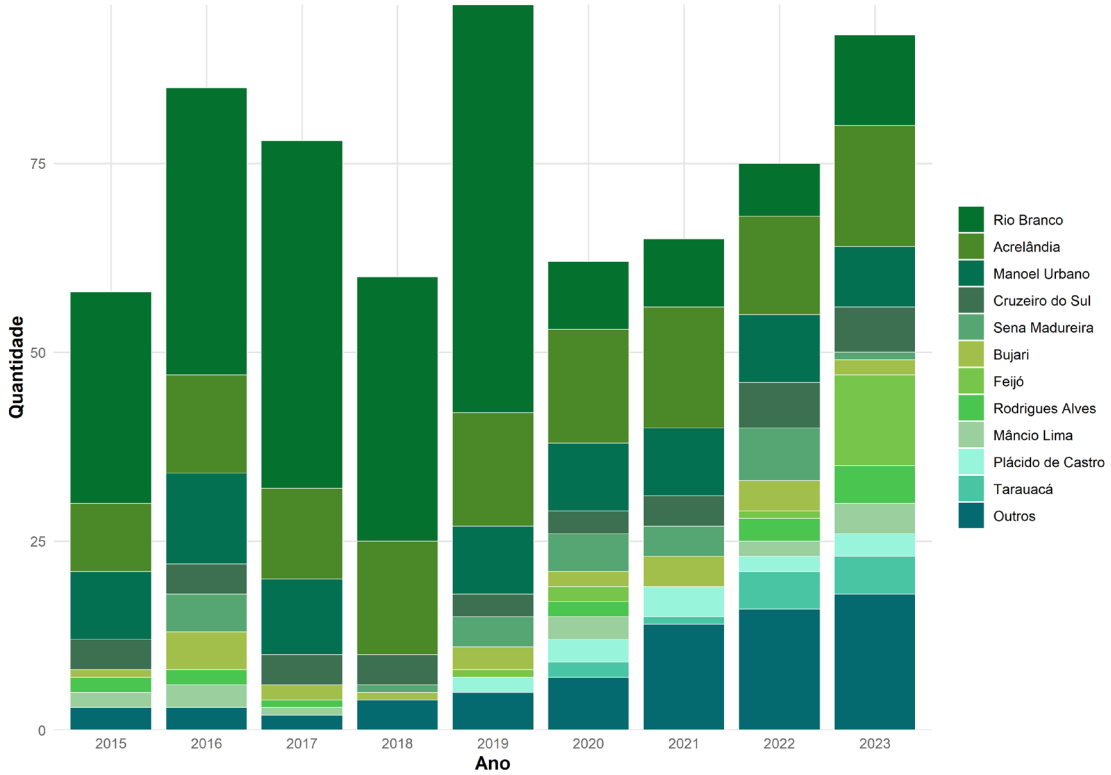
22. Ver mais em: https://brasil.mapbiomas.org/2025/05/15/mapbiomas-desmatamento-caiu-em-todos-os-biomas-brasileiros-em-2024/

Mapa 3 - Distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Acre (2015-2023)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A análise dos dados reforça a persistência e a intensidade dos conflitos territoriais em municípios críticos do Acre, como Rio Branco e Acrelândia, que concentram boa parte das disputas ao longo do período analisado (2015 -2023). Tais flutuações também podem indicar a sensibilidade das disputas às ações de fiscalização e à implementação de políticas públicas, que ora promovem contenção, ora intensificam tensões em territórios já fragilizados.

Os dados sugerem ainda que a fragilidade no ordenamento territorial e a ausência de regularização fundiária eficaz alimentam um cenário de instabilidade em seringais, terras indígenas e assentamentos rurais. Esses territórios tradicionais permanecem como um dos principais focos de disputa, com invasões e desmatamento ilegal ameaçando a integridade das áreas ocupadas por povos como os Jaminawa, Kaxinawa, Kulina, Katukina e Poyanawa por exemplo. UCs, como Reservas Extrativistas (RESEX), além de seringais tradicionais, também registram conflitos significativos, refletindo a tensão entre modelos de uso sustentável da terra e a crescente pressão de grileiros, fazendeiros e agentes do agronegócio. Essa tensão é agravada pela regularização fundiária inconclusa e pela sobreposição de reivindicações fundiárias que reforçam a instabilidade social e territorial nos assentamentos.

Gestão Climática

As mudanças do clima têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña[23] contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivados de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares, devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada. Na Faixa de Fronteira do Acre, essas vulnerabilidades ganham contornos ainda mais complexos, diante das longas distâncias, da baixa densidade populacional e das limitações estruturais para a atuação pública em localidades de difícil acesso.

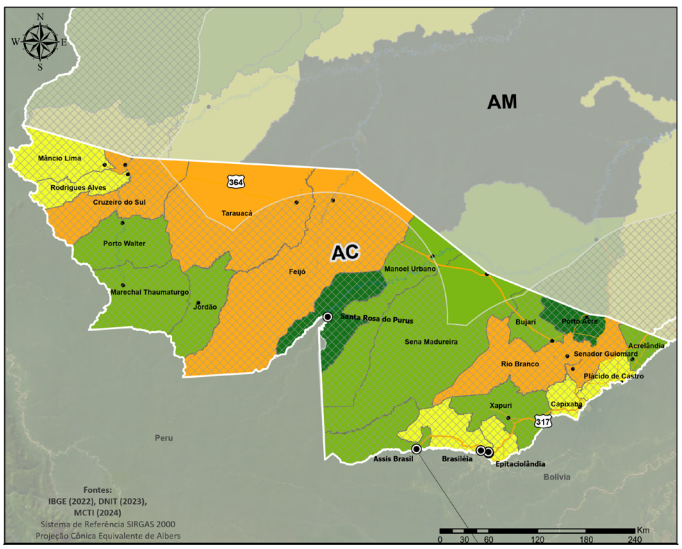
CONSIDERE

Os impactos das mudanças climáticas observados sobre o território reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra, tanto urbana, quanto rural, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais como clima, padrão de chuvas, relevo e tipos de solo.

23. O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: http://enos.cptec.inpe.br/.

A capacidade político-institucional dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira para a gestão, a promoção de medidas de mitigação e adaptação, prevenção e monitoramento de riscos ou existência de aparato legal específico é, em geral, ainda baixa ou muito baixa. No Estado do Acre, mais de 80% dos seus municípios se encontram nesses baixos índices de avaliação das capacidades político-institucional e de gestão para lidar com as mudanças climáticas[24].

Fato é que, com mais frequência e maior intensidade, os eventos climáticos extremos estão incidindo sobre cidades e territórios. Dados do Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil, MCTI) indicam que os Municípios brasileiros têm capacidade baixa ou muito baixa de adaptação a eventos climáticos extremos. As ilustrações a seguir apresentam os índices de risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa para recursos hídricos, seca e para desastres geo-hidrológicos; inundações, enxurradas, alagamentos e deslizamentos no estado do Acre.



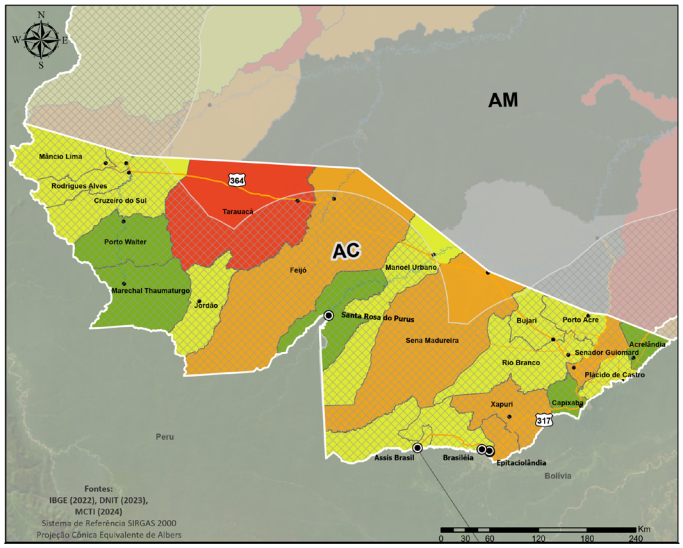
Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca (*)

Municípios como Rio Branco, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul apresentam risco alto de Impacto para seca. Mâncio de Lima, Rodrigues Alves, Brasiléia, Epitaciolândia e Plácido de Castro apresentam risco médio.

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79

24. O AdaptaBrasil MCTI é desenvolvido por meio de uma cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP), sendo fomentado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O índice de risco de impacto é uma composição dos índices de vulnerabilidade, exposição e ameaça climática (período presente e cenários futuros).

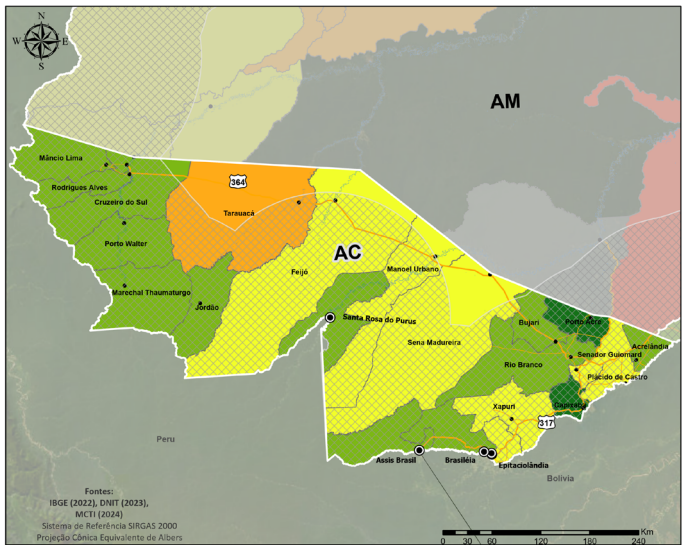


Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos (*)

No Estado do Acre, somente o Município de Tarauacá apresenta o índice muito alto, enquanto Sena Madureira, Feijó e Xapuri aparecem com risco médio.

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00



(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/ 2024

Índice de risco de impacto para deslizamento (*)

Municípios como Feijó, Manoel Urbano, Sena Madureira, Xapuri e Epitaciolândia apresentam risco médio para impacto de deslizamento. Destaque para Tarauacá, único que apresenta o índice alto.

Legenda:

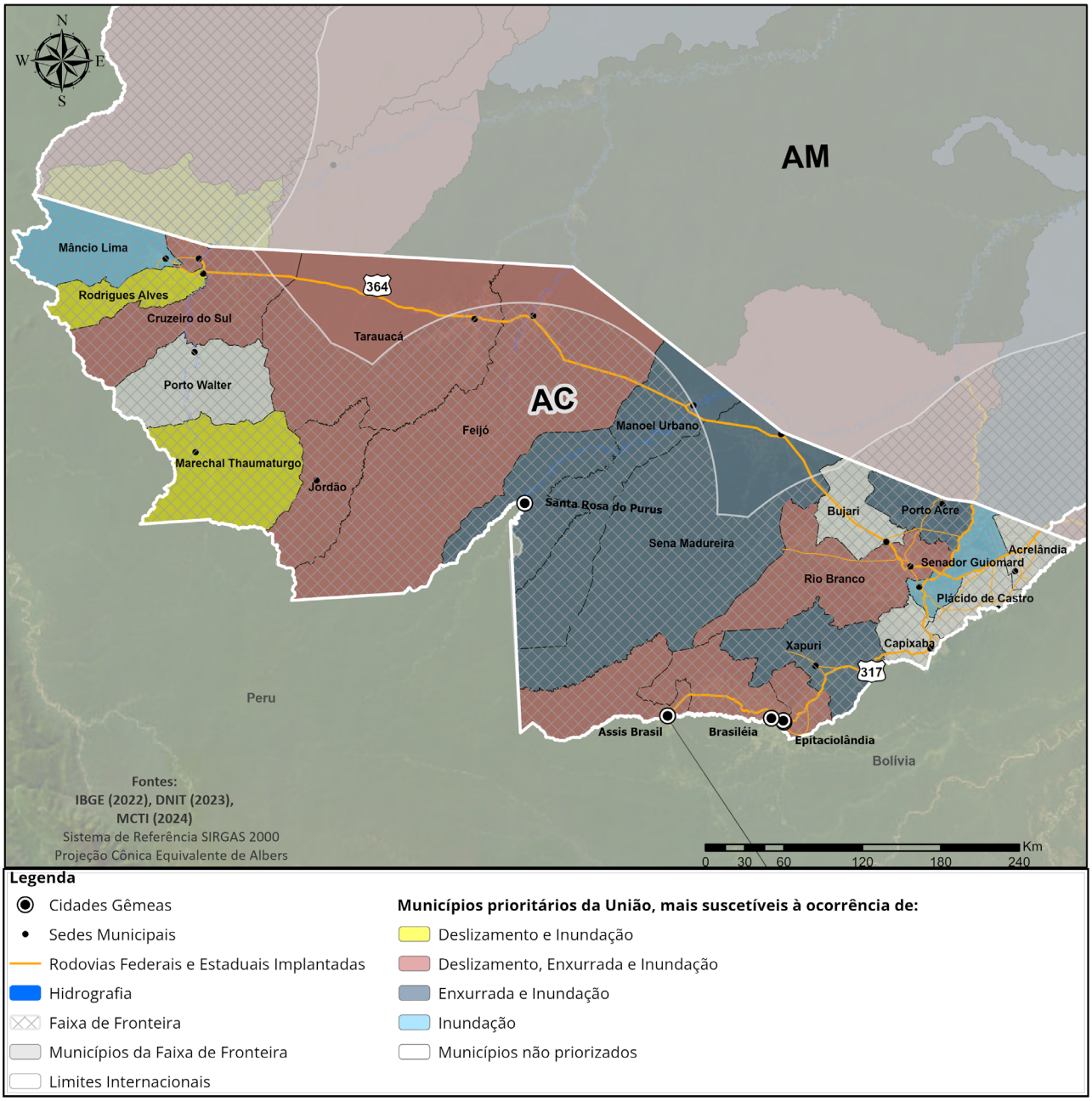
- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

Com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações[25]. No Acre, apenas os Municípios de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro e Porto Walter não foram priorizados. Enquanto que os demais apresentam maior suscetibilidade a diferentes tipos de risco como deslizamentos, enxurradas e inundações.

Com base nessa iniciativa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil do MIDR (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)[26], com o objetivo de retratar a capacidade do municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. No Acre, os Municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó e Rio Branco foram classificados como Perfil de Risco "Prioritário".

25. Em 2023, foram selecionados 1.942 municípios mais suscetíveis a desastres climáticos em todo o país, a partir da análise de dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico. Em 2025, uma nova revisão foi feita, totalizando 2.086 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas e inundações (base de dados até 2024).
26. O ICM foi construído para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil, considerando o perfil de risco e o porte do município. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuidas em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GRD) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm

Mapa 4 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos municípios de fronteira amazônica, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[27], desenvolvido pelo Observatório do Clima[28], apontam para os anos de 2015, 2022 e 2023[29], que o principal setor - mudança de uso da terra e floresta, corresponde à maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa, seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos. O Estado do Acre compreende os seguintes cenários, quanto às emissões de GEE:

Setor de Emissão (Mt)

	Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos
2015	5.884.981	742.416	24.600.382	328.028
2022	9.154.464	750.973	63.708.775	398.636
2023	9.689.522	761.633	18.752.332	412.284

2015 - 2023 Comparativo

Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos
Aumento das emissões na totalidade dos Municípios.	Aumento das emissões em 68,18% dos Municípios.	Redução das emissões em 68,18% dos Municípios.	Aumento das emissões em 90,91% dos Municípios, com exceção dos Municípios de Capixaba e Marechal Thaumaturgo.

27. O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industrias e resíduos para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.
28. O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais), e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).
29. Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período - 2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

No âmbito estadual, vale destacar o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), resultado de uma política de valorização da floresta em pé. Criado pela Lei Estadual nº 2.308/2010, ele reúne um conjunto de estratégias e instrumentos que beneficiam quem produz com sustentabilidade e conserva o meio ambiente. O SISA contém sete programas que envolvem a redução dos índices de desmatamento e queimadas; a conservação de florestas e o manejo sustentável abrindo caminho para vantagens ambientais e sociais que beneficiam a população acreana, especialmente a que mora na floresta e que contribui também para a gestão climática.

O Estado do Acre conta também o *Programa REM (REDD+ Early Movers ou "Pioneiros em REDD+")*, uma iniciativa que premia pioneiros da proteção florestal e da mitigação de GEE. Lançado na Conferência Rio+20, em junho de 2012, com recursos do Fundo de Energia e Clima do Governo Federal da Alemanha, o Programa incentiva a conservação das florestas e a redução de emissões de carbono, de modo a contribuir para a mitigação das mudanças do clima, especialmente do aquecimento global. A finalidade do *Programa REM* é apoiar com "financiamento ponte" implementadores de programas jurisdicionais de REDD+ para fortalecer sua autonomia e sustentabilidade.

O *Programa REM* consiste, ainda, na remuneração sobre resultados (ex-post) de reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundos do desmatamento. Ele teve sua primeira fase implementada com recursos de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) no âmbito da Cooperação Financeira Alemã e agora inicia a implementação de uma segunda fase, também com a parceria do Reino Unido/BEIS[30].

30. Ver mais em: http://imc.ac.gov.br/programa-para-pioneiros-em-redd-rem/

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transportes e Logística

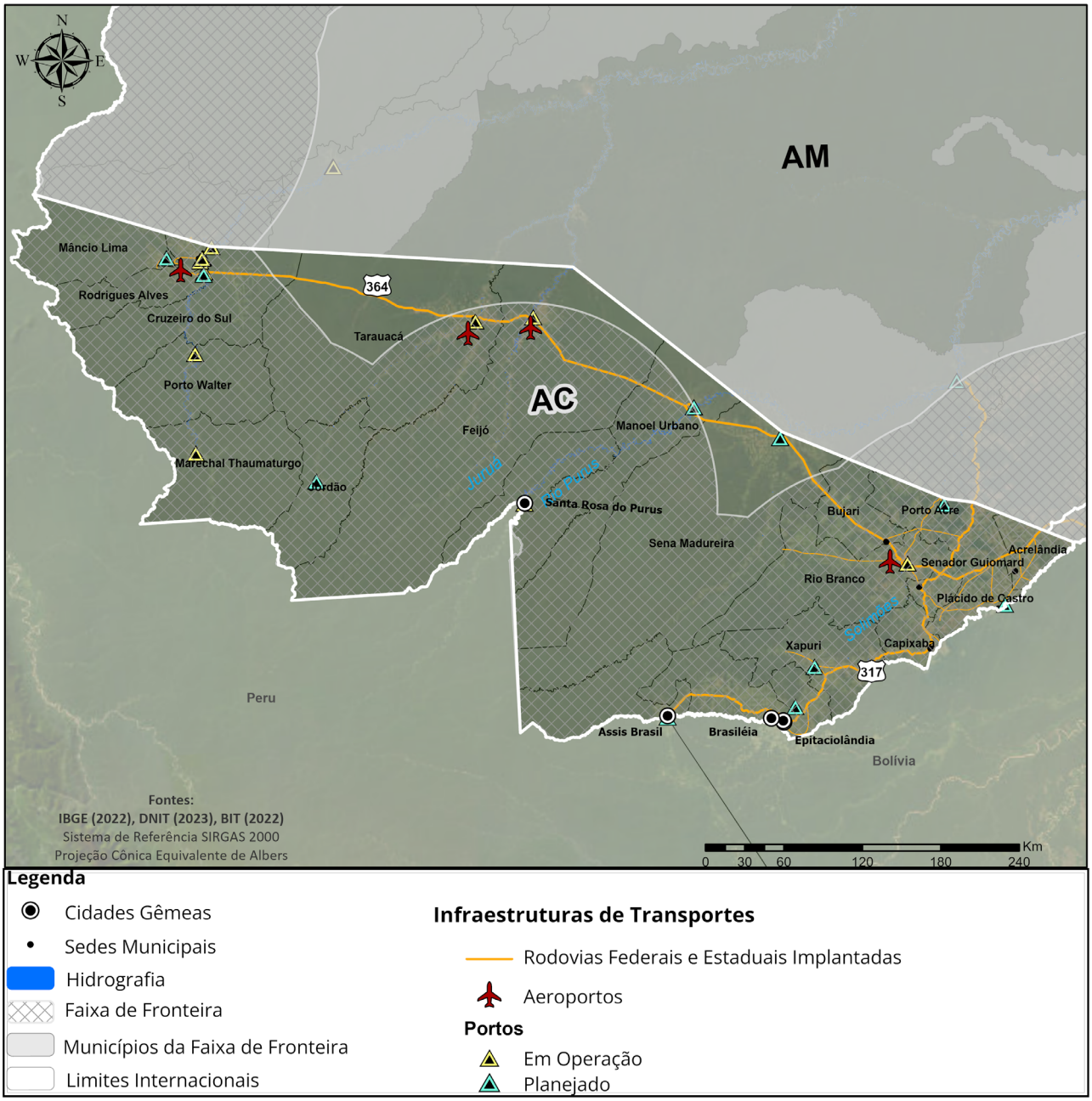
O acesso à Faixa de Fronteira terrestre da Amazônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho), a BR-319 (Manaus/Porto Velho), a BR-174 (Manaus/Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

No Acre, a BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, é uma das rodovias mais importantes. Com início em Porto Acre, atravessa as Cidades de Senador Guiomard, Capixaba, Plácido de Castro, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, e a Capital Rio Branco, até chegar em Assis Brasil, município localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. Já a BR-364 desempenha um papel estratégico na conectividade da região. No Estado, cruza municípios importantes como Rio Branco, Feijó e Tarauacá, finalizando em Mâncio Lima. Além de conectar áreas produtoras aos mercados nacional e internacional, a rodovia é vital para o escoamento de produtos agropecuários e industriais das regiões Norte e Centro-Oeste.

Dada a presença de extensos rios e cursos d`água, o transporte fluvial também representa papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e produtos, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas dos municípios da Faixa de Fronteira. Dentre os principais rios do Acre estão o Rio Acre, Rio Macauã, Rio Iaco, Rio Envira, Rio Tarauacá e Rio Purus.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional, além de garantir a mobilidade de passageiros, desempenha um papel estratégico no transporte de cargas, facilitando a circulação de produtos e insumos essenciais para o comércio local e o crescimento econômico da região.O Acre possui dois aeroportos concedidos, o de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e outros dois públicos, que operam regionalmente em determinados dias da semana, o Aeroporto de Feijó e o Aeroporto José Galera dos Santos em Tarauacá. Há ainda pistas de pouso nas cidades de Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus e Jordão. A conectividade aérea no Acre é marcada por desafios estruturais, como a limitada oferta de voos e o elevado custo das passagens, fatores que restringem a mobilidade da população e o acesso a serviços e oportunidades.

Mapa 5 - Infraestruturas de Transportes que interligam o Estado do Acre

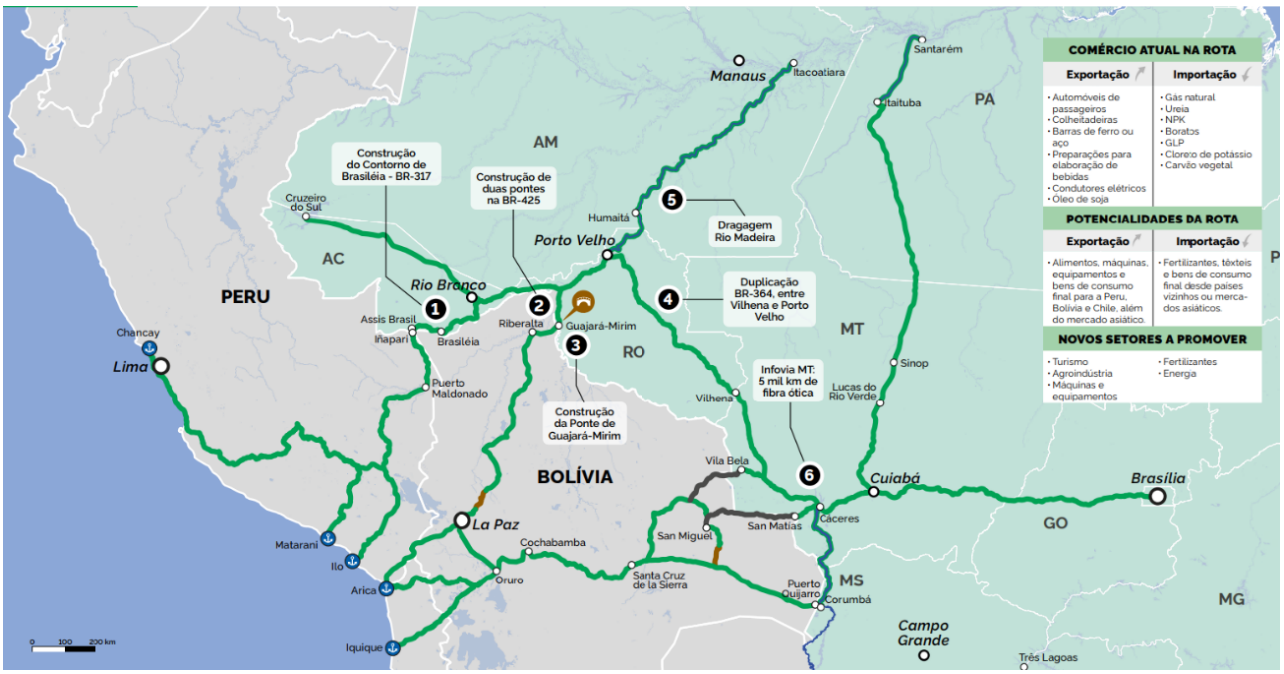


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

No contexto das relações transfronteiriças, vale destacar os esforços de integração regional dos países da América do Sul que resultaram na criação da *Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA)* em 2000. A IIRSA visava conectar os países sul-americanos por meio de grandes investimentos em infraestrutura, especialmente nos setores de transporte, energia e telecomunicações. Um dos principais projetos foi a construção da rodovia que liga Assis Brasil (Brasil) aos portos do Pacífico no Peru, concluída em 2011. Conhecida como Interoceânica Sul no Peru, a obra pretendia facilitar o escoamento de produtos brasileiros para a Ásia. No entanto, atualmente, a estrada é usada principalmente por turistas, distante dos objetivos econômicos originais.

Atualmente, no âmbito das propostas para implantação de transporte e logística, vale destacar o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. Criado em 2022 pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil, seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, a Rota 3, Quadrante de Rondon, é a que tem previsão de atravessar o Acre. A Rota 3 compreende integralmente dois Estados da região Norte, Acre e Rondônia, parte do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Estas vias conectam o Brasil ao Peru e à Bolívia, tendo como ponto destino quatro portos no Oceano Pacífico: três no Peru (Chancay, Ilo e Matarani) e um ao norte do Chile (Arica).

Figura 2 - Rota 3 do Programa de Integração Sul-Americana



Fonte: MPO, 2024.

Infraestrutura Energética e de Comunicações

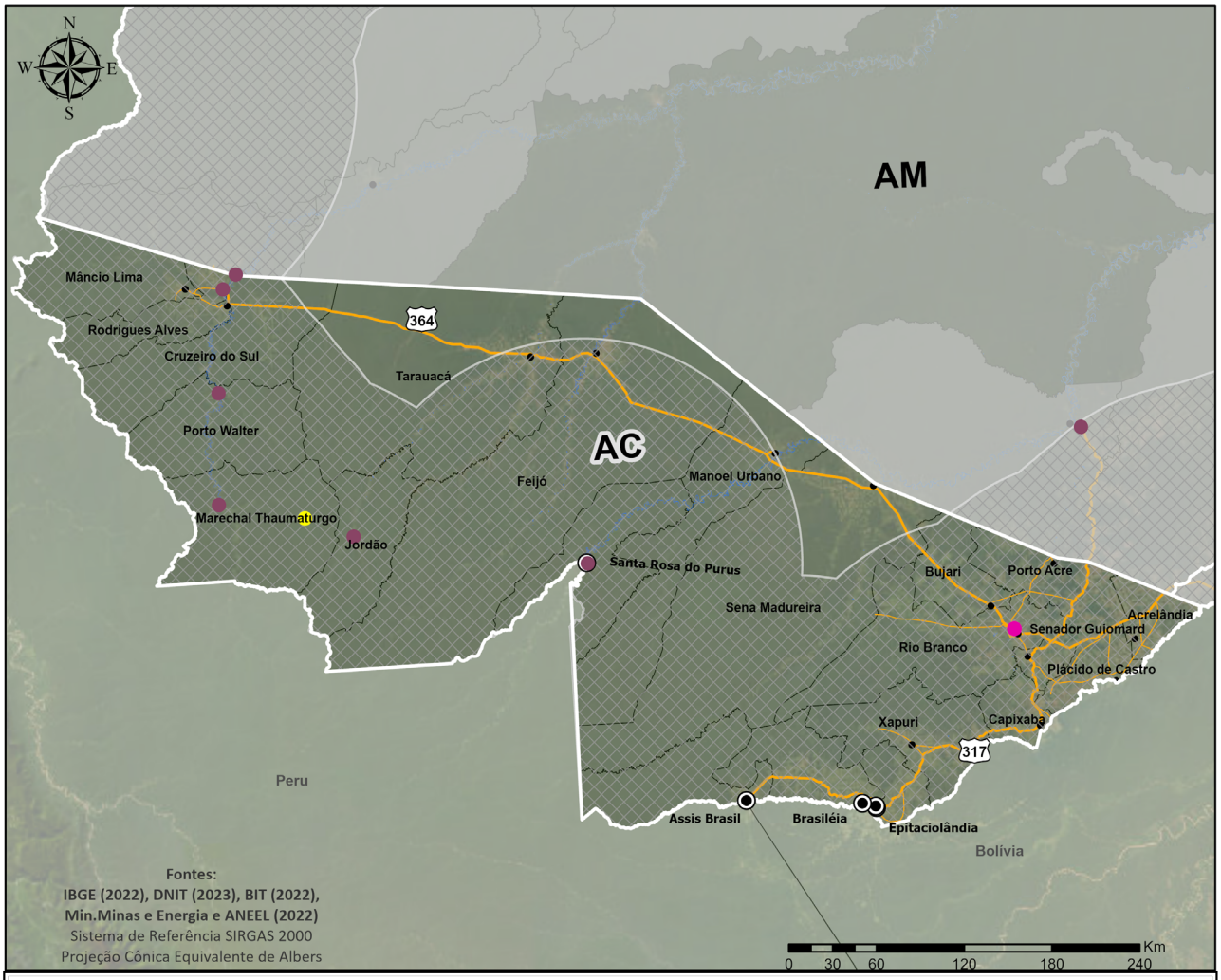
As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Amazônia são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia[31] de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil. Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e da solar (0,4%).

No contexto dos Estados de fronteira amazônica, Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%) representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%) e Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a apenas 4,15% do total da Região Norte.

No Acre, estão estabelecidas a Usina Fotovoltaica da Vila Conceição, em Marechal Thaumaturgo, e as Usinas Termelétricas Acre e Triunfo, no Município de Rio Branco. Convém destacar que no Acre, a fonte termoelétrica representa a maior capacidade instalada de geração de energia. Embora o Estado esteja integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), regiões interiores e de difícil acesso dependem de sistemas isolados ou de geração própria, como pequenos sistemas fotovoltaicos ou hidrelétricas locais[32].

31. Capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.
32. O MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados (SISOL). Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica da Amazônia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI - disponível em: <https://pasi.epe.gov.br/>), com o propósito de agregar informações atuais ao SISOL e dar maior transparência aos dados. O Governo Federal instituiu em 2020 o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de fornecer energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. No Acre, foram instaladas placas de energia solar nas comunidades extrativistas e terras indígenas. Com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao Programa Luz Para Todos (PLPT).

Mapa 6 - Geração de energia elétrica (Infraestrutura de energia e Sistemas Isolados) do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Com relação às infraestruturas de comunicações observa-se que, de forma abrangente, a cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade é limitada, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso de redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico. A baixa velocidade de internet, mesmo nas áreas onde há cobertura, limita o uso de serviços essenciais, como educação a distância, telemedicina e outras iniciativas digitais.

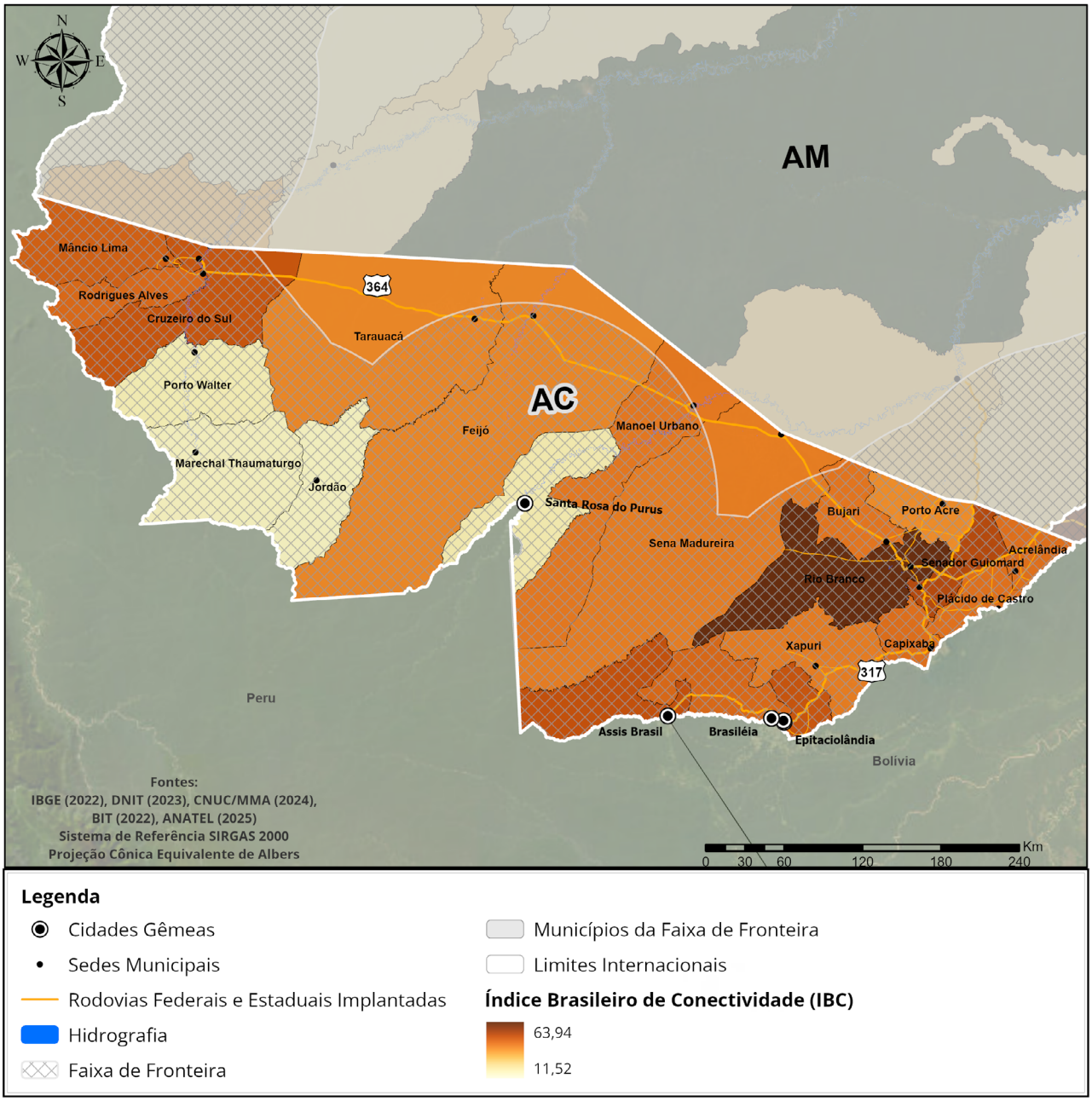
Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado[33], ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região.

Nesse contexto, ganham relevância soluções complementares baseadas em conectividade via satélite de baixa órbita, que oferecem maior cobertura geográfica, menor latência em comparação aos satélites tradicionais e maior rapidez de implantação. Essas alternativas têm sido particularmente importantes para atender escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e localidades ribeirinhas, onde a chegada da fibra pode ser lenta ou inviável no curto prazo. De todo modo, a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes são fundamentais para a inclusão digital nos municípios da Faixa de Fronteira.

O Índice Brasileiro de Conectividade Digital (IBC) é uma ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para classificar estados e municípios brasileiros de acordo com seus estágios de conectividade. Ao analisar os valores de IBC obtidos pelo Acre no intervalo de 2021 a 2025, é possível perceber uma melhora significativa na conectividade do estado, que passou de 33,41 em 2021 para 52,43 em 2025. Entre os estados pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte, o Acre ocupa a 4ª posição no comparativo de índices de conectividade em 2025, atrás de Rondônia, Amapá e Pará, que apresentam valores de IBC superiores, respectivamente. Dos municípios localizados na faixa de fronteira do Acre, Rio Branco possui o maior valor de IBC (63,94 em 2025), enquanto Jordão registra o menor (16,53 em 2025), uma diferença de aproximadamente 47 pontos. As cidades-gêmeas Assis Brasil, Epitaciolândia, Brasiléia e Acrelândia possuem índices próximos a 50, enquanto Santa Rosa do Purus possui 19,09 de IBC em 2025.

33. A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente na Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que, desde 2020, conecta 59 municípios do conjunto de Estados que a integram por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial.

Mapa 7 - Índice Brasileiro de Conectividade - Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Saneamento Básico

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais e impactar a saúde pública, podendo gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de água para muitas comunidades da região.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados a seguir, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos. Com relação ao abastecimento de água potável, os municípios enfrentam um déficit significativo. As cidades-gêmeas têm cobertura de atendimento maior que 50%, com exceção de Santa Rosa do Purus com cobertura de 40,4%. Assis Brasil chega a 69,5% da população com acesso à rede de água potável.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, não há dados disponíveis, evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço. Porém é possível confirmar que em alguns municípios a oferta de saneamento é baixa, como na Capital Rio Branco onde somente 20,67% da população possui acesso a esgotamento sanitário.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, observa-se a predominância de lixões como forma de disposição final, comprometendo a qualidade ambiental e a saúde da população. Os municípios que abrangem fronteiras secas podem enfrentar ainda a circulação irregular de resíduos entre os países vizinhos, ou que exijam maior articulação entre as pessoas envolvidas na gestão desses serviços. A cidade-gêmea Santa Rosa do Purus é a que possui menor taxa de cobertura de coleta dentre os municípios do Estado (29,75%) e a Capital Rio Branco a que possui a maior taxa (93,12%).

Com relação à drenagem urbana[34], os dados revelam grande variação de risco entre os municípios lindeiros, com destaque para Acrelândia, Bujari e Capixaba. Já em Cruzeiro do Sul, cerca de 70,8% da população está sujeito a risco inundação.

34. Considerando a diversidade de indicadores sobre o tema, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (SINISA,2022).

Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira do Acre	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Acrelândia	39,86	NI	42,76	100
Assis Brasil	69,53	NI	58,02	97
Brasiléia	61,84	NI	73,65	75,2
Bujari	44,03	NI	44,51	100
Capixaba	42,53	NI	41,84	100
Cruzeiro do Sul	50,68	NI	83,8	29,2
Epitaciolândia	63,42	NI	70,09	96,7
Feijó	18,31	NI	50,69	NI
Jordão	34,94	NI	41,6	31,3
Mâncio Lima	61,31	62,2	31,1	100
Manoel Urbano	56,42	NI	67,51	94,2
Marechal Thaumaturgo	26,51	NI	32,18	81,3
Plácido de Castro	52,92	NI	59,43	99,4
Porto Acre	24,29	NI	59,91	80
Porto Walter	40,09	NI	36,12	95
Rio Branco	53,5	20,67	93,12	97,3
Rodrigues Alves	40,32	NI	52,48	65,8
Santa Rosa do Purus	40,37	NI	29,75	71,8
Senador Guiomard	33,35	NI	63,55	97,9
Sena Madureira	38,15	NI	48,97	67,9
Tarauacá	34,13	NI	57,51	77,8
Xapuri	60,18	NI	63,98	NI
Estado do Acre	**48**	**10,5**	**74,1**	**87,9**
Brasil	**84,9**	**56**	**90,4**	**95,7**

(*) Fronteira seca. NI = Não Informado.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados SINISA, 2022.

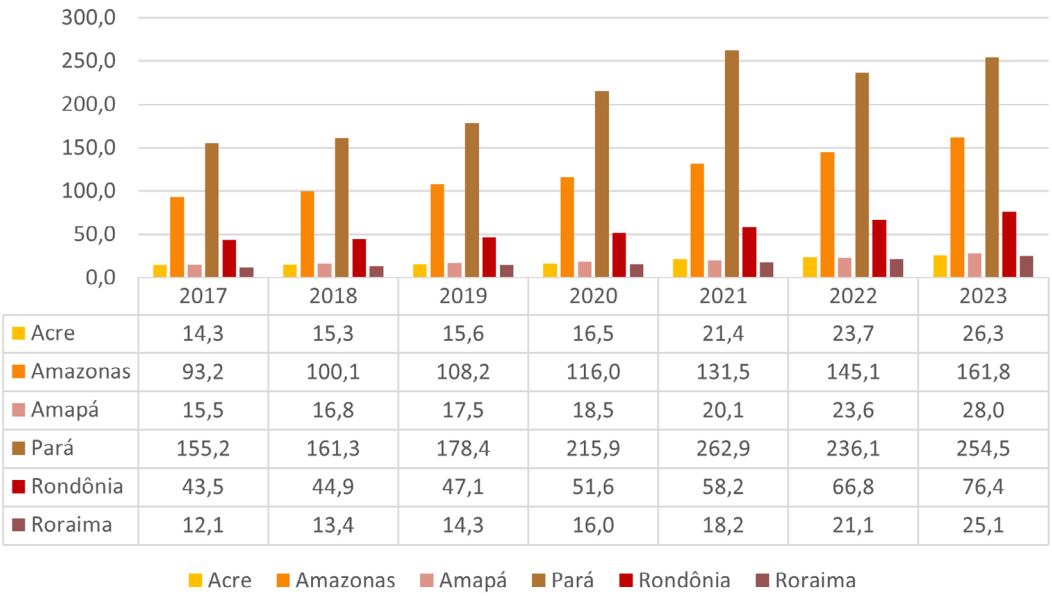
Foto: Diego Gurgel - produtor seringa Projeto Pedro Peixoto

Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Estrutura Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território[35]. Apesar de não revelar fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades. O Estado do Acre apresenta resultados de PIB entre os três menores valores da região de fronteira amazônica, juntamente com Amapá e Roraima. No Gráfico a seguir, é apresentado o valor do PIB para a última série de cinco anos. Em 2017, observa-se que o Acre aparece com a segunda menor economia e em 2021, ultrapassa o Amapá, com PIB de 21,4 bilhões.

Gráfico 7 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4	23,7	26,3
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5	145,1	161,8
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1	23,6	28,0
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9	236,1	254,5
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2	66,8	76,4
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2	21,1	25,1

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, 2023.

35. Foram adotadas as séries anuais recentes, sendo para a evolução do PIB de 2017 a 2023 e, para as condições atuais em geral, o foco no último ano disponível para o dado em pauta.

Na análise da participação do valor adicionado dos Setores de Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública[36] no valor adicionado bruto total[37], observa-se que no Acre o Setor de Serviços tem uma contribuição relevante (74,0%), em especial na administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (40,8%). É possível observar que a segunda maior contribuição é do Setor Agropecuário, com participação em mais de 18,9% na economia do Estado, atrás apenas de Rondônia.

Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)

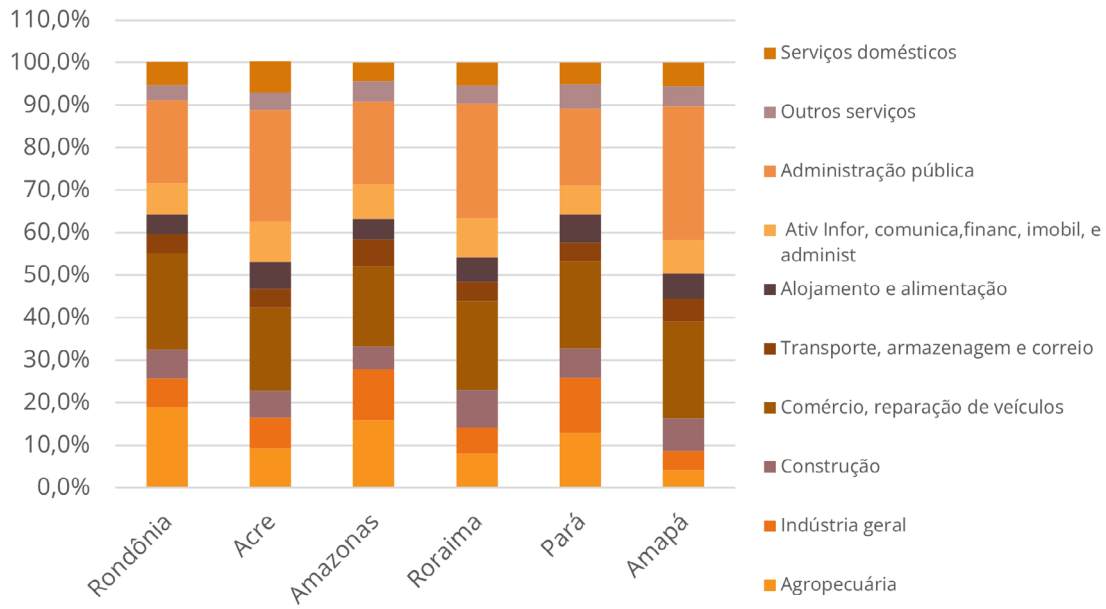
Setores	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	**17,1%**	**18,9%**	**5,4%**	**8,9%**	**12,9%**	**1,2%**
Indústria	**8,0%**	**19,0%**	**40,1%**	**11,7%**	**28,5%**	**10,4%**
Indústria extrativa	0,0%	0,2%	2,1%	0,1%	13,5%	0,1%
Indústria de transformação	3,3%	7,7%	32,6%	1,3%	5,6%	1,6%
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,2%	8,2%	2,1%	5,4%	4,8%	5,2%
Construção	3,5%	2,9%	3,2%	4,9%	4,7%	3,6%
Serviços	**74,9%**	**62,1%**	**54,5%**	**79,5%**	**58,6%**	**88,3%**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,5%	10,8%	10,2%	12,2%	10,8%	12,1%
Transporte, armazenagem e correio	1,0%	1,4%	3,4%	1,9%	2,5%	1,4%
Informação e comunicação	0,9%	0,7%	1,3%	1,0%	0,9%	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1%	3,9%	2,3%	2,8%	2,9%	2,5%
Atividades imobiliárias	9,5%	8,6%	6,4%	7,7%	7,2%	10,8%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	38,5%	27,6%	20,2%	46,2%	23,6%	48,3%
Outros serviços	10,3%	9,1%	10,6%	7,6%	10,7%	12,0%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

36. O setor de Agropecuária corresponde a: agricultura, pecuária e produção florestal; pesca e aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. Já o Setor de Serviços engloba: Comércio, transportes, informação e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e outros serviços.
37. A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que também o Setor de Serviços aparece como principal empregador na economia desta região. Apesar de a indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados. No Acre, por exemplo, a relevância do setor industrial não chega a 10%, frente à agropecuária com 18,9%, ressaltando a importância das atividades rurais para a região.

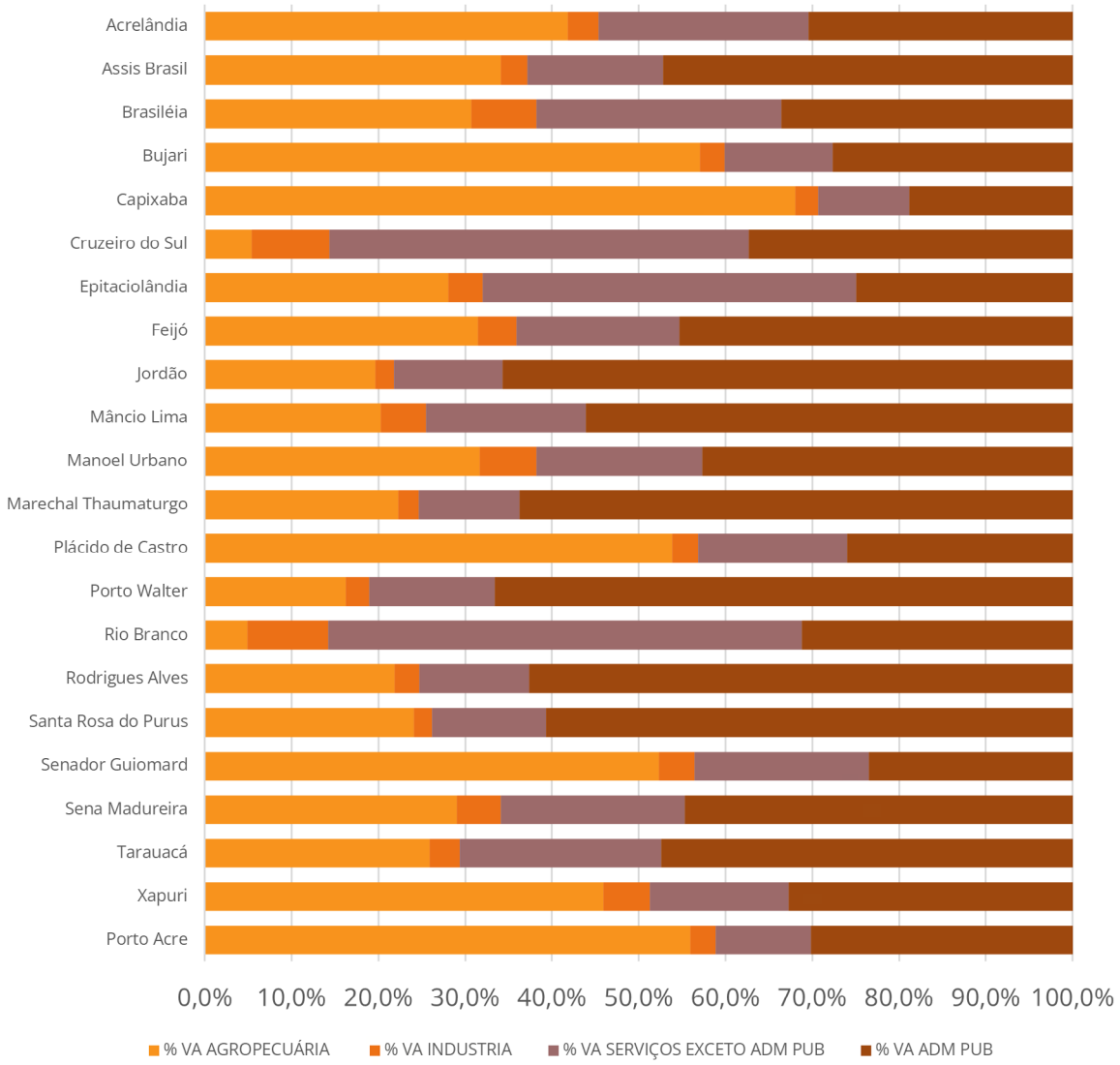
Gráfico 8 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

Em Assis Brasil e Brasiléia, o segmento agropecuário alcança cerca de um terço do valor adicionado. Já nas outras cidades-gêmeas, assim como nos outros municípios lindeiros, atinge-se para este setor o patamar de 28,0%, bem acima de Rio Branco e demais outros municípios da fronteira. Em geral, a indústria responde pelo menor percentual do valor adicionado. Em Rio Branco ocorre a maior participação industrial, alcançando 9,3% do seu VA total, e das cidades-gêmeas, Brasiléia atinge 7,5%. Em municípios como Jordão, Porto Water e Santa Rosa do Purus, a administração pública responde por mais de 60% do valor, uma participação muito superior do que ocorre nos demais municípios.

Gráfico 9 - Participação dos setores no valor adicionado total no Estado do Acre em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Atividades Produtivas

Uma vez que o trabalho envolve foco na bioeconomia e nas cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados dados econômicos vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, para demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios[38].

O mapeamento dessas cadeias existentes envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

No contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça à manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

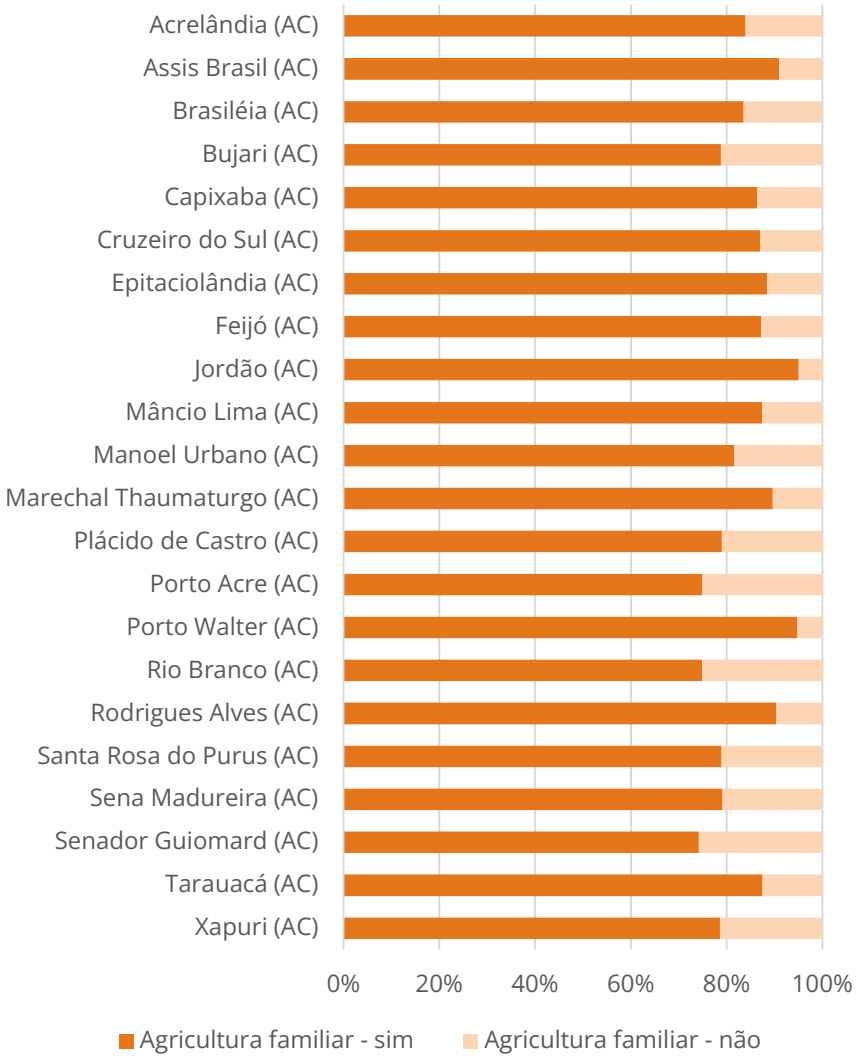
CONSIDERE

Hoje, a economia global estrutura-se em cadeias de valor, ou seja, em etapas de atividades realizadas territorialmente que agregam valor ao longo de toda a cadeia ao produto e ao seu valor final. Trata-se de relacionar potenciais cadeias produtivas de valor envolvendo produtos da biodiversidade brasileira, que são elementos das culturas locais. Contudo, essas cadeias encontram-se, grande parte das vezes desestruturadas, ou com perda de valor econômico relevante para os produtores locais, as populações regionais e a economia nacional.

38. Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE, correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

De modo geral, se observa uma alta participação em termos de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Faixa de Fronteira e capitais. Em geral, representam mais de 80% sob essa condição. No entanto, Rio Branco é o município com menor percentual dos estabelecimentos agropecuários na condição de agricultura familiar.

Gráfico 10 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor[39]

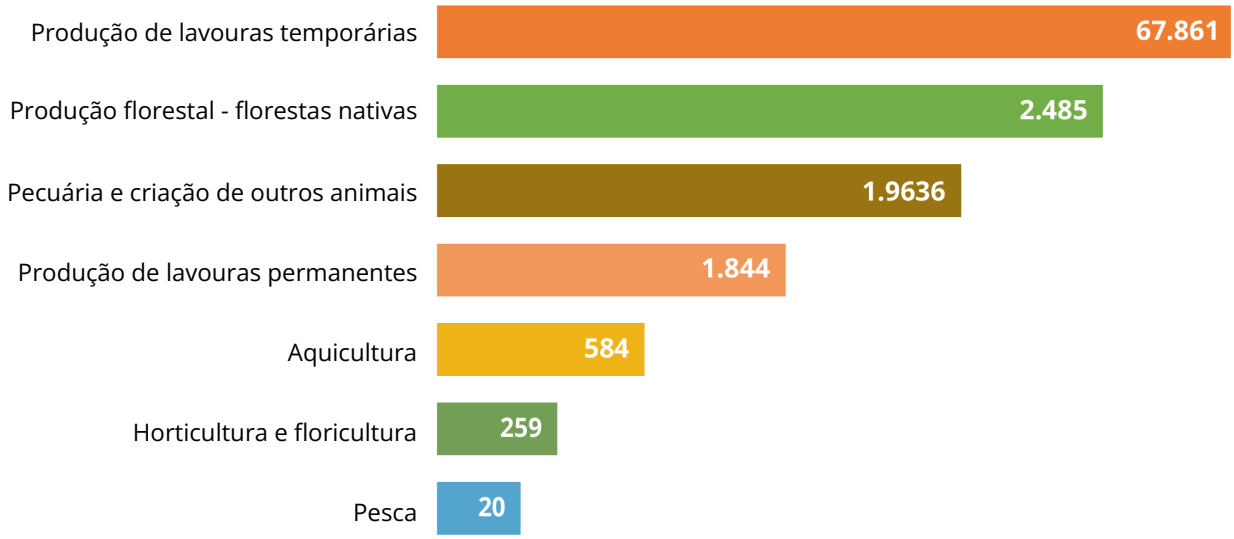


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

39. As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais, pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

No Acre, predomina a produção de lavouras (permanentes e temporárias), seguida da pecuária e criação de animais.

Gráfico 11 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Sistemas Agroflorestais (SAFs)

SAFs para recuperação ambiental são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal preestabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola. Podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. Atenção: 1) os SAFs são permitidos em ARL, APPs de pequenas propriedades ou posse rural familiar e em AUR com declividade entre 25° e 45° e áreas consolidadas; 2) o plantio de espécies exóticas com espécies nativas de ocorrência regional não pode ultrapassar 50% da área total a ser recuperada.

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levou-se em conta a quantidade e valor da produção total dos produtos.

Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023*

1°

CASTANHA DO BRASIL

Valor da produção: 65.958 mil reais
Quantidade: 9.473 toneladas

2°

MADEIRA EM TORA

Valor da produção: 19.248 mil reais
Quantidade: 172.486 m³

3°

HEVEA (látex coagu)

Valor da produção: 13.123 mil reais
Quantidade: 750 toneladas

4°

AÇAÍ

Valor da produção: 6.371 mil reais
Quantidade: 4.030 toneladas

5°

LENHA

Valor da produção: 6.303 mil reais
Quantidade: 304.511 m³

6°

CARVÃO VEGETAL

Valor da produção: 2.256 mil reais
Quantidade: 1.787 toneladas

* No bioma Amazônico, marcado pela predominância de florestas nativas, a exploração de produtos florestais, como madeira e lenha, deve observar os princípios do manejo florestal sustentável, prática regulamentada no Brasil desde a Lei Federal nº 4.771/1965 e atualmente disciplinada pela legislação ambiental vigente. Ressalta-se que os dados da PEVS/IBGE expressam os volumes e valores da produção extrativista, sem distinguir as formas de manejo ou a origem sustentável dos produtos comercializados.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PVES 2023

Potencial Turístico

O turismo transfronteiriço é potencial para explorar as oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além do fortalecimento do ecoturismo, do etnoturismo, do turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo (2025), são 16 Polos e Regiões Turísticas e 33 municípios fronteiriços distribuídos ao longo do Arco Norte e Rondônia.

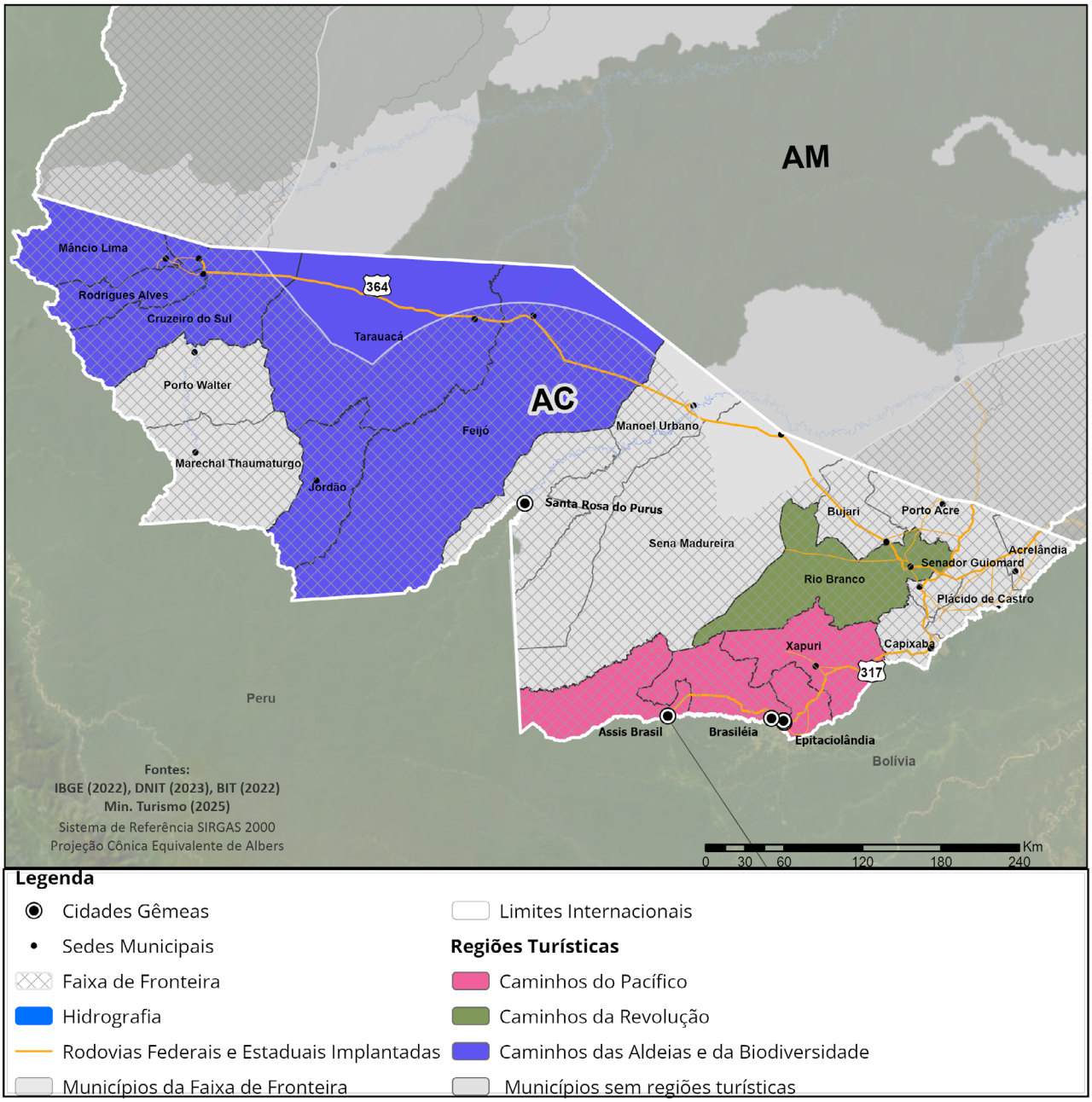
No Acre, são 10 municípios incluídos em três Regiões Turísticas:

- **Região Turística Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade** - inclui ecoturismo, trilhas na floresta, observação de pássaros, etnoturismo e vivência com comunidades indígenas. Entre os destaques estão o Parque Nacional da Serra do Divisor e a Reserva Extrativista do Alto Juruá, importantes áreas de conservação;

- **Região Turística Caminhos do Pacífico** - localizada na fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, tem como eixo a rota cênica da Estrada do Pacífico (BR-317), voltada para o turismo de integração cultural transfronteiriça, o ecoturismo, o turismo de aventura e a biodiversidade, além do turismo histórico-cultural em cidades históricas. Inclui as cidades-gêmeas de Assis Brasil e de Epitaciolândia que, juntamente com Xapuri, integram o circuito de cidades históricas do Acre;

- **Região Turística Caminhos da Revolução** - tem como foco Rio Branco, denominada a Capital Cultural da Amazônia e da cultura seringueira, além do turismo histórico-cultural, da gastronomia e da observação da natureza.

Mapa 8 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

A Capital Rio Branco se destaca entre os municípios do Estado, estando classificada na categoria de Município Turístico, concentrando o maior número de estabelecimentos turísticos, registrando o maior fluxo de visitantes e apresentando a maior arrecadação de impostos provenientes do setor, reforçando seu papel como principal destino turístico do Acre.

Quadro 3 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Acre

Município	Região Turística	Categoria
Assis Brasil	Caminhos do Pacífico	Município de apoio ao turismo
Brasiléia	Caminhos do Pacífico	Município de apoio ao turismo
Cruzeiro do Sul	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Município Turístico
Epitaciolândia	Caminhos do Pacífico	Município de apoio ao turismo
Feijó	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Município de apoio ao turismo
Jordão	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Município de apoio ao turismo
Mâncio Lima	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Município de apoio ao turismo
Rio Branco	Caminhos da Revolução	Município Turístico
Rodrigues Alves	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Município de apoio ao turismo
Tarauacá	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Município de apoio ao turismo
Xapuri	Caminhos do Pacífico	Município de apoio ao turismo

Fonte: Ministério do Turismo (2025).

Assis Lima_artesanato_indigerna| @mturdestinos

Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

O estado do Acre possui uma forte presença de povos indígenas e comunidades tradicionais. Sobre os povos indígenas há diversas informações sistematizadas, inclusive a delimitação de territórios reconhecidos e o contingente populacional. No entanto, quanto aos segmentos de comunidades tradicionais, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos.

Entre essas comunidades, destacam-se os extrativistas, frequentemente residentes em Reservas Extrativistas (RESEX) e outras Unidades de Conservação de uso sustentável. O recente levantamento feito pelo IBGE no último censo demográfico representa um marco metodológico, ao trazer informações específicas sobre moradores e domicílios localizados em Unidades de Conservação. Esses dados permitem compreender algumas das características sociodemográficas, o que pode ampliar a capacidade de planejamento de políticas públicas voltadas à inclusão social, à gestão ambiental e ao desenvolvimento territorial sustentável. Quanto aos territórios quilombolas, não foram identificas áreas oficialmente reconhecidas ou delimitadas no Acre.

Povos Indígenas

No Acre, de acordo com a FUNAI há 30 Terras Indígenas. A Comissão Pró-Indígenas do Acre[40] indica a presença de mais 5 TIs em estudo, totalizando, então, 35. Já pelo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) são contabilizadas ao todo 38 TIs, sendo nove em estudo ou processo de regularização.

40. A Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre) é uma organização da sociedade civil brasileira fundada em 1979, sem fins lucrativos, com sede em Rio Branco, tem como missão o apoio aos povos indígenas que vivem no Estado, em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos coletivos - territoriais, ambientais, linguísticos, socioculturais -, por meio de ações que articulem a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a educação intercultural e bilíngue e as políticas públicas.

Tabela 6 - Terras Indígenas localizadas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre

Nome da TI	Municípios	Etnia	Áreas em ha	Status[41]
Alto Rio Purus	Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano	Kaxinawá, KulinaPáno	263.130	Regularizada
Kampa e Isolados do Rio Envira	Jordão,Feijó	Ashaninka	232.795	Regularizada
Cabeceira do Rio Acre	Sena Madureira, Assis Brasil	Yaminawa	78.513	Regularizada
Alto Tarauacá	Jordão,Feijó	Isolados	142.619	Regularizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Feijó	Kaxinawá	127.384	Regularizada
Arara do Igarapé Humaitá	Tarauacá,Porto Walter	Arara do Acre	87.572	Regularizada
Kaxinawá do Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	87.294	Regularizada
Kampa do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Ashaninka	87.205	Regularizada
Kulina do Rio Envira	Feijó	Kaxinawá, KulinaPáno	84.365	Regularizada
Jaminaua/Envira	Feijó	Kulina Madijá	80.618	Regularizada
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Tarauacá	Kaxinawá	60.699	Regularizada
Kulina Igarapé do Pau	Feijó	Kulina Páno	45.591	Regularizada
Campinas/Katukina	Cruzeiro do Sul	Katukina	32.624	Regularizada
Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	Marechal Thaumaturgo, Jordão	Kaxinawá, Ashaninka	31.278	Regularizada
Jaminawa Arara do Rio Bagé	Marechal Thaumaturgo, Jordão	Yaminawa, Arara do Acre	28.926	Regularizada
Kaxinawá Nova Olinda	Feijó	Kaxinawá	27.533	Regularizada
Nukini	Mâncio Lima	Nukiní	27.264	Regularizada

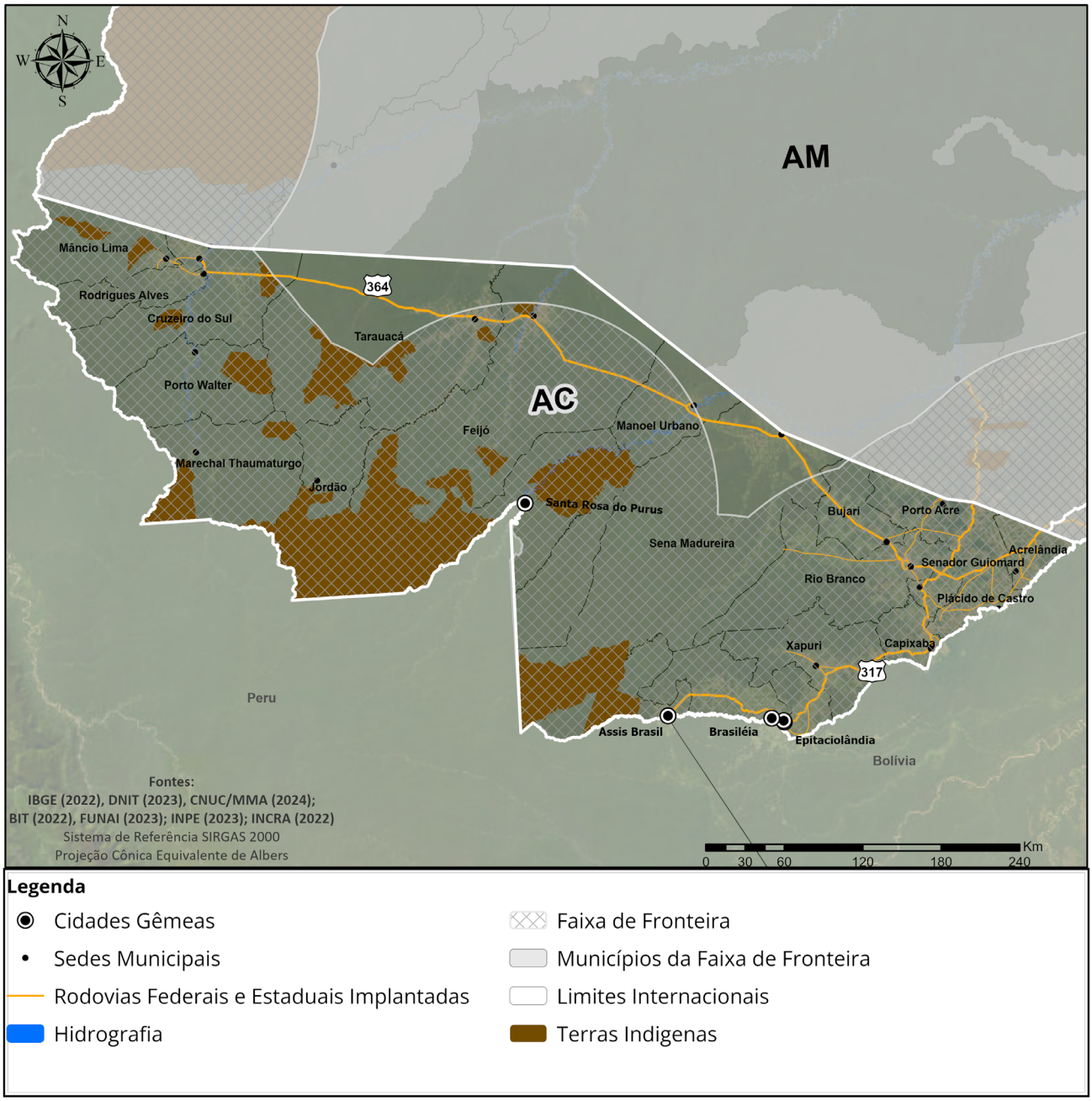
41. Sobre o status da situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Nome da TI	Municípios	Etnia	Áreas em ha	Status
Jaminawa do Igarapé Preto	Cruzeiro do Sul	Yaminawa	25.652	Regularizada
Poyanawa	Mâncio Lima	Poyanáwa	24.499	Regularizada
Katukina/Kaxinawá	Feijó	Kaxinawá,Katukina	23.474	Regularizada
Kampa do Igarapé Primavera	Tarauacá	Ashaninka	21.987	Regularizada
Mamoadate	Sena Madureira, Assis Brasil	Machineri, Yaminawa	313.647	Regularizada
Igarapé do Caucho	Tarauacá,Feijó	Kaxinawá	12.318	Regularizada
Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Jordão	Kaxinawá	8.726	Regularizada
KaxinawA Colônia Vinte e Sete	Tarauacá	Kaxinawá	105	Regularizada
Rio Gregório	Tarauacá	Katukina,Yawanawá	187.125	Regularizada
Arara do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo	Arara do Acre	20.534	Regularizada
Riozinho do Alto Envira	Santa Rosa do Purus, Feijó	Isolados	260.972	Em estudo ou processo de regularização
Kaxinawá Seringal Independência	Jordão	Kaxinawá	11.584	Em estudo ou processo de regularização
Nawa	Mâncio Lima	Nawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Kaxinawá Seringal Curralinho	Feijó	Huni Kuĩ (Kaxinawá)	-	Em estudo ou processo de regularização
Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira	Jaminawa	-	Em estudo ou processo de regularização

Nome da TI	Municípios	Etnia	Áreas em ha	Status
Manchineri do Seringal Guanabara (Riozinho do Iaco)	Assis Brasil, Sena Madureira	Manchineri, Jaminawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Jordão	Isolados	-	Em estudo ou processo de regularização
Kulina do Médio Juruá	Tarauacá	Kulina	-	Em estudo ou processo de regularização
Estirão	Santa Rosa do Purus	Kulina e Yaminawá	-	Em estudo ou processo de regularização
Kuntanawa	Marechal Thaumaturgo	Kuntanawa	-	Em estudo ou processo de regularização
Mashco do Rio Chandless	Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira	Mashco Isolados do Rio Chandless	-	Em estudo ou processo de regularização

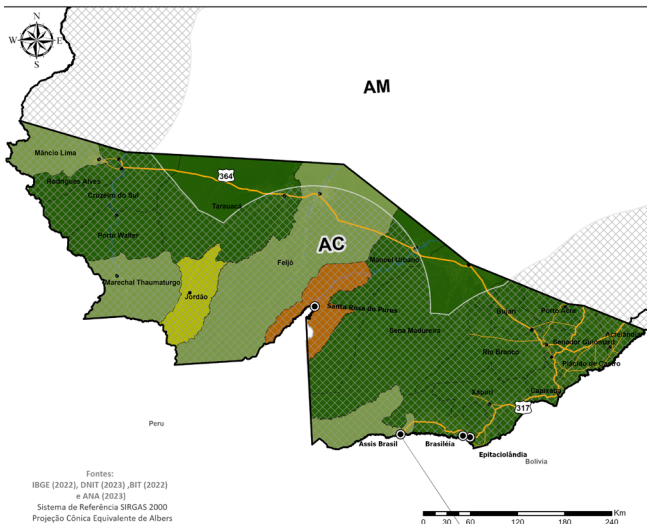
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados da FUNAI, 2024, SEGEO/CPI-Acre, 2025 e ISA, 2025.

Mapa 9 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região amazônica, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na Faixa de Fronteira, de modo geral, e no Arco Norte e Rondônia, especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que aí estão, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs.



Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 50%
- 50,01 - 80%
- maior que 80%

População Indígena do Acre

O Município com maior população indígena é Santa Rosa do Purus, cuja população indígena representa 64% do total da população do município, totalizando 4.297 indígenas. Mais de 1/3 da população indígena de Santa Rosa do Purus não está em terras indígenas (38,6%). Em seguida, destaca-se o Município de Jordão, que apresenta 44,6% da população declarada indígena, dos quais 79,6% estão em terras indígenas. Em termos absolutos, no entanto, a população indígena de Feijó também é expressiva, chegando a 4.436 indivíduos.

A região do Alto Juruá no Acre, na linha de fronteira entre o Brasil e o Peru, é caracterizada por sua remota localização e baixa densidade populacional. Nessa região, destaca-se o Rio Amônia, onde um trecho próximo à Foz do Breu, no município de Marechal Thaumaturgo, se projeta em direção ao território peruano. Esse espaço abriga a Terra Indígena (TI) Kampa do Rio Amônia, habitada pelos povos Ashaninka, e também outros territórios protegidos, como a Reserva Extrativista (RESEX) Alto Juruá, e o Projeto de Assentamento (PA) Amônia na margem esquerda, evidenciando a coexistência de diferentes modos de vida. Há também a presença de povos isolados ou de recente contato.

Nesta região, vale destacar as iniciativas comunitárias de articulação e troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental entre comunidades indígenas na região de fronteira Acre-Peru que incluem intercâmbios que possibilitam a produção de informações sobre a situação das terras indígenas e comunidades nativas e sobre os problemas que os povos indígenas estão enfrentando em seus territórios e os impactos dos projetos de desenvolvimento econômico e infraestrutura na região, como construção de estradas e outras vias de conexão, e a exploração de madeira, petróleo, minérios e gás natural[40].

No final de 2021, foi criada a "Comissão Transfronteiriça Yurúa/AltoTamaya/Juruá", que reúne lideranças indígenas e diversos parceiros dos dois lados da fronteira. A comissão realiza encontros periódicos, nos quais compartilha informações sobre o cenário fronteiriço, acompanha os projetos governamentais e as atividades ilegais e debate estratégias conjuntas de luta para a preservação do meio ambiente e a garantia dos direitos indígenas[41].

Outra iniciativa da sociedade civil organizada na fronteira Brasil-Peru são as propostas de Corredores Territoriais para a Proteção de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, liderada pelas principais federações e organizações indígenas do Peru e suas plataformas de coordenação em ambos os lados desta fronteira. A iniciativa tem como objetivo a proteção a longo prazo de dois corredores territoriais (Yavarí-Tapiche e Pano-Arawak), com 25 milhões de hectares, que abrigam os maiores territórios contínuos do mundo de povos indígenas em isolamento[42].

Para além da promoção de justiça social, a proteção dos povos indígenas, assim como de outras comunidades tradicionais, consiste também em estratégia de sustentabilidade ambiental do bioma. Entretanto, é sabido que os grupos localizados na região estudada enfrentam ameaças diversas. Nas últimas décadas, o avanço de frentes madeireiras, frequentemente vinculadas a corporações multinacionais, e também a presença de facções criminosas e do narcotráfico, têm intensificado os conflitos fundiários e ambientais. Esse cenário coloca em risco tanto a integridade dos territórios quanto a preservação dos ecossistemas locais, agravando a vulnerabilidade socioambiental da região.

40. Ver mais em: https://cpiacre.org.br/articulacoes-binacionais/
41. Fonte: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/213671/213068. Ver mais em: https://cpiacre.org.br/a-fronteira/
42. Ver mais em: https://trabalhoindigenista.org.br/encontro-corredores-territoriais-povos-isolados/

Unidades de Conservação

A presença populacional em áreas protegidas está fortemente associada às políticas socioambientais implementadas desde o final do século XX, que reconheceram o papel das populações tradicionais na conservação da floresta. Assim, as Unidades de Conservação não configuram apenas espaços de proteção ambiental, mas também territórios de vida, trabalho e identidade cultural, onde a dinâmica socioeconômica está diretamente vinculada à manutenção dos ecossistemas amazônicos.

A análise das populações residentes nessas áreas torna-se, portanto, fundamental para compreender as especificidades do desenvolvimento regional, evidenciando desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, conectividade territorial e oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que destaca o potencial estratégico dessas comunidades para modelos de desenvolvimento baseados no uso sustentável da biodiversidade.

As UCs desempenham papel central na organização territorial do Acre, articulando a preservação ambiental à presença histórica de populações tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução social e econômica.

Dados do Censo do IBGE,2022 indicam que 34.394 pessoas residem em Unidades de Conservação no Acre, o equivalente a 4,14% da população estadual. A maior parte dessa população encontra-se em unidades de uso sustentável, especialmente reservas extrativistas e florestas nacionais, categorias que conciliam a conservação dos ecossistemas com atividades tradicionais como o extrativismo vegetal, a agricultura de subsistência e o manejo sustentável dos recursos naturais.

Na Faixa de Fronteira do Acre, há 15 unidades de Conservação instituídas, sendo a maior parte delas Ucs instituídas a nível federal.

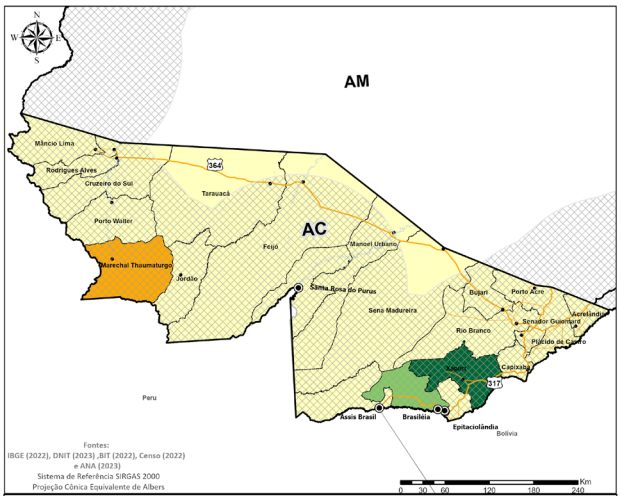
Tabela 7 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Acre

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Floresta Nacional De Santa Rosa Do Purus	Feijó (AC)	231.553	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Floresta Nacional De São Francisco	Sena Madureira (AC)	21.148	Federal	Uso Sustentável	Floresta

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Reserva Extrativista Chico Mendes	Assis Brasil (AC), Brasiléia (AC), Capixaba (AC), Epitaciolândia (AC), Rio Branco (AC), Sena Madureira (AC), Xapuri (AC)	931.452	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Parque Estadual Chandless	Manoel Urbano (AC), Santa Rosa Do Purus (AC), Sena Madureira (AC)	693.464	Estadual	Proteção Integral	Parque
Área De Proteção Ambiental Igarapé São Francisco	Bujari (AC), Rio Branco (AC)	30.019	Estadual	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
Área De Proteção Ambiental Lago Do Amapá	Rio Branco (AC)	5.177	Estadual	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
Área De Relevante Interesse Ecológico Japiim Pentecoste	Mâncio Lima (AC)	25.654	Estadual	Uso Sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico
Reserva Extrativista Do Alto Tarauacá	Jordão (AC), Marechal Thaumaturgo (AC), Tarauacá (AC)	154.132	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Floresta Nacional Do Macauã	Sena Madureira (AC)	176.368	Federal	Uso Sustentável	Floresta
Reserva Extrativista Do Alto Juruá	Jordão (AC), Marechal Thaumaturgo (AC), Porto Walter (AC), Tarauacá (AC)	537.980	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Parque Nacional Da Serra Do Divisor	Cruzeiro Do Sul (AC), Mâncio Lima (AC), Marechal Thaumaturgo (AC), Porto Walter (AC), Rodrigues Alves (AC)	837.554	Federal	Proteção Integral	Parque

Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Reserva Extrativista Do Cazumbá-Iracema	Manoel Urbano (AC), Sena Madureira (AC)	756.930	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista
Área De Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança	Epitaciolândia (AC), Xapuri (AC)	2.574	Federal	Uso Sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico
Estação Ecológica Rio Acre	Assis Brasil (AC), Sena Madureira (AC)	78.916	Federal	Proteção Integral	Estação Ecológica
Reserva Extrativista Riozinho Da Liberdade	Cruzeiro Do Sul (AC), Ipixuna (AM), Marechal Thaumaturgo (AC), Porto Walter (AC), Tarauacá (AC)	324.900	Federal	Uso Sustentável	Reserva Extrativista

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Cadastro Nacional de UCs, 2024



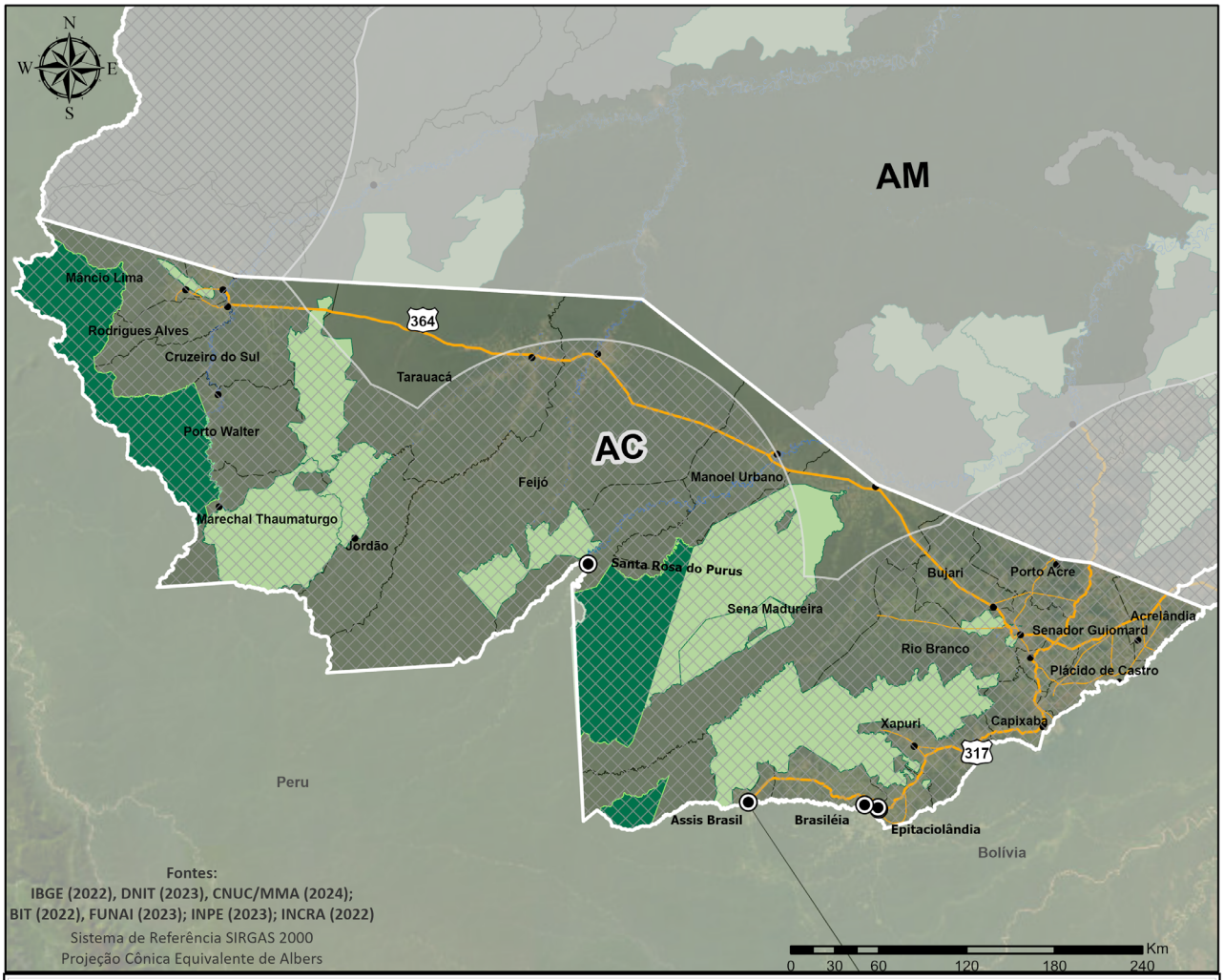
Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 40%
- 40,01 - 50%
- 50,01 - 84,5%

Percentual de população residente nas Unidades de Conservação do Acre

Conforme dados do Censo IBGE 2022, observa-se que 4,1% da população fronteiriça reside em Unidades de Conservação, o que equivale a 34.394 pessoas. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Rio Branco, onde cerca de 10.360 pessoas residem em Unidades de Conservação.

Mapa 10 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Assis Lima_artesanato_indigena | @mrurdestinos

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Contextos das Migrações

Entre os anos de 2020 e 2024, os estados do Arco Norte e Rondônia se destacaram como pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

Tabela 8 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2024

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%
AC	53.241	51,20%	50.828	48,80%	104.069	**12,20%**
AM	89.974	48,30%	96.215	51,70%	186.189	**21,80%**
AP	67.203	65,60%	35.260	34,40%	102.463	**12,00%**
PA	115.699	45,20%	140.309	54,80%	256.008	**29,90%**
RO	7.903	50,20%	7.827	49,80%	15.730	**1,80%**
RR	152.693	79,90%	38.415	20,10%	191.108	**22,30%**
Total	**486.713**	**100%**	**368.854**	**100%**	**855.567**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024[43]

Conforme os dados mais recentes (2020-2024), no Acre o fluxo migratório foi relativamente estável ao longo dos anos, com um leve aumento nas entradas em relação às saídas. Nesses fluxos migratórios, a predominância masculina foi evidente, especialmente entre os migrantes em trânsito e trabalhadores fronteiriços. No entanto, houve um leve aumento da participação feminina ao longo do período, possivelmente devido à migração de famílias inteiras, especialmente haitianas e venezuelanas.

43. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti. Acesso em: 12 fev. 2025.

A maioria dos migrantes registrados no Acre foi de brasileiros retornando do exterior, turistas e trabalhadores em trânsito. A categoria de residentes temporários também cresceu, refletindo uma busca por regularização. O Estado se consolidou como um ponto de passagem para migrantes, não só de peruanos ou bolivianos, mas também de venezuelanos. Além desses, também foi notável a presença de migrantes asiáticos, como os Filipinos, especialmente entre os anos de 2022 e 2024. O Estado conta com estrutura de casas de apoio aos migrantes em situação de vulnerabilidade.

Os principais municípios envolvidos na movimentação migratória são as cidades-gêmeas de Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, que funcionam como corredores fronteiriços. Plácido de Castro e Rio Branco também têm participação nos registros, mas em menor escala.

Contextos de Violência e de Criminalidade

A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região registrou uma média de 28,7 homicídios por 100.000 habitantes[44], superando a média nacional de 20 homicídios por 100.000 habitantes.

CONSIDERE

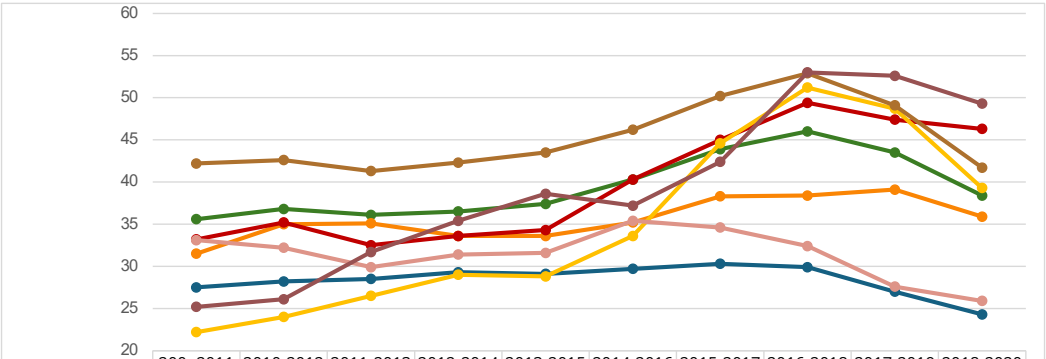
A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024).

44. A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros).

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, o Amazonas é que apresenta maiores taxas de homicídio, seguido de Amapá e Roraima, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 22 - Evolução das taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia por triênios (2009 a 2020)



	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

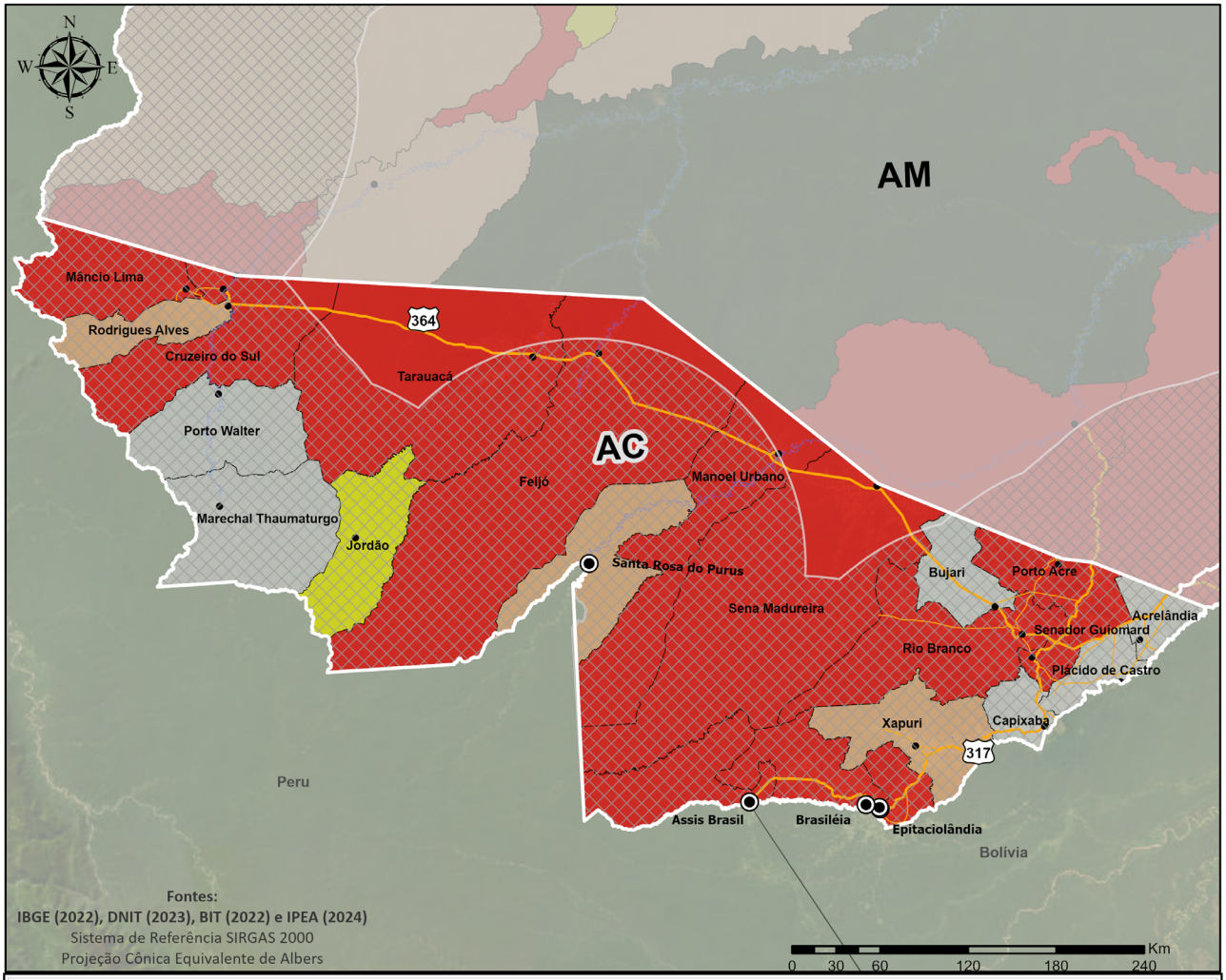
Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

A dinâmica da violência no Acre é marcada pela localização estratégica do Estado, que faz fronteira com o Peru e a Bolívia, principais produtores mundiais de cocaína, e pela atuação de facções criminosas. Grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e o Bonde dos 13 disputam o controle das rotas de tráfico de drogas e territórios urbanos, resultando em altos índices de homicídios e outros crimes violentos (Santos, 2024, p. 35-36).

Municípios como Brasiléia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Tarauacá apresentam os maiores índices de violência no Acre. Em Brasiléia, a taxa de homicídios está relacionada às disputas territoriais entre facções na Faixa de Fronteira. Feijó e Sena Madureira são pontos estratégicos para o narcotráfico, apresentando índices elevados de violência. Rio Branco é palco de guerras entre facções e de crimes ordenados de dentro de presídios, tanto locais quanto bolivianos. Em Tarauacá e Xapuri, a proximidade com a fronteira agrava a violência associada ao tráfico de drogas e disputas territoriais (Cerqueira; Bueno, 2024 a, p. 36-37).

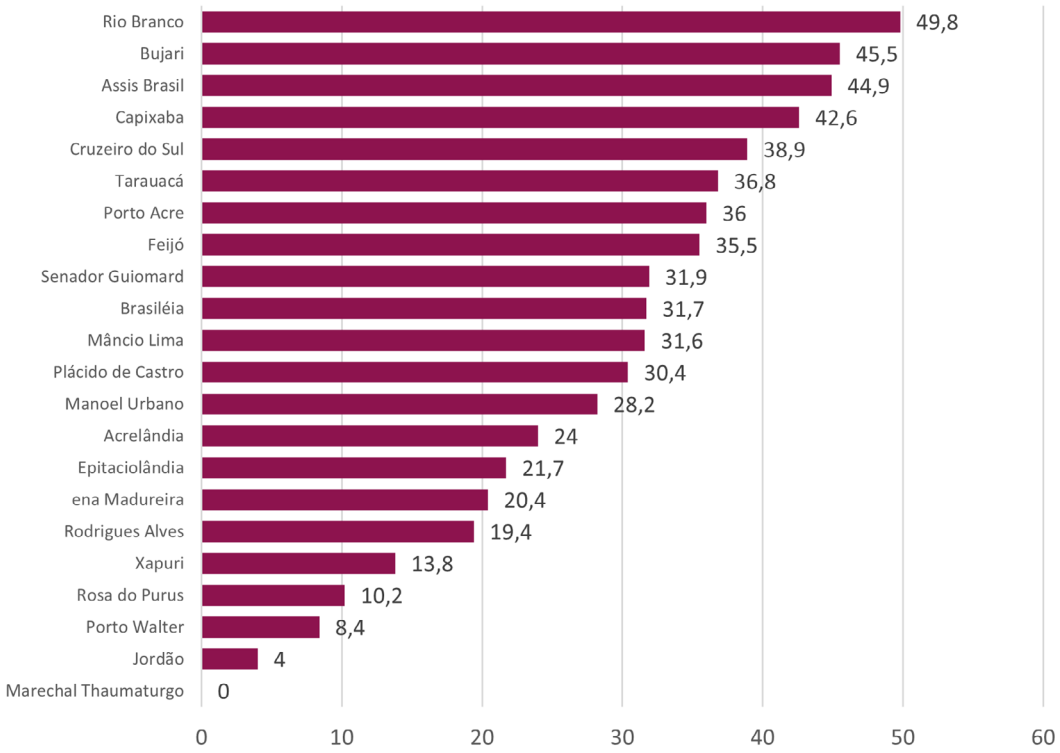
A região do Vale do Juruá, que inclui municípios como Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá, destaca-se como uma rota de escoamento do tráfico internacional. Essa dinâmica intensifica as disputas entre organizações criminosas, contribuindo para o aumento da violência letal.

Mapa 11 - Taxa média de homicídios nos municípios do Estado do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gráfico 23 - Taxas médias de homicídios nos municípios do Estado do Acre



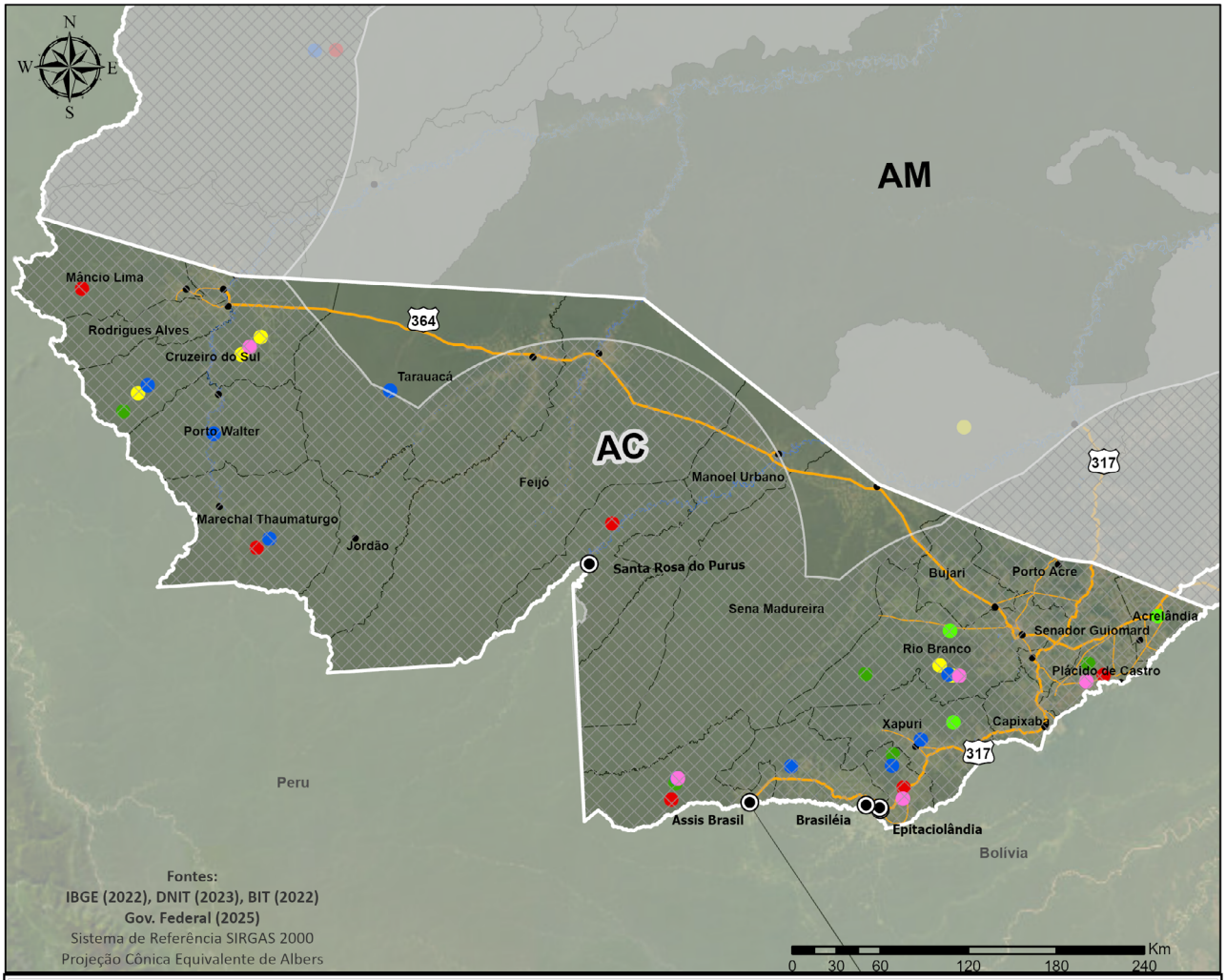
Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 57).

A presença de instituições federais atuantes no combate à violência no Acre que incluem as Forças Armadas, a Polícia Federal e a Polícia Federal Rodoviária que desempenham papel essencial no monitoramento das rotas de tráfico e na repressão às atividades criminosas na Faixa de Fronteira. O Pelotão Especial de Fronteira realiza patrulhamento em pontos estratégicos da fronteira, reforçando a presença do Estado em regiões de difícil acesso. Os órgãos de fiscalização também são essenciais como a Receita Federal e a Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), ligada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que é responsável pelo controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos agropecuários.

No âmbito estadual, o Acre conta também o Grupo Especial de Operações em Fronteiras (Gefron), braço operacional da Polícia Militar que atua no combate aos crimes transfronteiriços, especialmente tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio nas regiões de fronteira do estado do Acre.

Por fim, vale destacar que o Acre conta com seu Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), colegiado que reúne as instituições federais, estaduais e municipais atuantes no tema da segurança das fronteiras a fim de promover a coordenação de ações estratégicas para o fortalecimento da governança fronteiriça.

Mapa 12 - Instituições federais de defesa e fiscalização na Faixa de Fronteira do Acre



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Foto: Gleilson Miranda/SECOM/AC

Oficinas de Planejamento Territorial

Brasiléia

Cruzeiro do Sul

A fim de promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para elaboração das bases para os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, o MIDR, contando com a assessoria técnica do IBAM, realizou Oficinas de Planejamento Territorial nos seis estados que compõem o projeto Fronteiras da Amazônia em cooperação com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Consórcio Amazônia Legal (CAL).

Entre os meses de março e abril de 2025, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas aos estados que integram o trabalho e participou de diversas reuniões com atores locais (tanto dos órgãos públicos estaduais e municipais, como órgãos públicos federais com representação local, terceiro setor, representações empresariais e movimentos sociais). A partir deste diálogo, foi possível aprofundar entendimentos sobre os contextos locais e criar espaços de colaboração para a etapa seguinte, de realização das oficinas. Também foi possível discutir programas e projetos em andamento em cada estado.

No Acre, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 14 a 17 de abril de 2025. As visitas ocorreram nas cidades de Rio Branco, Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, com apoio da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Acre.

As oficinas, realizadas no segundo momento, foram conduzidas com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização do conhecimento dos atores sociais, tendo sido estruturadas a partir dos cinco eixos temáticos do trabalho. Os resultados alcançados foram utilizados para a construção das diretrizes e carteira de projetos, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No Acre, as oficinas de Planejamento Territorial foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Brasiléia

22 de setembro de 2025

Centro Estadual de Educação Permanente – CEDUP
AV. Prefeito Rolando Moreira, 230

63 participantes

Cruzeiro do Sul

25 de setembro de 2025

Unidade Marechal Cândido Rondon / Núcleo de Pós-Graduação - UFAC
Av. Copacabana, 1880

40 participantes

Brasiléia

Foto: IBAM

Os participantes destacaram a necessidade de fortalecer a gestão pública, ampliar a cooperação entre diferentes níveis de governo e estruturar políticas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável. Entre as principais sugestões estiveram a elaboração/revisão de planos diretores municipais, o fortalecimento da regularização fundiária e da gestão ambiental, além das ações de prevenção e adaptação a eventos climáticos extremos. Também foram apontadas medidas urgentes para melhorar a infraestrutura de transportes e comunicação, com a manutenção das rodovias, maior oferta de voos comerciais e ampliação da cobertura da internet. Outro ponto de destaque foi a necessidade de fortalecimento do setor público, em especial o fortalecimento técnico das prefeituras para planejamento e captação de recursos. Durante a plenária, participantes ainda ressaltaram a importância de atualizar informações sobre a população flutuante da região de Brasiléia-Epitaciolândia para adequar políticas públicas de saúde, educação e assistência social ao intenso fluxo de pessoas entre Brasil, Bolívia e Peru.

As propostas também enfatizaram a necessidade de diversificação econômica e a estruturação de cadeias produtivas locais, com ações voltadas ao mapeamento e fortalecimento de atividades como cacau, café, mandioca, açaí, mel e produtos extrativistas, além do incentivo ao manejo sustentável da madeira, ao turismo associado aos geoglifos e ao fortalecimento da assistência técnica rural. Foi igualmente destacado a importância do compromisso com os direitos territoriais, culturais e sociais de povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo a demarcação de terras e a implementação de planos de gestão territorial e ambiental. Por fim, as discussões reforçaram a necessidade de ampliar a presença institucional e o controle nas fronteiras acrianas, com maior efetivo, uso de tecnologias de monitoramento, estruturas de fiscalização e cooperação entre órgãos de segurança e fiscalização para enfrentar a ocorrência de crimes nas cidades da fronteira.

Foto: IBAM

Cruzeiro do Sul

Nos debates, os participantes destacaram a necessidade de realizar estudos sobre projetos de infraestrutura na região de fronteira, garantindo não só alinhamento com os interesses nacionais, mas principalmente garantindo a conexão e o deslocamento entre os municípios da região de Cruzeiro de Sul. Também foram apontadas preocupações com a segurança na fronteira, especialmente pela ausência de forças federais em áreas estratégicas, indicando a necessidade de ampliar o efetivo e fortalecer a presença institucional. As discussões também enfatizaram a importância do planejamento integrado de forma a garantir a implementação de projetos sem causar conflitos e danos ambientais.

Outro tema relevante foi a articulação de políticas de desenvolvimento local e segurança alimentar, com propostas para que a aquisição de merenda escolar priorize produtores rurais da própria região, estimulando a economia local e garantindo alimentação de qualidade nas escolas. Entre as propostas também foram citados o incentivo à bioeconomia e à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis, além do fortalecimento institucional de organizações indígenas e extrativistas. Foram ainda sugeridas medidas de planejamento territorial e ambiental, como elaboração de planos de manejo, PGTAs, ações de saneamento básico e iniciativas voltadas ao turismo sustentável. Por fim, os participantes chamaram atenção para a necessidade de intensificar o combate às queimadas, ampliar a capacidade de resposta a incêndios em áreas protegidas e desenvolver políticas específicas para povos indígenas em contexto urbano.

Eixo temático 1
Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

• **Segurança como questão multidimensional:** crimes ambientais como desmatamento, exploração ilegal de madeira e grilagem de terras articulados a redes do narcotráfico e outros ilícitos transfronteiriços comprometem a segurança e a preservação socioambiental. Há atuação do narcotráfico em áreas indígenas, com cooptação de jovens por organizações criminosas e inserção em dinâmicas de violência.

• **Aumento do desmatamento (30%)**, na contramão dos demais estados amazônicos que apresentaram queda em 2024 e aumento dos incêndios florestais, em especial região do Vale do Alto Juruá (Feijó, Manoel Urbano e Cruzeiro do Sul).

• **Intensificação dos eventos climáticos:** nos últimos anos, o Acre tem enfrentado episódios críticos de alagações e seca. Municípios como Brasiléia, Tarauacá, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira e Xapuri apresentam riscos climáticos, principalmente associados a inundações, secas e deslizamentos.

• **Indefinição fundiária e sobreposição de registros** dificultam a segurança jurídica e favorecem conflitos territoriais e a grilagem de terras, especialmente em áreas públicas da fronteira.

• **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens. Entre os municípios, Plácido de Castro e Senador Guiomard se destacam por apresentar os maiores valores de emissão e remoção de GEE no setor “agropecuário”, em comparação aos demais setores.

Principais potencialidades

• **Floresta em pé como infraestrutura para o desenvolvimento:** presença expressiva de TIs e UCs (48%) + florestas públicas constituem base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.

• **Acúmulo de políticas ambientais:** que promovem avanços e inovações para o gerenciamento ambiental, governança rural e desenvolvimento de economias florestais, como a criação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa) e o Programa REED+ Jurisdicional.

• **Zoneamento Ecológico-Econômico** do Acre é uma das principais ferramentas utilizadas para orientar as políticas públicas.

Eixo temático 2
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Principais desafios

• **Rodovias federais existentes, como a BR-317 e BR-364** são rodovias fundamentais para a conectividade regional e necessitam de maior manutenção. Ao mesmo tempo, têm atuado como vetores de ocupação desordenada e degradação ambiental em áreas sensíveis.

• Projetos de integração logística transfronteiriça com o Peru e potenciais impactos socioambientais na região de fronteira.

• **Presença de Sistemas Isolados de Energia** nos municípios de Jordão, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves, indicando que regiões de difícil acesso no estado ainda dependem de tipos de fornecimento de energia abastecidos principalmente por usinas termelétricas a óleo diesel.

• **Crescimento da população flutuante em cidades como Brasiléia e Epitaciolândia**, impulsionado pela presença da universidade em Cobija, o que gera pressão sobre os serviços públicos, elevação do custo de vida (especialmente aluguel) e sobrecarga na infraestrutura urbana, mas não está visibilizado nos dados do Censo IBGE.

Principais potencialidades

• **Presença de Universidades e de Institutos Federais**, com campi descentralizados e projetos de extensão universitária que ampliam as capacidades locais para pesquisa, inovação e desenvolvimento sustentável.

• **Implantação e operacionalização do Programa Luz Para Todos**, incluindo comunidades indígenas, com utilização de fontes de energia renovável.

Eixo temático 3
Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Principais desafios

• **Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis:** dificuldades no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos, além de necessidade de ampliação de assistência técnica e extensão rural, o que limita a geração de valor, especialmente entre pequenos produtores locais, ainda muito dependentes de atravessadores e intermediários.

• **Ausência de marcos regulatórios e acordos comerciais entre os países fronteiriços** limita a viabilidade de zonas comerciais especiais.

• **Baixa capacitação técnica das secretarias municipais** para captação de recursos e uso de instrumentos de planejamento, dificultando o acesso a políticas e fundos climáticos.

• **Precariedade das infraestruturas para desenvolvimento do turismo**: em especial para atender turismo de negócios, ecoturismo e etnoturismo.

Principais potencialidades

• **Produtos da Bioeconomia:** cadeia da sociobiodiversidade, como as da castanha-do-brasil, borracha, murumuru e polpas de frutas, têm potencial estratégico para dinamizar segmentos da bioeconomia alimentar, medicinal, cosmética e artesanal, com base no manejo florestal sustentável.

• **Sistemas Agroflorestais (SAFs)** já aplicados em diferentes áreas do estado fortalecem práticas produtivas alinhadas à restauração ambiental e à resiliência climática.

• **Atuação de cooperativas em especial a Cooperacre**, referência em organização social e cooperação e principal produtora de castanha-do-brasil no país, com beneficiamento de outros produtos locais.

• **Atuação de grupos de trabalho e cooperação transfronteiriça**, o que fortalece cadeias produtivas sustentáveis e gera alianças entre comunidades indígenas e extrativistas, entre Brasil e Peru.

• **Etnoturismo:** é uma das principais fontes de renda atualmente. Os povos Huni Kuin, Yawanawá, Ashaninka, Puyanawa e Shanenawa se destacam com festivais culturais e pacotes de vivências consolidados.

Eixo temático 4
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Principais desafios

• **Pressões crescentes sobre os territórios indígenas e tradicionais**, por meio de invasões, grilagem e uso predatório dos recursos naturais, comprometem a segurança das comunidades, a proteção dos territórios, a segurança hídrica e alimentar e a manutenção da "floresta em pé".

• **Atuação do crime organizado nas áreas indígenas**, com cooptação de jovens e inserção de comunidades nas dinâmicas do narcotráfico, agrava vulnerabilidades sociais, econômicas e territoriais, fragiliza a governança comunitária e ameaça a reprodução física e social desses povos.

• **Parte da população indígena que vive em contextos urbanos tem dificuldade de acesso a direitos e serviços:** em Brasiléia, no bairro 28 de maio, parte dessa população ocupa áreas próximas ao antigo aterro controlado, onde sofre remoções frequentes.

Principais potencialidades

• **Sociobioeconomia:** conhecimentos tradicionais oferecem base sólida para o uso sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da bioeconomia.

• **Histórico da Aliança dos Povos da Floresta:** trajetória de articulação de povos indígenas, seringueiros e outras comunidades tradicionais oferece base concreta para modelos de governança territorial participativos e sustentáveis, inclusive com acúmulo de discussões sobre articulação transfronteiriça.

Eixo temático 5
Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

• **Presença crescente do narcotráfico e de facções criminosas**, com atuação em áreas urbanas, rurais e indígenas. Municípios como Brasiléia, Epitaciolândia, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri fazem parte da rota do tráfico internacional, o que intensifica conflitos armados, homicídios, violência e letalidade.

• **Deficiências na infraestrutura aduaneira e na fiscalização**, como a limitação de pessoal e os horários reduzidos de funcionamento nos postos de fiscalização, comprometem o controle aduaneiro e dificultam o fluxo comercial na fronteira, gerando prejuízos econômicos para o estado e os municípios.

• **Acolhimento de migrantes e refugiados**, majoritariamente bolivianos, venezuelanos e haitianos, enfrenta limites estruturais. Organizações como Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Cáritas atuam, mas os abrigos disponíveis têm pouca capacidade para atender a demanda crescente.

Principais potencialidades

• **Municípios de Assis Brasil e Epitaciolândia** funcionam como corredores estratégicos da mobilidade na fronteira e podem ser fortalecidos como pontos-chave de políticas migratórias.

• **Operações de proteção como a iniciativa de Patrulha Rural**, que promove Segurança Rural e patrulhamento na RESEX Chico Mendes, são importantes para fiscalização das áreas protegidas.

Diretrizes e Carteira de Projetos

As oficinas de planejamento realizadas no estado — que reuniram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo — possibilitaram a identificação e a sistematização de demandas e oportunidades dos territórios de fronteira. Assim, as propostas aqui apresentadas resultam desse processo de escuta qualificada e diálogo entre diferentes atores, traduzindo prioridades locais em propostas estruturadas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Posteriormente, com o objetivo de ampliar a participação social e qualificar o conteúdo final, as propostas foram publicadas no portal do MIDR, de modo a permitir que os interessados enviassem sugestões e comentários, avaliassem seu grau de importância e também apresentassem novas iniciativas.

Cabe destacar que nem todas as contribuições se configuram como projetos passíveis de implementação direta. Parte delas corresponde a diretrizes estruturantes, que orientam a atuação do poder público e indicam caminhos estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Dessa forma, este capítulo apresenta dois conjuntos complementares de resultados: 1) um conjunto de diretrizes, que sintetizam orientações de caráter mais amplo e transversal. 2) a carteira de projetos, organizada conforme os cinco eixos temáticos do trabalho. Os projetos são apresentados em quadros padronizados, contendo os seguintes elementos:

Coluna	Descrição
Projeto (o que fazer?)	Síntese da proposta a ser implementada.
Justificativa (por que fazer?)	Problema, demanda ou oportunidade que fundamenta a proposta.
Território (onde fazer?)	Área de abrangência da iniciativa, podendo incluir municípios ou regiões de fronteira específicas.
Atores envolvidos (quem deve estar envolvido na estruturação do projeto?)	Instituições públicas, privadas e/ou organizações da sociedade civil com potencial de participação na implementação.
Meios de implementação (como?)	Estratégias ou condições necessárias para viabilizar a proposta tais como articulações institucionais e programas.

Diretrizes e Carteiras de Projetos

São diretrizes para a desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Acre:

I. Assegurar o abastecimento contínuo e universal de água potável para consumo humano;

II. Promover a regularização fundiária como instrumento de redução de conflitos territoriais;

III. Reduzir o desmatamento e, consequentemente, as emissões de gases de efeito estufa associadas;

IV. Acompanhar permanentemente o Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Acre e sua aplicação no planejamento e ordenamento territorial estadual;

V. Fortalecer a capacidade técnica, administrativa e financeira da gestão pública municipal para impulsionar o desenvolvimento e a economia local;

VI. Ampliar e qualificar o acesso terrestre aos municípios do Estado do Acre, fortalecendo a integração interna e regional;

VII. Melhorar a conectividade e o acesso internacional, com foco na integração fronteiriça e nos fluxos econômicos e sociais;

VIII. Ampliar o debate qualificado, a produção de diagnósticos e o compartilhamento de conhecimentos sobre bioeconomia na região;

IX. Criar e ampliar oportunidades de geração de renda para a população local, com foco na inclusão produtiva;

X. Assegurar a realização da consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e tradicionais na implementação de projetos de infraestrutura, empreendimentos produtivos e demais intervenções;

XI. Promover maior compreensão e reconhecimento à realidade dos povos indígenas em contexto urbano;

XII. Fortalecer as atividades produtivas tradicionais e as cadeias produtivas da sociobiodiversidade;

XIII. Reforçar a gestão das Unidades de Conservação, das áreas protegidas e dos projetos de assentamento, assegurando sustentabilidade ambiental e social;

XIV. Ampliar a presença institucional e a atuação do Governo Federal nos territórios de fronteira de maior vulnerabilidade;

XV. Intensificar a articulação institucional internacional com Bolívia e Peru promovendo cooperação técnica, econômica e social.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração/atualização de instrumentos de ordenamento territorial (planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, regularização fundiária e gestão ambiental)	A ausência ou defasagem de instrumentos técnicos atualizados de planejamento territorial compromete a organização do espaço urbano e rural, gera insegurança jurídica e dificulta o acesso da população a políticas públicas estruturantes. A informalidade fundiária e a ocupação desordenada ampliam conflitos socioambientais e aumentam riscos de degradação ambiental. Municípios como Feijó, que apresenta extensa área territorial, baixa densidade populacional e presença expressiva de comunidades tradicionais e indígenas, possuem alta sensibilidade ambiental e fragilidade logística. A elaboração ou atualização dos instrumentos de ordenamento territorial é importante para orientar o uso e a ocupação do território de forma integrada, sustentável e compatível com as especificidades socioambientais locais.	Todos os municípios exceto Rio Branco	MCid, MMA, MPI, MIDR; IMAC, SEINFRA/AC, ITERACRE, Associação de Municípios do Acre	Produção de diagnóstico dos territórios, com georreferenciamento e planejamento participativo para elaboração de Planos Diretores e legislação urbanística complementar, conforme Estatuto da Cidade.
Elaboração/atualização de instrumentos de planejamento de saneamento básico e gestão de resíduos sólidos	As características das cidades de fronteira impõem limitações logísticas relevantes, encarecendo a implantação e a operação de infraestruturas de saneamento e exigindo soluções adaptadas às realidades locais. Além disso, há limitada capacidade institucional de muitos municípios da região, que enfrentam restrições técnicas, operacionais e financeiras para a elaboração, implementação e monitoramento de seus instrumentos de planejamento.	Todos os municípios exceto Rio Branco	MCID, MMA, MPI, MIDR; ANA, Consórcio Intermunicipal do Alto Acre, IMAC, SEINFRA/AC, SANEACRE, Associação de Municípios do Acre	Produção de diagnóstico dos territórios, com georreferenciamento e planejamento participativo; Capacitação técnica; Instituição de consórcios intermunicipais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Atualização de planos de manejo sustentável das Reservas Extrativistas, respeitando a legislação ambiental vigente, os limites de uso do solo e as especificidades socioambientais do território	Os planos de manejo são fundamentais para assegurar os modos de vida das populações tradicionais. A ação contribui para a indicação de cadeias produtivas, o uso sustentável dos recursos, o fortalecimento da governança territorial, a geração de renda e a proteção da biodiversidade, garantindo segurança jurídica e diretrizes claras para a gestão das Reservas Extrativistas.	RESEX Chico Mendes	SEMA/AC; ICMBio; Organizações e cooperativas das RESEX's	Produção de diagnóstico dos territórios com identificação de cadeias de valor, incluindo cadeias modernas como óleos vegetais e créditos de carbono.
Apoio técnico e institucional para promoção de articulação entre Brasil e Peru na formulação do plano de trabalho para a bacia do Rio Acre	Necessidade de conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Acre, pois se trata de uma bacia prioritária do estado, que atende mais de 70% da população acriana e está em processo de desmatamento e ocupação irregular. Apresenta-se como questão relevante no Comitê de Fronteira Amazônico-Sul.	Região do Alto Acre	SEMA/AC; ANA e Comitê de Fronteira Amazônico-Sul	Capacitação do estado via cooperação com ANA; Instituição de comitês e planos das bacias hidrográficas.
Atualização de estudos para recuperação e fiscalização da ocupação do aquífero Rio Branco	A atualização dos estudos sobre o aquífero Rio Branco é fundamental para subsidiar ações de recuperação ambiental, controle da ocupação irregular e proteção dos recursos hídricos subterrâneos, essenciais ao abastecimento humano e ao equilíbrio dos ecossistemas locais. O crescimento urbano desordenado, a pressão por uso do solo e a ausência de dados atualizados comprometem a capacidade de gestão e fiscalização do aquífero, ampliando riscos de contaminação e escassez hídrica.	Rio Branco (reserva hídrica subterrânea localizada no subsolo do segundo distrito)	MPI, MMA, ANA, CPRM; IMAC; CIGMA; SANEACRE; Prefeitura Rio Branco; Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, UFAC	Mapeamento Hidrogeológico e Zonas de Recarga; Fiscalização de Poços e Uso do Solo; Revisão do Plano Diretor de Rio Branco; Monitoramento Climático e Crise Hídrica; Elaboração do Plano de manejo.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Promoção de ações de recuperação das nascentes e revitalização dos rios da região do Alto Acre	A degradação das áreas de nascentes, associada ao desmatamento, à ocupação irregular do solo e à poluição, compromete o abastecimento das populações no Acre, a biodiversidade local e as atividades econômicas.	Alto Acre	MMA, ANA, SEMA/AC, SEPA/AC, SEPLAN/AC e Programa REM Acre	Elaboração do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e Cadastro Ambiental Rural (CAR) para recuperação de nascentes; Adoção de SAFs para reflorestamento; Monitoramento CIGMA; Financiamento via fundo Amazônia e REM.
Promoção de ação continuada de educação ambiental nas escolas	A promoção de ações continuadas de educação ambiental nas escolas é essencial para a conscientização e comprometimento com a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Ao fortalecer conhecimentos, valores e práticas socioambientais desde a educação básica, essas ações contribuem para a mudança de comportamentos, a prevenção de impactos ambientais e o engajamento das comunidades locais.	Todo o estado do Acre	MEC, MMA, CIEA/AC; SEE/AC	Definição das diretrizes para a inserção da temática ambiental no ensino formal na Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA); Integração Curricular com temática ambiental de forma interdisciplinar, com foco na realidade amazônica.
Fortalecimento de ações de prevenção e combate ao fogo/queimadas já existentes tais como, PPCDQ, Plano de Manejo Integrado do Fogo, Formação de Brigadas Florestais, Operação Fogo Controlado e Programa Guardiões da Floresta	A construção de ações de combate ao fogo e às queimadas é fundamental para prevenir danos ambientais, proteger a saúde da população e reduzir emissões de gases de efeito estufa. O aumento da frequência e intensidade das queimadas, associado a períodos prolongados de seca e ao uso inadequado do fogo, compromete ecossistemas, a biodiversidade, a qualidade do ar e atividades econômicas locais. No Estado do Acre, o Comitê do fogo não está formalizado, mas conta com o Grupo Operacional de Comando e Controle.	Regionais de Tarauacá-Envira e Baixo Acre apresentam maior acumulado de queimadas. Mas há incidências para as demais regionais (segundo diagnóstico IPAM)	ICMBio, IBAMA, Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo); Grupo Operacional de Comando e Controle composto por Casa Civil do Estado do Acre, SEMA/AC, SEPLAN/AC, SEJUSP/AC, SECOM/AC, Policia Militar do Estado do Acre, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, Policia Civil do Estado do Acre, IMAC	Ampliação do uso de tecnologias para detecção de focos de calor e risco de incêndios (satélite e bases locais); Execução de operações integradas de fiscalização e combate; Capacitação e expansão de brigadas florestais; Formalização do Comitê do Fogo; Campanhas de Educação ambiental e engajamento comunitário.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Governança Integrada da Malha Fundiária Acreana	Necessidade de reorientar a política de regularização fundiária no estado do Acre. Considerando que todo o território estadual se insere na faixa de fronteira, a distinção rigorosa entre áreas passíveis de regularização (Lei no. 13.465/2017), casos de ratificação (Lei no. 13.178/2015) e áreas legalmente protegidas (TIs e UCs) é essencial para promover a segurança jurídica, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável no estado. A regularização fundiária facilita a integração com instrumentos de gestão ambiental e territorial, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e programas de recuperação ambiental.	Todo o estado do Acre	Incra; SPU; SFB; FUNAI; ICMBio; Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais; Conselho de Defesa Nacional; Sistema Operador Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis; Instituto de Terras do Acre; SEMA/AC; SEAGRI/AC; EMATER/AC; FAEAC; Prefeituras municipais e secretarias de agricultura; Sindicatos de trabalhadores rurais e organizações representativas de povos e comunidades tradicionais; cartórios de registro de imóveis; Ministério Público Federal e Estadual.	Articulação com órgãos federais e estaduais, com integração entre sistemas, equipes e procedimentos técnicos; Integração entre bases de dados; Mutirões de regularização fundiária por região, com foco na classificação prévia das áreas; Georreferenciamento subsidiado, com apoio técnico para levantar e organizar as informações dos imóveis e territórios.
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições que atuam na gestão territorial, fundiária e ambiental, bem como da assistência técnica na Faixa de Fronteira	A fragilidade e a insuficiência dos quadros técnicos dos órgãos públicos têm limitado a capacidade de planejamento, implementação e acompanhamento das ações de gestão territorial, fundiária, ambiental e de assistência técnica em áreas de difícil acesso da Faixa de Fronteira. A recomposição e o fortalecimento das equipes institucionais são necessários para assegurar a efetividade das políticas públicas e a proteção dos territórios.	Faixa de Fronteira, em especial áreas de difícil provimento	MGI, INCRA, FUNAI, IBAMA, ICMBio, ANATER, SEPLAN/AC, SEMA/AC	Ações de Fortalecimento da Gestão Pública como realização de novos concursos públicos; Programas de capacitação continuada e qualificação para os quadros técnicos responsáveis; Estruturação de políticas de incentivo para fixação de servidores em regiões de difícil provimento.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Promoção de melhoria na BR-364, no trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Dificuldades no acesso, por falta de pavimentação e manutenção, para suprimentos de mercadorias e serviços e para a circulação de pessoas. A BR-364 é um eixo fundamental para a logística, o acesso a serviços essenciais e a articulação entre municípios, estados e países vizinhos.	BR-364 - Trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul	MPI, MMA, DNIT; Ministério dos Transportes, SEINFRA/AC; Fórum Empresarial do Acre, Associação dos Municípios do Acre (AMAC)	Realização de estudos de avaliação de impactos socioambientais; Investimentos em manutenção, segurança viária e adequação da infraestrutura.
Realização de estudos de viabilidade para construção de acessos intermunicipais na Região de Cruzeiro do Sul	As dificuldades logísticas de acesso a municípios da região do Alto Juruá afetam o deslocamento das comunidades e o acesso a serviços básicos, assim como elevam os custos de transporte de pessoas e mercadorias. Os estudos devem ser feitos respeitando legislação, critérios ambientais e protocolos de consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas e tradicionais da região.	Conexão de Cruzeiro do Sul com os municípios de Marechal Thaumaturgo, Jordão, Porto Walter e Santa Rosa do Purus	MPI, MMA, IBAMA, MT, DNIT, SEINFRA/AC, Fórum Empresarial do Acre, Associação dos Municípios do Acre, Prefeituras, Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), Comunidades indígenas	Realização de estudos de viabilidade logística, estudos de demanda e identificação de modais; Diagnóstico socioambiental, com avaliação das características territoriais.
Construção de postos intermediários de armazenagem e abastecimento entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Suprimentos como medicamentos, cestas básicas e outros atualmente são concentrados e dependentes de dois polos, sendo a capital Rio Branco e Cruzeiro do Sul. No entanto, são centros distantes e de difícil acesso para o abastecimento dos demais municípios.	Regionais Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá e Juruá	SEINFRA, SESACRE; SEASDH/AC, SEPA/AC, Defesa Civil, MPI, MMA	Estudos de localização e viabilidade; Dimensionamento da demanda e tipologia dos postos; Estruturação da cadeia de suprimentos; Implantação de sistemas de gestão e rastreabilidade.
Elaboração do Plano Estadual de Logística e Transporte para melhoria da infraestrutura e redução de custos logísticos	A elaboração de um Plano Estadual de Logística e Transporte para o Estado do Acre constitui medida estratégica para o fortalecimento da integração territorial e direcionamento de investimentos, visando competitividade econômica, sustentabilidade e redução de custos logísticos.	Todo o estado do Acre	MIDR, MT, SEINFRA/AC, DNIT, ANTT, ANTAQ, Secretaria estaduais e municipais de transportes, SESACRE, SEASDH, SEPA/AC e Defesa Civil	Análise de cadeias produtivas estratégicas e sustentáveis; Modelagem de cenários e priorização de investimentos; Avaliação de soluções de integração multimodal e regional.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Formação e capacitação de técnicos para ATER em comunidades indígenas e tradicionais das bacias do Alto Purus e Alto Juruá	Necessidade de garantir assistência técnica e extensão rural contínua e adequada às especificidades socioculturais de povos indígenas e comunidades tradicionais, promovendo o fortalecimento de suas práticas produtivas, a sustentabilidade dos territórios e a efetividade das políticas públicas por meio de metodologias participativas e tecnologias sociais apropriadas.	Terras Indígenas das Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MDA, ANATER, EMATER/AC, SEMA/AC, SEAGRI/AC, SEPI/AC, Comissão Pró-Indígenas do Acre, Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) e Programa REM Acre	Implementação do curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs); Implementação de ATER Pública Especializada; Realização de parcerias entre associações e cooperativas e organizações públicas e privadas especializadas no tema; Adoção de Metodologias Participativas e Tecnologias Sociais; Financiamento e Capacitação via Programa REM e Fundo Amazônia.
Apoio técnico e institucional à criação e ao fortalecimento de associações e cooperativas da economia popular e solidária	Justifica-se pela necessidade de fortalecimento da organização coletiva, por meio da ampliação do acesso a mercados, crédito e políticas públicas e pela promoção da geração de renda, da inclusão produtiva e do desenvolvimento local sustentável.	Alto Acre e Juruá	MDA, ANATER, EMATER/AC, SEMA/AC, SEPA/AC, SEPI/AC, Comissão Pró Indígenas, Programa REM, Associações e Cooperativas atuantes nos municípios das bacias do Alto Purus e Alto Juruá	Ações de formalização; Capacitação em gestão e articulação com mercados e políticas públicas.
Estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, com foco em espécies nativas e SAFs especialmente as cadeias de borracha, castanha, murumuru, cacau, açaí, mel, andiroba, buriti e artesanato	Essas cadeias, fortemente associadas à agricultura familiar, aos povos indígenas e comunidades tradicionais e à sociobiodiversidade amazônica, apresentam elevado potencial de geração de renda, segurança alimentar e inclusão produtiva. Há crescente demanda por produtos da região para os setores alimentício, fármacos, cosméticos, artesanatos, entre outros.	Alto Acre e Juruá	MDA, ANATER MIDR, MMA, SEAGRI/AC, EMATER/AC, SEPI/AC, Fórum Empresarial do Acre, Programa REM Acre, SEASDH/AC, ICMBio, AMAIAAC, OPIRJ, MAPPHA e outros	Mapeamento produtivo; Apoio na organização produtiva e fortalecimento institucional; Implantação de unidades de processamento e beneficiamento; Realização de parcerias entre associações e cooperativas; e organizações públicas e privadas especializadas no tema.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Estruturação do turismo arqueológico associado aos geóglifos nas bacias dos rios Acre e Iquiri	Reconhecido pelo IPHAN pela sua excepcionalidade e relevância para a compreensão do período pré-colonial, tais sítios representam um exemplar único do patrimônio histórico e social. Possuem grande relevância para a identidade amazônica por se constituir em uma paisagem cultural resultante de marcas sociais e simbólicas que expressam não apenas a capacidade tecnológica de manejo do meio ambiente, mas, acima de tudo, a paisagem com características indígenas. A organização da atividade turística, aliada à proteção dos sítios arqueológicos, à qualificação da infraestrutura e à capacitação das comunidades locais, contribui para a preservação desse patrimônio cultural único, ao mesmo tempo em que promove geração de renda, educação patrimonial e desenvolvimento econômico sustentável.	Rio Branco, Assis Brasil; Rotas na porção leste do Acre, em áreas de interflúvios, nascentes de igarapés e várzeas, com destaque para as margens dos rios Acre e Iquiri	IPHAN, SETUR/AC, SEPI/AC, Fundação de Cultura Elias Mansour	Estruturação das Rotas dos geóglifos no Acre; Realização de parcerias com instituições de pesquisa (UFAC); Capacitação de guias e agências de turismo.
Promoção de suporte técnico para aquisição de insumos e equipamentos para beneficiamento, armazenamento e escoamento, garantindo maior valor agregado aos produtores locais	O beneficiamento agrega valor aos produtos e juntamente com o armazenamento e o escoamento, constituem importantes gargalos para o desenvolvimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.	Alto Acre e Juruá	MDA, ANATER MIDR, MMA, SEAGRI/AC, EMATER/AC, SEPI/AC, Fórum Empresarial do Acre, Programa REM Acre, SEASDH/AC, ICMBio, AMAIAAC, OPIRJ, MAPPHA e outros.	Diagnóstico das necessidades produtivas; Capacitação operacional e gerencial; Soluções para transporte e distribuição da produção.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de planos de visitação das TIs junto às comunidades indígenas	A elaboração de planos de visitação às Terras Indígenas, construídos de forma participativa junto às comunidades indígenas, é fundamental para assegurar que eventuais atividades de etnoturismo ocorram de maneira planejada, segura e culturalmente adequada. A produção de levantamentos de dados e diagnósticos permite identificar potencialidades, limites e riscos, respeitando os modos de vida, a autonomia e os protocolos próprios de cada povo. Essa ação contribui para a valorização cultural, a proteção territorial e a geração de alternativas econômicas sustentáveis definidas pelas próprias comunidades, além de apoiar a gestão das TIs e prevenir impactos socioambientais e culturais indesejados.	Terras Indígenas da Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MPI, SEPI, SETUR/AC, FUNAI, CPI-Acre, FEM, povos indígenas das Terras Indígenas do Alto Purus e Alto Juruá; comunidades indígenas e organizações e representativas	Diagnóstico de etnoturismo e observância aos protocolos de consulta livre, prévia e informada; Cumprimento da Instrução Normativa FUNAI sobre visitação em TIs e Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs); Capacitação de guias indígenas.
Ampliação das redes de comercialização dos produtos das cadeias produtivas da sociobiodiversidade do Alto Acre e Juruá, incluindo compras governamentais, feiras locais e regionais, soluções digitais, selos de certificação e rastreabilidade	A etapa de venda e comercialização é fundamental para alcançar os mercados consumidores dos produtos. Há constatação do baixo alcance das vendas frente ao potencial apresentado.	Alto Acre e Juruá	MDA, ANATER, MIDR; Embrapa, EMATER/AC, SEPLAN/AC, SEAGRI/AC, SEPI/AC, Fórum Empresarial do Acre, IMC/AC, Programa REM Acre, Organizações de produtores, povos indígenas e comunidades tradicionais	Compras Governamentais (PNAE e PAA); Promoção Comercial e Feiras de Negócios; Hubs de Exportação e a Rota Quadrante Rondon; Selos de Origem e Marketing Territorial.
Ampliação de linhas de crédito aos pequenos produtores da agricultura familiar, especialmente aquelas voltadas para o fortalecimento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade	Os produtores da agricultura familiar necessitam de apoio de recursos financeiros para investirem em sua produção, tais como PRONAF, Plano Safra, REM, Fundo de Microcrédito da SEDES e outras.	Alto Acre e Juruá	MPI, MMA, MDA, EMATER/AC, Programa REM ACRE, SEDES/AC e outras instituições financeiras e de crédito que operam linhas de financiamento voltadas ao setor.	Plano Safra e PRONAF (Articulação Estadual); Fomento via Fundo de Desenvolvimento e REM Acre; Elaboração de Projetos Técnicos (O papel da EMATER); Fundo de Aval e Microcrédito (SEDES)

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Promoção de suporte técnico e capacitação das prefeituras municipais para a elaboração de projetos que viabilizem captação de crédito, recursos e investimentos	O fortalecimento da capacidade técnica das secretarias para elaboração de projetos e captação de recursos é essencial para ampliar o acesso a financiamentos, convênios e programas nacionais e internacionais. A insuficiência de quadros qualificados e de metodologias padronizadas limita o aproveitamento de oportunidades de investimento e a execução de políticas públicas. Constituem gargalos dos produtores locais para obtenção de recursos financeiros e investimentos, documentos, registros, burocracias e elaboração de projetos conforme formatos exigidos pelas instituições de apoio e fomento financeiro.	Todo o estado do Acre	MIDR,MGI, SEPLAN/AC, AMAC, ENAP, Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, UFAC, SEBRAE, Banco da Amazonia, Caixa Econômica Federal, BNDES, Prefeituras	Programas de capacitação continuada em gestão a exemplo do PCDR); Elaboração de guias e manuais de apoio às prefeituras; Apoio ao acesso a sistemas e plataformas de financiamento; Criação de núcleos regionais ou itinerantes de apoio técnico em parceria com organizações públicas e privadas especializadas no tema.
Apoio às iniciativas envolvendo programas estaduais relativos às cadeias produtivas da sociobiodiversidade, fortalecendo a sustentabilidade ambiental e os produtores locais	Essas cadeias, fortemente associadas à agricultura familiar, aos povos indígenas e comunidades tradicionais e à sociobiodiversidade amazônica, apresentam elevado potencial de geração de renda, segurança alimentar e inclusão produtiva. Existem iniciativas em andamento que podem receber apoio técnico e financeiro.	Alto Acre e Juruá	MDA, ANATER, MIDR, SEAGRI/AC, EMATER/AC, SEPI/AC e Fórum Empresarial do Acre.	Apoio técnico e financeiro às iniciativas: Programas Café Clonal Acre e Cacau Fino e de Aroma; Implantação de Usinas de beneficiamento do açaí e da mandioca; Projeto de Meliponicultura Indígena; Extração de óleos vegetais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de programa de formação e capacitação de agentes públicos para atendimento aos povos indígenas em comunidades e em contexto urbano, com foco na qualificação do atendimento intercultural	Justifica-se pela necessidade de qualificar a atuação institucional, sensibilizar servidores e assegurar um atendimento adequado, respeitoso e alinhado às especificidades socioculturais das comunidades indígenas.	Todo o Estado do Acre	MPI,MDHC, MIR, MS, MEC, MIDR, MRE, APEX, FUNAI, SEPI/AC e demais secretarias estaduais competentes; Órgãos municipais competentes; Organizações indígenas.	Programas de capacitações continuadas; Realização de parcerias entre entidades responsáveis e organizações públicas e privadas especializadas no tema; Produção de materiais didáticos e orientativos; Implantação de protocolos de atendimento intercultural.
Promoção da demarcação das terras indígenas em processo de regularização no Acre	A ação visa maior segurança jurídica à população indígena, preservação da sua cultura e dos recursos naturais.	TI Caiapuca, TI Colocação São Paulino, TI Alto Rio Caeté (Jaminawa); TI Riozinho do Iaco (Jaminawa e Manchineri), TI Estirão (Jaminawa e Kulina), TI Nawa (Nawa), TI Curralinho (Kaxinawá), TI Alto Tarauacá (Restrição de Uso de povo isolado), TI Chandless (Restrição de Uso de povo isolado), TI Kuntanawa, TI Muru e Iboiaçu (povos isolados)	MPI, FUNAI, MJSP; SEPI/AC e Organizações indígenas	Apoio técnico aos estudos de identificação e delimitação; Articulação institucional e jurídica; Cooperação técnica – tratativas entre SEPI/AC e MPI/FUNAI.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Monitoramento territorial e fiscalização integrada em terras indígenas, com articulação entre órgãos públicos e organizações indígenas	A ação permitirá a Integração dos dados dos territórios indígenas aos sistemas de planejamento e monitoramento territorial do Estado, de modo a promover mais assertividade das informações e garantir ações estruturadas no combate ao crime organizado e o tráfico de drogas.	Terras Indígenas do Acre com maior ocorrência de atividades ilícitas como as localizadas na região dos rios Acre, Caeté, Jordão, Tarauacá, Moa e Juruá	MPI, FUNAI, MJSP, Policia Federal, Exército Brasileiro, IBAMA, SEPI/AC, SEJUSP/AC, GEFRON, Organizações indígenas	Realização de Diagnostico das TIs com situações mais urgentes; elaboração de Plano de Ação Integrado.
Fortalecimento do acesso de povos indígenas, comunidades tradicionais e da agricultura familiar aos mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Há dificuldades logísticas que afetam a competitividade dos produtores locais em acessarem esses mercados. A ação permitirá a promoção de segurança alimentar e a garantia de mercados para produtores locais da agricultura familiar e das populações indígenas.	Terras Indígenas da Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MDA, CONAB, MDS, MPI, FUNAI, SEAGRI/AC, SEPIAC, EMATER/AC, Comissão Pro-Indígenas do Acre e Organizações Indígenas	Mapeamento de produtores e da oferta local; Regularização documental e sanitária; Fortalecimento de cooperativas e associações; Cooperação técnica – tratativas entre os municípios e o MDA/CONAB.
Fortalecimento do etnoturismo e do turismo de base comunitária em Terras Indígenas das bacias do Alto Purus e Alto Juruá, com mecanismo de valorização cultural e geração de renda	Potencial do etnoturismo devido a maior procura pelo conhecimento das culturas indígenas.	Terras Indígenas da Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MTur, Embratur, SETE/AC, Secretarias municipais de turismo, FUNAI, Organizações indígenas do Acre	Diagnóstico participativo do potencial turístico; Cooperação técnica – tratativas entre o Estado do Acre e o MTUR/EMBRATUR; Capacitação e qualificação profissional; Desenvolvimento de produtos e experiências turísticas.
Formação e capacitação de organizações indígenas e extrativistas das bacias do Alto Purus e Alto Juruá para captação de recursos e gestão de projetos	A ação é necessária para superar as limitações que as comunidades de base enfrentam em gestão, organização e capacitação técnica, aumentando sua autonomia, aprimorando a administração de projetos e recursos, e fortalecendo a eficiência e a sustentabilidade de suas iniciativas coletivas.	Terras Indígenas da Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MPI, FUNAI, SEPI/AC, Comissão Pro-Indígenas do Acre, Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), Federação do Povo Huni Kuin do Acre (FEPHAC) e Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC)	Programas de formação continuada; Elaboração de materiais e ferramentas práticas; Capacitação em gestão financeira e administrativa; Realização de parcerias entre entidades responsáveis e organizações públicas e privadas especializadas no tema.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Reconhecimento e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas	Ação alinhada com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que visa fortalecer a autonomia e a capacidade de gestão das comunidades indígenas, assegurando a implementação efetiva de seus instrumentos de planejamento territorial e ambiental, diante das dificuldades que enfrentam na elaboração. Há necessidade de atualização e execução desses planos devido à falta de apoio técnico, recursos financeiros e capacitação em gestão.	Terras Indígenas da Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MPI, FUNAI, SEPI/AC, Comissão Pro-Indígenas do Acre, Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ) e Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC)	Levantamento e sistematização dos PGTAs existentes; Apoio à elaboração e à validação participativa; Captação de recursos e cooperação técnica; Cooperação técnica – tratativas entre SEPI/AC e MPI/FUNAI.
Implementação de ações de mediação e tradução das línguas indígenas nas escolas e órgãos públicos das Terras Indígenas das bacias do Alto Purus e Alto Juruá	A mediação e a tradução das línguas indígenas nas escolas e nos órgãos públicos são fundamentais para garantir o acesso equitativo a direitos, serviços e políticas públicas às populações indígenas. A barreira linguística compromete a comunicação, o atendimento adequado e a efetiva participação dessas comunidades nos processos educacionais e institucionais. A implementação de ações de mediação linguística contribui para a valorização das línguas e culturas indígenas, fortalece a educação intercultural, amplia a eficácia das políticas públicas e assegura o respeito à diversidade sociocultural, especialmente em territórios amazônicos e de fronteira.	Terras Indígenas da Bacias do Alto Purus e Alto Juruá	MPI, FUNAI, SEPI/AC, MEC, SEE/AC, Comissão Pro-Indígenas do Acre e Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC)	Formação e contratação de mediadores/ tradutores indígenas; Capacitação de profissionais de educação e servidores públicos; Produção de materiais bilíngues e interculturais; Cooperação técnica - tratativas entre a SEPI/SEE AC, MEC e MPI/FUNAI.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento da infraestrutura e das capacidades de fiscalização alfandegária e sanitária nos aeroportos do Acre	Constatou-se baixa capacidade de fiscalização alfandegária gerando perdas econômicas para os municípios e aumento do tráfico de ilícitos, com repercussões graves sobre a dinâmica social das cidades.	Aeroportos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Fórum Empresarial, Receita federal, Polícia Federal, GEFRON, ANAC, VIGIAGRO/ANVISA	Modernização de áreas de controle; Aquisição e modernização de equipamentos; Ampliação do quadro e capacitação de servidores; Implantação de sistemas digitais e de inteligência; Desenvolvimento de tratativas entre os órgãos responsáveis.
Implantação de capitania da Marinha no estado do Acre	Fortalecimento da fiscalização as atividades ilícitas nos rios da região, sobretudo das rotas narcotráfico. A presença da Marinha contribuirá para ações integradas de fiscalização e segurança nas fronteiras com Bolívia e Peru.	Municípios lindeiros fronteira Brasil-Peru	Marinha Brasileira, Ministério da Defesa, Comando do 9º Distrito Naval, MIDR, Ministério dos Transportes, DNIT, SEINFRA/AC, SEJUSP/AC, GEFRON, Prefeituras Municipais	Estudos de viabilidade técnica e locacional; Articulação institucional para definição de responsabilidades, cessão de área e apoio logístico.
Ampliação de instâncias de discussões na perspectiva de integração Brasil-Peru	Necessidade de ampliar canais de comunicação em diferentes esferas de governo para discutir possibilidade de integração tanto nas questões de segurança, meio ambiente, preservação de áreas e comunidades indígenas e tradicionais, quanto de potenciais de cooperação econômica.	Municípios lindeiros fronteira Brasil-Peru	MRE, MIDR, Seplan/AC, Comitê de Fronteira Brasil-Peru Acre, Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça (GTT) Brasil-Peru, Comissão Pró-Indígenas do Acre e OPIRJ	Fortalecimento de fóruns binacionais permanentes; Articulação institucional multinível; Estruturação de mecanismos de cooperação formal; Captação de recursos e cooperação internacional.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Reativação/ requalificação das bases de fiscalização e segurança nas fronteiras com Peru e Bolívia	Ação estratégica para fortalecer a presença do Estado, a soberania nacional e a proteção socioambiental na região. A atuação integrada desses órgãos contribui para o controle territorial, o combate a ilícitos transfronteiriços e ambientais, a fiscalização de atividades ilegais e o apoio à segurança das populações locais. Além disso, a presença institucional permanente favorece a cooperação institucional, a proteção dos recursos naturais e a efetividade das políticas públicas.	Brasiléia/ Epitaciolândia, Assis Brasil (fronteira com Peru/Bolívia) e Santa Rosa do Purus. Áreas com presença de Povos Indígenas Isolados e de recente contato	SEJUSP, GEFRON, SEPI/AC, FUNAI, IDAF, IMAC, MPI e MMA.	Articulação entre níveis de governo definindo competências e responsabilidades; Modernização das bases; Recomposição e capacitação de efetivos; Aquisição de equipamentos e implantação de sistemas de inteligência e monitoramento.
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições voltadas ao controle e fiscalização de fronteiras	A necessidade de ampliar os efetivos da Polícia Federal e de outros organismos de segurança se relaciona com o pequeno número de agentes face à grande área territorial e à constatação de um grave quadro de cometimento de atos ilícitos na região de fronteira.	Toda a Faixa de Fronteira	GSI/PR, MD, Polícia Federal, PRF, Receita Federal, ABIN, Forças Armadas, SEJUSP/GEFRON — Acre	Ações de Fortalecimento da Gestão Pública como realização de novos concursos públicos; Programas de capacitação e qualificação para os quadros técnicos responsáveis; Estruturação de políticas de incentivo para fixação de servidores em regiões de difícil provimento.

Foto: Marcos Vicentti Rribeirinhos Parque Nacional Serra do Divisor

Subsídios do Ipea ao debate

Foto: Clemerson Ribeiro Gamaleira - Ponte Rio

O Acre, a Amazônia e o Quadrante Rondon: Subsídios para o debate sobre infraestrutura, bioeconomia e desenvolvimento fronteiriço[1]

O Acre no Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

As fronteiras amazônicas apresentam condição de hiperperiferia logística e produtiva, com impactos sobre bem-estar, desenvolvimento, segurança e soberania. Essa condição amplia vulnerabilidades (desmatamento, garimpo, trânsitos ilícitos) e limita oportunidades socioeconômicas e de sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a dinâmica econômica recente aproxima o Brasil de vizinhos do Pacífico e do Caribe, abrindo novas oportunidades logísticas e produtivas que exigem planejamento e coordenação regional.

Entre 28 de maio e 5 de junho de 2024, três decretos centrais compuseram um novo arranjo de políticas: a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (Decreto nº 12.034/2024), a Política Nacional de Fronteiras (Decreto nº 12.038/2024) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). No âmbito do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional) foram editadas a Estratégia de Desenvolvimento Regional e Bioeconomia – BioRegio (Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023) e o Programa Fronteira Integrada (Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024).

---

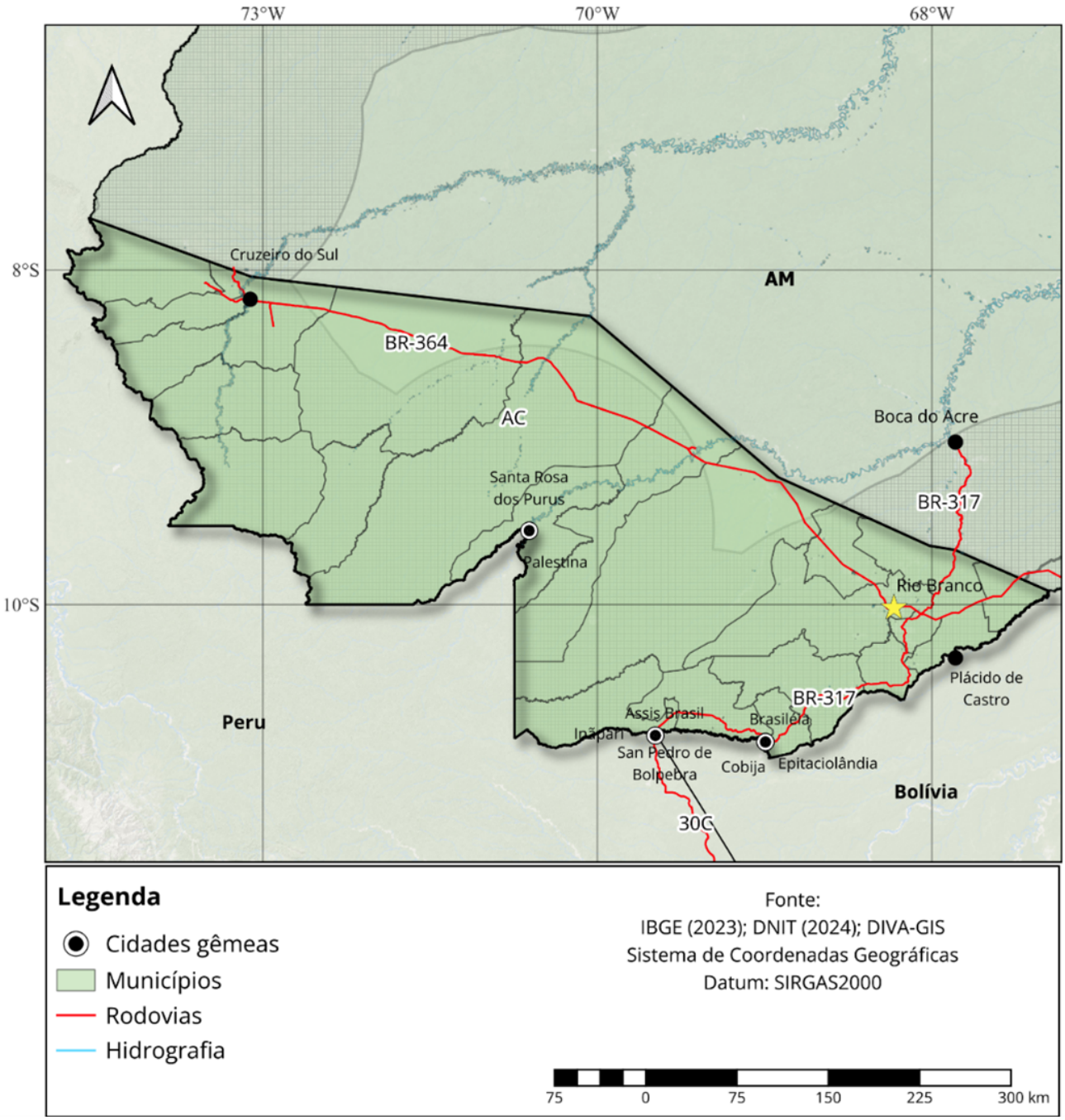
1. Esta nota foi preparada no âmbito do Projeto ***"Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"*** da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), pelos pesquisadores: ***Pedro Silva Barros:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Luiz Marcelo Michelon Zardo:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Cláudio Alberto Castelo Branco Puty:*** *Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA);* ***Corival Alves do Carmo:*** *Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS);* ***Helitton Christoffer Carneiro:*** *Assistente de pesquisa do Ipea;* ***Leandro Fontes Corrêa:*** *Assistente de pesquisa do Ipea e* ***Matheus Valadares da Silva:*** *Assistente de pesquisa do Ipea.*

Esses marcos criam condições institucionais para articular integração física e digital, desenvolvimento fronteiriço e bioeconomia em chave pan-amazônica, desde que acompanhados de governança com os países vizinhos.

No plano conceitual, adota-se a perspectiva da Pan-Amazônia pensar a região como bioma e território interdependente e os binômios interdependência–dissuasão e segurança-desenvolvimento para o fortalecimento da soberania, enfatizando que integração produtiva e infraestrutura devem caminhar com participação de entes subnacionais e privados. Destacam-se, ainda, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal como instâncias-chave de coordenação.
A caracterização do Acre sob a ótica de fronteiras, infraestrutura e bioeconomia apresenta um estado amazônico com 164.173 km² de área territorial, articulado por eixos rodoviários (BR-364 e BR-317) e por conexão interoceânica[2]. A linha de fronteira internacional do Acre soma 2.183 km, com maioria do traçado com o Peru (≈72%) e o restante com a Bolívia, conformando um espaço funcional de cidades-gêmeas e postos fronteiriços que demandam coordenação binacional (Mapa 1).

2. A conexão do estado do Acre com o Pacífico peruano, por estradas, foi plenamente efetivada com a inauguração da Ponte de Integração entre Brasil e Peru, em 2006, ligando Assis Brasil-AC a Iñapari, no Peru.

Mapa 1 - Estado do Acre



Fonte: Projeto “Integração Regional: o Brasil e a América do Sul”. Elaborado pelos autores (2026).

A infraestrutura de transportes constitui um dos eixos estruturantes do desenvolvimento regional acriano e desempenha papel central na forma como o estado se integra aos mercados amazônicos, andinos e do Pacífico. A partir dos anos 2000, um conjunto de investimentos estratégicos — combinando obras nacionais e binacionais — redesenhou as condições de conectividade terrestre, ampliando a eficiência logística e redefinindo o posicionamento do Acre na rede de circulação sul-americana. Esses avanços consolidaram a função das rodovias federais e das conexões internacionais como vetores de articulação econômica, integração fronteiriça e resiliência territorial, fundamentos que orientaram sua logística de infraestrutura.

A diretriz central deveria ser organizar redes multimodais e instituições de fronteira para elevar a competitividade de cadeias sensíveis ao tempo (por exemplo, carnes refrigeradas ou açaí congelado) e conteinerizadas (por exemplo, algodão e látex), internalizando ganhos logísticos e mitigando externalidades ambientais. Nas últimas duas décadas, o Acre acelerou suas exportações, saltando de US$ 1,5 milhão, em 2000, para US$ 98,8 milhões, em 2025 (em valores nominais) e redirecionou parte dos intercâmbios comerciais aos vizinhos Peru e Bolívia, especialmente após a abertura das pontes binacionais de Assis Brasil (2006) e Brasiléia (2004) que permitiram ligação direta à rodovia Interoceânica, com registro sistemático de saídas pelos municípios de Assis Brasil e Epitaciolândia. Apesar de a pauta ainda apresentar concentração (madeira, castanha, couros e milho, entre outros), entre 2000 e 2025, o PIB real do estado cresceu acima da média nacional, em linha com a expansão da fronteira agropecuária do Oeste brasileiro e com o aumento da pecuária e de inserção de produtos alimentares nos mercados regionais. Esse processo reforça uma dupla agenda: consolidar cadeias pecuárias e de grãos com maior controle socioambiental; e escalar a bioeconomia amazônica (óleos, ingredientes naturais, castanha, piscicultura, madeiras certificadas), conectando produção regional aos vizinhos sul-americanos, aos portos do Pacífico e à demanda andina e asiática.

O par Brasiléia–Epitaciolândia estrutura o contato cotidiano com Cobija (Bolívia), facilitando comércio varejista, circulação de mão de obra e serviços; já Assis Brasil é o portal logístico para a Interoceânica rumo a Iñapari–Puerto Maldonado–Cusco, no Peru, e aos portos peruanos de Matarani e Ilo. O impacto é empírico: a participação[3] de Bolívia e Peru nas exportações/importações acrianas disparou com o passar dos anos, sobretudo em razão das inaugurações das pontes binacionais. Ademais os registros de saída/entrada concentram-se em Unidades da Receita Federal (URF) dessas cidades — padrão compatível com a reorientação territorial apontada pela Rede Interoceânica. Para capturar plenamente os ganhos das novas infraestruturas e vinculá-lo ao potencial da bioeconomia, especialmente nas regiões de fronteira, sugere-se: criação e consolidação de zonas aduaneiras e logísticas binacionais, cadeias de frios e conteinerização,

3. Segundo os dados da plataforma Comex Stat/MDIC, apresentados no Texto para Discussão nº35 (Dinte/Ipea), a participação da Bolívia nas exportações do Acre saltaram de 0%, em 2003, para 48%, em 2013; enquanto a participação do Peru nas exportações do Acre cresceram de 0%, em 2003, para 34%, em 2015. Quanto às importações realizadas pelo Acre, destaca-se que a participação boliviana subiu de 0%, em 2003, para 9,5%, em 2013; e a participação peruana aumentou de 0,4%, em 2003, para 48,9%, em 2014.

infraestrutura de armazenagem e protocolos sanitários compatíveis com as especificidades logísticas da Amazônia e do transporte de proteínas animais e frutas frescas e refrigeradas. Propõe-se, também, o compartilhamento de sistemas de planejamento urbano-territorial integrados no arco Assis Brasil–Epitaciolândia–Brasiléia–Cobija.

Caracterização da Fronteira Acriana

No Acre, há quatro municípios que formam conurbações internacionais. Santa Rosa do Purus, município isolado no oeste do estado, com cerca de sete mil habitantes, sendo apenas metade urbana, encara, do outro lado do Rio Purus, o povoado peruano de Palestina, o qual conta com apenas algumas dezenas de habitantes e pertence ao distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali. Contudo, pelas diminutas proporções e o isolamento logístico terrestre do arranjo urbano, os fluxos comerciais e a dinâmica fronteiriça são reduzidos. Da mesma forma, a menos de 100 quilômetros de Rio Branco pela AC-040, encontra-se o município de Plácido de Castro, que, com pouco mais de 16 mil habitantes, dos quais dois terços são urbanos, conurba-se com o vilarejo boliviano de Puerto Evo Morales (pertencente ao município de Bella Flor, no departamento de Pando), o qual detém pouco mais de setecentos habitantes. Aqui também, pelas dimensões reduzidas do povoado boliviano, os fluxos binacionais são restritos. De todo modo, a integração transfronteiriça está em ascensão graças à implantação, no local, de um curso de medicina ofertado pela Universidade Amazônica de Pando (UAP), em Puerto Evo Morales, o que veio acompanhado de um florescimento do comércio boliviano. Assim, é possível que, no futuro, Plácido de Castro e Puerto Evo se consolidem como cidades-gêmeas melhor estruturadas, algo hoje inviabilizado pela ausência de uma aduana e de órgãos fiscalizadores como a Receita Federal e a Polícia Federal.

A cerca de 230 quilômetros de Rio Branco, no eixo da BR-317, estão os municípios de Brasiléia e Epitaciolândia (este um ex-distrito de Brasiléia, desmembrado em 1992), separados entre si apenas pelo Rio Acre. Segundo estimativas atualizadas do IBGE, Brasiléia possui aproximadamente 28.000 habitantes, e Epitaciolândia em torno de 20.000, sendo urbanos, em ambos os casos, cerca de dois terços da população. Conurba-se a essas cidades, ainda, o município boliviano de Cobija, que funciona como polo de dinamismo econômico no departamento de Pando e possui cerca de 54.000 habitantes. Cobija conecta-se com Epitaciolândia por uma fronteira seca (onde estão as aduanas brasileira e boliviana) e com Brasiléia por fronteira úmida, através da Ponte Binacional Wilson Pinheiro, inaugurada em 2004. Sua centralidade regional se explica tanto pela condição de capital departamental quanto pela forte urbanização, já que mais de 96% da população cobijense é urbana.

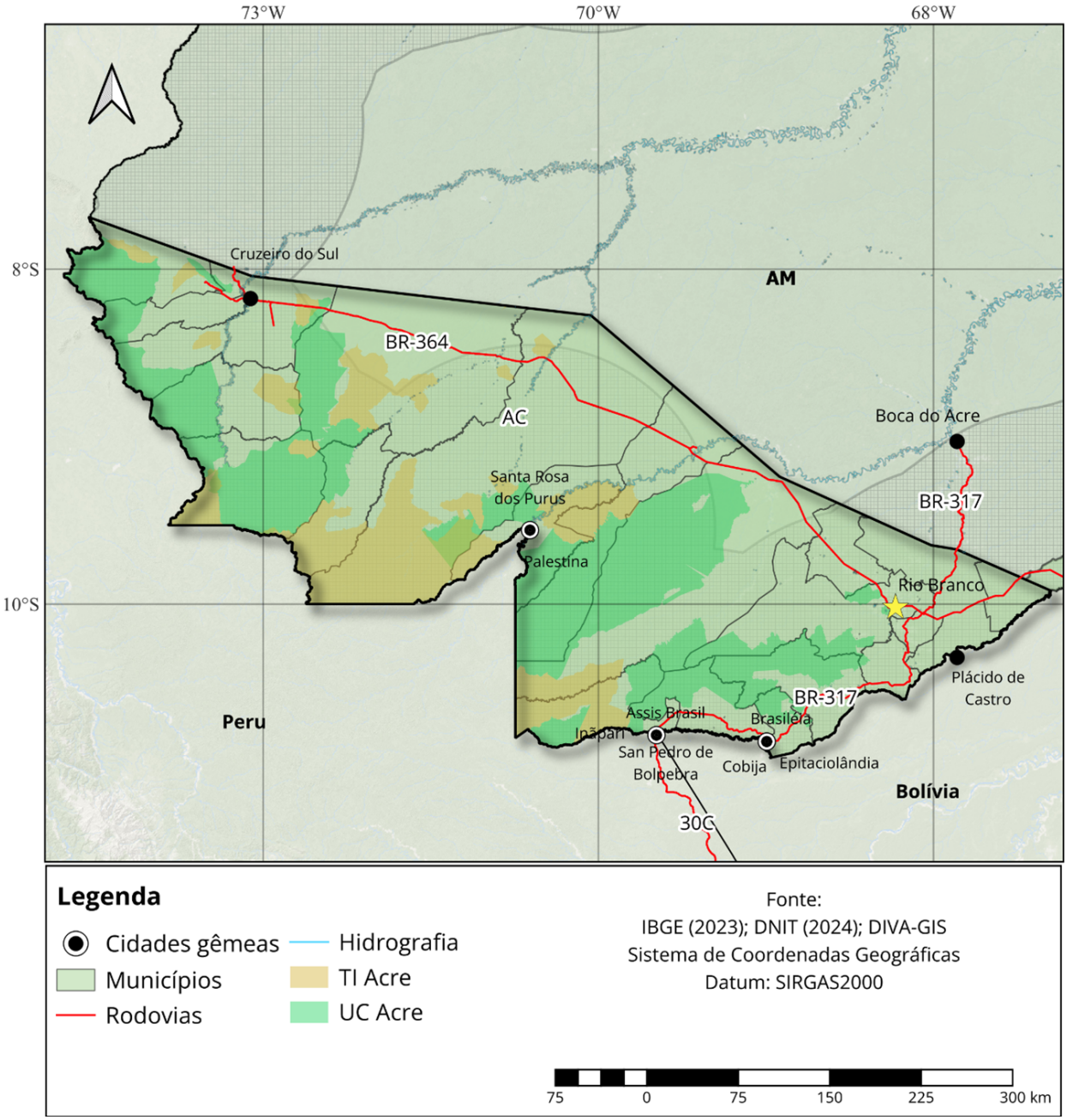
Seguindo pela BR-317, em sentido ocidental, por pouco mais de 100 quilômetros, alcança-se o município de Assis Brasil, com cerca de oito mil habitantes, dos quais 60% estão na área urbana. Por meio da Ponte da Integração Brasil–Peru sobre o Rio Acre, inaugurada em 2006, Assis Brasil conecta-se com o distrito peruano de Iñapari, que dispõe de um núcleo urbano habitado por pouco mais de 2.100 habitantes, somados a uma população rural superior a 600 pessoas. Da mesma forma, apartado pelo mesmo rio, porém sem ponte de acesso ou aduana, está o município boliviano de San Pedro de Bolpebra, que tem população predominantemente rural, dispondo de núcleo urbano estimado em apenas algumas dezenas de pessoas. Iñapari e Bolpebra, por sua vez, separam-se pelo pequeno Arroio Yaverijá, afluente do Rio Acre. Diante dessa realidade, centrar-se-á apenas nos municípios acrianos que foram conurbações internacionais já consolidadas, a saber: Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil.

A ocupação do território hoje correspondente ao sudeste acriano remete ao fim do século XIX, quando o Ciclo da Borracha impulsionou a migração predominantemente de nordestinos para a bacia do rio Acre, então sob soberania da Bolívia, que tinha dificuldades em controlar o território. Os embates entre seringueiros bolivianos e brasileiros, que reivindicavam a anexação do território pelo Brasil, levou a um intenso ciclo de conflitos que culminou na declaração de independência em 1899, no escopo da Revolução Acriana, liderada por Plácido de Castro. Ante a pressão dos cidadãos brasileiros pela anexação e do arrendamento do território pela Bolívia a uma companhia de exploração norte-americana, o Itamaraty buscou encaminhar uma solução diplomática para a questão, envolvendo a compra do território mediante uma indenização financeira e o compromisso brasileiro de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM). Essa solução foi ratificada pelo Tratado de Petrópolis (1903), após o qual começaram a emergir diversos núcleos urbanos no território do Acre (cuja ocupação até então se concentrava nos seringais), incluindo as atuais Brasiléia e Epitaciolândia, com aquela tornando-se município em 1910. A ocupação de Assis Brasil, igualmente orientada pelo extrativismo, teve início apenas em 1908, e seu desenvolvimento urbano ocorreu de maneira mais tardia, razão pela qual sua elevação à categoria de município ocorreu somente em 1976.

No tocante ao uso do solo, em Assis Brasil, as florestas ainda representam 92,7% do território municipal; em Brasiléia o desmatamento empurrou essa cifra de 80,8 para 57,9%, entre 2000 e 2024; enquanto em Epitaciolândia a redução no mesmo período foi de 66,5 para 44,7%. A maior preservação relativa de Assis Brasil se deve não apenas à ocupação mais recente, mas sobretudo ao fato de boa parte do território municipal inserir-se em terras indígenas homologadas (como a Mamoadate e a Cabeceira do Rio Acre) ou em unidades de conservação (como a própria RESEX Chico Mendes e o Estação Ecológica do Rio Acre), as quais, juntas, correspondem a 85% do território municipal. Em Brasiléia e Epitaciolândia, por sua vez, não há terras indígenas demarcadas; naquele município, a única unidade de conservação estadual ou federal é a RESEX Chico Mendes, ocupando 20,7% de sua área, enquanto este conta com a mesma RESEX e

também com a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Seringal Nova Esperança, somando 37,9% de sua superfície (Instituto Sociocultural, 2026). Em síntese, a preservação de parte importante da floresta, um ativo indispensável para a competitividade do setor bioeconômico, está seriamente ameaçada na porção sul da fronteira acriana (Mapa 2).

Mapa 2 - Territórios indígenas e unidades de conservação no estado do Acre



Fonte: Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul". Elaborado pelos autores (2026).

Em relação aos fluxos humanos verificados nas cidades-gêmeas acrianas, devido à maior densidade populacional, destaca-se o arranjo Brasiléia-Epitaciolândia-Cobija. De início, a oferta de cursos de medicina por universidades públicas e privadas em Cobija, com baixos custos e sem a exigência de processo seletivo, impõe relevante fluxo pendular de brasileiros à Bolívia, além de estudantes que preferem fixar residência do outro lado da fronteira. Na saúde, por sua vez, há alguma demanda de cidadãos bolivianos pelo uso do Sistema Único de Saúde (SUS), dada a sua natureza gratuita e universal, além de apresentar, em geral, qualidade superior a da saúde pública no país vizinho. Mais destacada, porém, é a procura, por brasileiros, de serviços de saúde oferecidos por clínicas particulares em Cobija, onde a abundância de médicos força preços mais baixos que os praticados em território nacional. O comércio é o eixo mais dinâmico da conurbação, alavancado sobretudo pela existência da Zona Franca de Cobija, a mais antiga da Bolívia, sustentando relevante fluxo turístico de brasileiros, o que impulsiona o ramo hoteleiro em ambos os lados da fronteira. Nos termos da legislação boliviana, estabelecimentos comerciais em Cobija gozam de isenção do imposto de importação para bens estrangeiros, além de desonerações dos impostos sobre o valor agregado e consumos específicos; em contrapartida, paga-se apenas uma alíquota fixa para a internação de produtos na zona franca. Dessa forma, o comércio em Cobija floresce, sobretudo, graças à revenda de bens importados, destacando-se eletrônicos, cosméticos, bebidas alcoólicas e itens de vestuário.

Do lado brasileiro, Brasiléia e Epitaciolândia dispõem de áreas de livre comércio (ALC) administradas pela Suframa, as quais, no entanto, ainda não foram plenamente regulamentadas. Ao contrário do que ocorre em outras cidades-gêmeas amazônicas, ali jamais se aplicou a isenção do imposto de importação. Ainda assim, há benefícios destacáveis para o internamento de bens industrializados nacionais, o que tem estimulado o varejo principalmente no segmento de materiais de construção, tanto para clientes brasileiros como bolivianos. Vale destacar o caráter assimétrico da fronteira Brasiléia-Epitaciolândia-Cobija, haja vista o fato de este município ser capital do departamento boliviano de Pando, o que implica a presença mais ampla de órgãos governamentais, além de maior diversidade de equipamentos públicos. Um exemplo notável é a existência de um terminal aeroportuário relativamente bem estruturado em Cobija, com frequências comerciais regulares para La Paz, ao passo que o aeroporto brasileiro mais próximo fica a 230 quilômetros de distância, em Rio Branco, ampliando o isolamento logístico do lado brasileiro.

Diferentemente de Brasiléia e Epitaciolândia, Assis Brasil injustificadamente não integra o rol de áreas de livre comércio da Suframa, o que gera gargalos nas condições logísticas e tarifárias locais de intercâmbio com Iñapari (Peru) e limita o dinamismo do comércio fronteiriço na principal via de escoamento logístico do estado rumo ao Pacífico.

Do lado peruano, Iñapari igualmente não dispõe de um setor varejista consolidado, haja vista o seu pequeno porte e o fato de não ser contemplada por nenhuma zona franca. À luz disso, a localidade tem servido mais como entreposto para a passagem de mercadorias de todo o território nacional com destino ao Peru do que como polo dinâmico de integração fronteiriça. Conforme registros do Comex Stat, a aduana de Assis Brasil se consolidou como a principal via de escoamento de exportações e importações brasileiras a partir do Acre; dos 147 milhões de dólares ali exportados em 2025, apenas 27 milhões eram provenientes do Acre, enquanto, dos 7,8 milhões importados, apenas 100 mil se destinavam ao estado.

Outro aspecto significativo dos fluxos humanos naquela tríplice fronteira é a recente abertura de um curso de medicina da Universidad Amazônica de Pando no vilarejo de Bolpebra. Em visita de campo, constatou-se a estrutura precária do curso e a predominância de estudantes brasileiros residentes em Assis Brasil. Para a travessia diária, realizada às margens da institucionalidade, os alunos têm de cruzar o rio Acre em embarcações improvisadas, movidas de forma manual por jangadeiros. Ademais, é importante notar que a fronteira porosa e interconectada também gera uma miríade de desafios, em particular o crime transnacional, materializado no contrabando, descaminho e no tráfico de entorpecentes. É sabido que a Bolívia e o Peru encontram-se entre as principais portas de entrada da cocaína no território nacional. Similarmente, é significativa a revenda de carros brasileiros roubados nas cidades fronteiriças da Bolívia, o que evidencia a atuação de redes criminosas que se valem da insuficiência da presença fiscalizatória. Além de externalidades geradas por um lado da fronteira aos demais, há diversos problemas que afetam a todos igualmente, demandando soluções conjuntas.

O rio Acre, marco fronteiriço, coloca um problema comum para os três países que são as inundações recorrentes. Como já mencionado, a pequena comunidade boliviana de Bolpebra foi deslocada para outro ponto mais elevado para distanciar-se do rio, mas o mesmo impacto atinge periodicamente e de forma avassaladora Brasiléia e Cobija.

Infraestrutura

Ao longo da década de 2000 consolidou-se a base da integração física do eixo fronteiriço do Acre com o entorno andino. Compreende-se que a infraestrutura, englobando transporte, comunicação e energia, deve estar inserida num quadro maior de governança, adaptada às necessidades e condições amazônicas. A caracterização do Acre sob a ótica da infraestrutura evidencia um estado amazônico articulado por eixos rodoviários principais, notadamente a BR-364 e a BR-317, e por conexões interoceânicas recentes.

No início dos anos 2000, foram inauguradas as pontes internacionais que estruturam a atual conectividade: a Ponte Binacional Wilson Pinheiro ligando Brasiléia a Cobija (2004), a qual consolida o eixo e reforça a ligação do estado à Bolívia; e a Ponte da Integração Brasil–Peru sobre o Rio Acre, conectando Assis Brasil

a Iñapari (2006), que integra o Acre ao Corredor Interoceânico peruano. Complementarmente, o Peru concluiu a pavimentação do trecho Puerto Maldonado–Cusco (2010) e entregou a Ponte Billinghurst sobre o Rio Madre de Dios (2011), viabilizando de forma definitiva a rota Assis Brasil-Iñapari-Puerto Maldonado-Cusco-Arequipa-Matarani, bem como o ramal Juliaca–Ilo. No lado brasileiro, em momento mais recente, a inauguração da Ponte do Abunã (2021), em Rondônia, eliminou a última descontinuidade na BR-364, tornando a ligação Acre–Pacífico integralmente rodoviária.

Essas grandes obras de infraestrutura reduziram substancialmente tempos e custos de deslocamento, garantiram o abastecimento logístico em eventos climáticos extremos — a exemplo das cheias avassaladoras de 2014 que isolaram a região — e abriram margem para usos logísticos de maior valor agregado. As pesquisas do projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul" do Ipea situam o Acre entre os chamados "estados articuladores" da rede interoceânica (juntamente a Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Roraima). Tratam-se de unidades e territórios não atlânticos e fronteiriços cuja produção e intercâmbio comercial recentes viabilizam corredores bioceânicos complementares, e não concorrentes, ao mesmo tempo em que exigem governança regional para temas como aduanas integradas, janelas regulatórias, conectividade digital, inspeções sanitárias e a devida provisão de serviços de apoio logístico. Nessa concepção, Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia compõem um nó transfronteiriço que opera como uma "soldadura" entre o Oeste brasileiro, incluída a Zona de Desenvolvimento Sustentável Amacro (Amazonas, Acre e Rondônia), e os portos do Pacífico sul-americano (Matarani-PER, Ilo-PER e Arica-CHI).

A principal orientação para a infraestrutura na região é organizar redes e o anel de infraestrutura multimodal, bem como fortalecer as instituições de fronteira para elevar a competitividade de cadeias logísticas. Isso se faz com a articulação de um marco de governança, com participação privada e dos atores subnacionais, internalizando ganhos logísticos e mitigando externalidades ambientais adversas em direção a um desenvolvimento com a floresta em pé e adaptado para realidade local. Nesse sentido, vale sublinhar a posição geográfica estratégica ocupada por Assis Brasil para a integração sul-americana, inserindo-se no chamado Quadrante Rondon, parte do território nacional que está, logisticamente, mais próxima dos portos do Pacífico do que dos tracionais portos do Atlântico. Tal condição exige planejamento, regulação e governança conjuntos com os países vizinhos. O Quadrante Rondon e as conexões interregionais apresentam uma evolução logística indispensável, que demanda articulação coordenada, mesmo quando se compara com os potenciais do eixo logístico Norte em direção à Ilha das Guianas. A projeção do Brasil ao Caribe e para o Pacífico encontra neste quadrante a sua principal via terrestre viável de escoamento e de inserção das exportações de grãos e carnes da bioeconomia diretamente aos mercados asiáticos.

Deve-se pontuar, contudo, que grande parte do potencial logístico do Quadrante Rondon e do eixo pan-amazônico ainda não é plenamente aproveitada. Isso decorre de gargalos operacionais e da necessidade

de consolidar Manaus como grande articulador da região, unindo os modais fluviais da bacia amazônica aos eixos rodoviários fronteiriços do sul do estado de forma contínua e eficiente. No que concerne à infraestrutura energética e de comunicação da região, houve avanços significativos no período recente, como atestam os registros históricos de que o Acre e Rondônia entram no Sistema Interligado Nacional, fato que mitigou o isolamento elétrico e reduziu a dependência de sistemas termelétricos locais. Contudo, no campo elétrico e digital, ainda persistem gargalos. A baixa densidade demográfica, comum ao espaço fronteiriço amazônico, é um fator que, se por um lado preserva a cobertura florestal, por outro dificulta a provisão eficiente, o barateamento e a capilaridade dos serviços públicos de infraestrutura massiva.

A fluidez das dinâmicas das cidades-gêmeas demanda não só a manutenção das pontes e vias, mas a implementação de zonas aduaneiras e logísticas binacionais. Um dos principais obstáculos à consolidação da infraestrutura fronteiriça é a falta de pátios de triagem, cadeias de frio bem estabelecidas, estações de conteinerização, infraestrutura de armazenagem de ponta e protocolos sanitários compatíveis com a circulação de carne fresca ou refrigerada. Sem essas facilidades logísticas adjacentes, a via rodoviária asfaltada perde grande parte de sua atratividade para os transportadores de alto valor. Por fim, limitações estruturais nos portos peruanos e a escassez de rotas de navegação diretas para a Ásia continuam como um fator limitante na capacidade global do corredor logístico interoceânico para o escoamento contínuo das mercadorias brasileiras de alto volume, exigindo investimentos complementares e negociações de longo prazo para que o anel multimodal amazônico cumpra sua vocação histórica.

Produção e Bioeconomia[4]

Em 2024, o principal produto agrícola produzido no estado do Acre, em volume, foi a mandioca, com uma produção de 495,9 mil toneladas. Em termos per capita, a produção estadual de mandioca alcançou 591,5 kg por acriano. Dentre os principais produtos agrícolas produzidos no Acre, alguns foram voltados para o mercado externo, como é o caso da soja e do milho, enquanto outros foram menos relacionados ao comércio exterior e mais associados ao consumo interno e de subsistência, como a mandioca, banana, diversas frutas, café, entre outros.

4. Em razão da não existência de classificações específicas sobre produção da bioeconomia, com abrangência que contemple até o nível municipal brasileiro, optou-se por mapear toda a produção do setor primário com exceção do extrativismo mineral existente no estado do Acre e nos municípios de Assis Brasil-AC, Brasiléia-AC e Epitaciolândia-AC, em 2024. Buscou-se, primeiro, apresentar quais foram as dimensões produtivas de cada município e estado selecionados, independentemente do perfil do produto primário e, posteriormente, analisar em seção específica a produção local que é compatível com a floresta em pé. Para referenciar a produção agropecuária formal no Acre, foram utilizadas as bases de dados oficiais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

Ao longo do presente relatório será possível perceber que a produção de alguns produtos, como o açaí e a borracha, serão analisadas não somente a partir da produção agrícola dos estados e municípios selecionados, mas também a partir da produção do extrativismo vegetal. Vale ressaltar que a diferença fundamental reside no fato de a produção da primeira (agrícola) estar relacionada com práticas de manejo e cultivo, enquanto que a produção da última (extrativismo) se dá em áreas de ocorrência espontânea da cultura.

A produção agrícola do Acre foi avaliada a partir de diferentes variáveis, seja em volume produzido (em toneladas), ou em valor da produção (em milhares de reais). Através delas foi possível extrair novas informações cruzadas, como, por exemplo, o valor monetário por tonelada da produção de um determinado bem agrícola, ou ainda, qual cultura agrícola gerou mais recursos por tonelada produzida no Acre, em Assis Brasil-AC, Brasiléia-AC e Epitaciolândia-AC. Também foi possível, em alguns casos, situar o nível de produção do estado e dos municípios selecionados em relação aos apresentados pela região Norte e pelo Brasil.

É fundamental reforçar que os fluxos informais não captados em estatísticas oficiais foram qualitativamente levados em consideração para a elaboração do presente relatório. A própria realização de pesquisas de campo nas regiões de fronteira do Arco Norte brasileiro, se deu, entre outras razões, com o intuito de observar se os dados oficiais foram condizentes com a realidade produtiva e dinâmica local, sobretudo em regiões no espaço amazônico.

Os dados da produção do extrativismo vegetal no Acre, Assis Brasil-AC, Brasiléia-AC e Epitaciolândia-AC, no ano de 2024, elencam uma série de produtos compatíveis com a floresta em pé. Vale ponderar que a produção do extrativismo vegetal no Norte representa quase toda a produção nacional de alguns produtos específicos, como o açaí, castanha-do-pará, palmito, borrachas, copaíba e cumaru.

O principal produto alimentício da extração vegetal acriana, em volume produzido, foi a castanha-do-pará, com 9.947 toneladas, equivalentes à quase 30% da produção da região Norte e à 28,5% da produção nacional. As cidades de Brasiléia-AC e Epitaciolândia-AC contribuíram consideravelmente para a dinâmica produtiva da castanha-do-pará no estado, totalizando produções de 1.709 toneladas e 1.069 toneladas, respectivamente, volumes significativamente superiores ao apresentado por Assis Brasil-AC (com apenas 151 toneladas). Outro produto alimentício com relativo destaque no estado é o açaí, que totalizou um volume de produção de 4.145 toneladas, representando apenas 1,8% da produção da Região Norte. O estado do Pará é o grande expoente em termos de produção extrativista (e agrícola) do açaí, seguido pelo Amazonas, Maranhão e, por fim, o Acre.

O maior destaque da produção extrativista do Acre, dentre os produtos não alimentícios que são compatíveis com a floresta em pé, foi a borracha, especificamente a extração de látex coagulado dos seringais acrianos. O tema da borracha no Acre é histórico e central na formação econômica do estado e da região Norte, especialmente a fase do ciclo da borracha, período que também explica os fluxos migratórios regionais, a ascensão e queda de iniciativas econômicas relacionadas ao caucho no espaço amazônico, o impacto da extração na infraestrutura de escoamento, as contradições socioeconômicas da época, entre outros.

Em 2024, a produção acriana de borracha, via extrativismo vegetal, alcançou 769 toneladas, volume equivalente à 50% da produção da região Norte, que por sua vez concentrou 96% da produção brasileira registrada no ano. É importante destacar que também houve produção agrícola da borracha no estado (manejo e cultivo), em menor escala é verdade, com produção de 159 toneladas no Acre.

Enquanto a produção per capita brasileira de bens alimentícios oriundos da extração vegetal alcançou dez reais por habitante, na região Norte tal produção foi quase sete vezes mais (R$69), com o Acre sendo ainda superior, totalizando R$80 per capita. Nessa estatística, os municípios de Assis Brasil-AC, Epitaciolândia-AC e Brasiléia-AC produziram mais que as médias anteriores, com R$105, R$346 e R$397 por habitante, respectivamente, graças à dinâmica produtiva dos castanhais.

Mesmo com uma produção do extrativismo vegetal superior à brasileira, em valor per capita, é preciso avançar enormemente na geração de renda e agregação de valor a partir da produção sustentável no Acre (e na Amazônia como um todo). É fundamental fomentar o desenvolvimento compatível com a floresta em pé e adaptado à realidade local. Cumpre pontuar que, mesmo em itens da bioeconomia em que o Acre mantém uma produção histórica e relevante, como é o caso da castanha-do-pará, da borracha e, mais recentemente, de frutos regionais, há notáveis dificuldades em estruturar cadeias de valor mais complexas. Embora o estado tenha fortalecido sua capacidade de beneficiamento a partir dos anos 2000, sobretudo em polos como Brasiléia e Xapuri, a produção local de castanha ainda se destina majoritariamente ao mercado interno brasileiro. Paralelamente, o Acre continua exportando o produto in natura ao Peru e à Bolívia, onde acaba sendo beneficiado e reexportado com maior valor agregado. Tal fato ilustra a necessidade premente tanto de internalizar as etapas finais do beneficiamento de castanha e de outros recursos da sociobiodiversidade no lado brasileiro da fronteira, como de melhorar a infraestrutura acriana (transporte, energia e comunicação) vislumbrando um resultado socioeconômico positivo com eficiência e escala das atividades sustentáveis.

Se em termos de produção compatível com a floresta em pé o Acre ainda apresenta modestos números, que podem ser dinamizados com a implementação de adequadas políticas públicas, o mesmo não se pode dizer da dimensão produtiva da pecuária, cuja expansão e abertura de novas pastagens se dão, muitas vezes, via desmatamento.

Em 2024 foram contabilizadas, em média, 1,2 cabeça de gado para cada cidadão brasileiro; 3,7 para cada residente nortista e para cada acriano, 6,2 cabeças de gado. Considerando Assis Brasil-AC, Brasiléia-AC e Epitaciolândia-AC, constatou-se números ainda mais expressivos, com 10,8; 14,8 e 10 cabeças de gado por habitante, respectivamente.

Por fim, sobre a dimensão produtiva formal da aquicultura nortista[5], grande produtora de peixes em nível nacional, foram destaques, principalmente, a produção de tambaqui (93,1 mil toneladas, equivalente à 77% da produção nacional), tambacu e tambatinga (11,7 mil toneladas, que representam 25% da produção nacional), matrinxã (3,9 mil toneladas, 72% da produção nacional), pirarucu (1,3 mil toneladas, 76% da produção nacional), pirapitinga (1,28 mil toneladas, 70% da produção nacional), entre outros.

Cada estado da região Norte apresenta suas próprias dinâmicas produtivas quanto à piscicultura. Enquanto alguns estados apresentam maior diversidade produtiva e escala, outros registram restritos produtos e modestos volumes de produção. Os dados do Acre dimensionam uma produção de peixes que pode ser escalada, sobretudo a partir do desenvolvimento da atividade em municípios que apresentam potencial, como Brasiléia-AC, um relevante polo em nível estadual na produção de tambaqui, pirapitinga, tambacu, tambatinga e curimatã.

5. Diferentemente da pesca, que baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. Segundo a Embrapa, uma das diferenças entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, apresenta um menor nível de controle quanto aos volumes produzidos, tendo em vista a imprevisibilidade característica da pesca. Por outro lado, a aquicultura apresenta um maior controle no que se refere ao planejamento e regularidade da produção, possibilitando produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar. Os dados apresentados ao longo do relatório referem-se a produção da aquicultura nortista, com destaque para a dinâmica da piscicultura. Todas as informações de produção foram extraídas da base de dados do IBGE. Finalmente, vale reforçar que a atividade formal e informal da pesca, mesmo não dimensionada na categoria aquicultura, desempenha um papel de grande relevância, respondendo por parcela significativa do consumo local, inclusive nas regiões de fronteira.

Recomendações

A partir do diagnóstico apresentado ao longo das seções anteriores, percebe-se que o desenvolvimento sustentável da fronteira sul do Acre em suas cidades-gêmeas exige diretrizes de cooperação ativa, formulação de políticas públicas integradas e um marco institucional mais robusto para a região. O Acre deve priorizar o fortalecimento das cadeias de valor da bioeconomia por meio do estímulo ao beneficiamento local de itens oriundos do extrativismo, que têm grande importância histórica e econômica na ocupação do estado. Para que a integração física se traduza em desenvolvimento regional efetivo, a primeira recomendação central é a estruturação de um plano diretor conjunto[6] para as dinâmicas urbanas e ambientais das cidades-gêmeas, especialmente no arco conurbado de Cobija-Brasiléia-Epitaciolândia e no nó estratégico de Assis Brasil-Iñapari-Bolpebra. A formulação de um plano diretor conjunto garantirá o melhor aproveitamento das oportunidades logísticas e produtivas, além de permitir que a gestão de recursos hídricos e a mitigação de desastres naturais face às inundações severas e cheias recorrentes do Rio Acre — que impõem desafios compartilhados críticos aos três países e afetam dramaticamente as áreas urbanas — sejam conduzidas com uma coordenação técnica que transcende as disputas políticas e jurisdicionais locais.

A elaboração dessas estratégias de ordenamento territorial integradas para as faixas de fronteira deve preservar, obrigatoriamente, as unidades de conservação e resguardar as populações tradicionais no longo prazo. Recomenda-se descrever e monitorar sistematicamente as unidades de conservação e terras indígenas por cidade-gêmea no entorno, garantindo que os eixos de infraestrutura não sirvam como vetores de pressão predatória. A consolidação da infraestrutura deve assegurar um desenvolvimento com a floresta em pé e adaptado para realidade local, reforçando o controle socioambiental para conter o avanço sobre o desmatamento e a cobertura florestal remanescente (que deve ser rigorosamente acompanhada por plataformas de monitoramento e evidências de satélite, a exemplo do MapBiomas[7]). Nesse sentido, o planejamento urbano-territorial integrado no arco Assis Brasil–Epitaciolândia–Brasiléia–Cobija deve ser pautado pela premissa de que a biodiversidade e a preservação do modo de vida seminômade e dos saberes ancestrais da população declarada indígena da região (como as áreas de isolamento no Peru e no Brasil) são ativos centrais, e não obstáculos, para a projeção geopolítica do estado.

6. Refere-se, aqui, a arranjos institucionalizados de diálogo que permitam o endereçamento mais efetivo de problemas compartilhados, assim como a identificação e o usufruto conjunto das oportunidades existentes constituindo uma espécie de plano diretor binacional. Nesse sentido, um bom referencial é o modelo de consórcio internacional de fronteira, existente entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Ainda que semelhante instrumento não possua força jurídica diante das legislações nacionais de cada país, seu potencial papel diretivo e orientativo auxiliaria no ordenamento da integração transfronteiriça.
7. O MapBiomas é uma rede global e multi-institucional, formada por universidades, ONGs e empresas de tecnologia que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos. Plataforma disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/o-projeto/

Recomenda-se enfaticamente que a legislação e os incentivos tributários fronteiriços sejam modernizados e equacionados de forma paritária. Deve-se incluir e regularizar administrativamente o município de Assis Brasil sob os regimes plenos da Área de Livre Comércio (Suframa), superando o atual e injustificado desnível que prejudica a localidade frente a Brasiléia e Epitaciolândia. Ao mesmo tempo, é urgente promover a regulamentação completa e a aplicação prática da isenção de impostos de importação em todo esse eixo, para viabilizar um ambiente atrativo ao comércio bilateral e aos serviços. A união dos incentivos gerados pela Área de Livre Comércio e a implementação das zonas de processamento de exportação devem atuar conjuntamente para potencializar o projeto da Zona Franca Verde[8]. O potencial da Zona Franca Verde é enorme para fixar bioindústrias locais, processar insumos da sociobiodiversidade, pescado, castanha e madeiras certificadas, garantindo que o Acre deixe de ser apenas uma via de passagem ou fornecedor de matérias-primas in natura para atuar como um polo gerador de valor agregado no modelo de Área de Livre Comércio e Zona Franca Verde.

No campo da educação, saúde e serviços, diante da expressiva demanda por serviços públicos e privados do outro lado da fronteira e da crescente circulação de estudantes brasileiros, é fundamental estabelecer acordos bilaterais de cooperação técnica entre o Brasil e a Bolívia (e futuramente com o Peru). Recomenda-se criar mecanismos para apoiar a qualificação estrutural dos cursos bolivianos e peruanos e, simultaneamente, atender à crônica carência de profissionais de saúde na Amazônia. Deveria ser avaliada a possibilidade de que cursos de medicina instalados nas cidades de fronteira — a exemplo das operações da Universidad Amazônica de Pando (UAP) em Cobija e no vilarejo de Bolpebra — sejam ofertados com suporte técnico-acadêmico de universidades públicas brasileiras. Mediante a validação de currículos conjuntos e padrões de ensino unificados, pode-se viabilizar a validade legal do diploma no Brasil, integrando os profissionais formados ao SUS de modo transparente e regulado.

No tocante à logística e à circulação, as evidências sugerem a urgente implantação de zonas aduaneiras e logísticas binacionais integradas, pátios de triagem, cadeias de frio e sistemas de conteinerização, além de infraestrutura de armazenagem e protocolos fito e zoossanitários compatíveis com a circulação de carnes frescas e refrigeradas e de pescado. Sem a eliminação desses gargalos burocráticos, a pavimentação viária perde eficiência. Para que a integração física seja bem-sucedida, exige-se governança, com participação privada e dos atores subnacionais. O fortalecimento institucional deve aglutinar as esferas estaduais, federais e a iniciativa privada, inserindo todo o arranjo viário num Anel de infraestrutura multimodal amazônico.

8. A Zona Franca Verde (ZFV) é um regime instituído pela Lei nº 11.898/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.597/2015, concedendo isenção de IPI para atividades de beneficiamento industrial em áreas de livre comércio (ALCs) da Suframa, com a condicionalidade de que se empreguem, predominantemente, matérias-primas regionais de origem animal, vegetal ou mineral.

Nesse desenho sistêmico, recomenda-se consolidar Manaus como grande articulador da região, unindo o transporte fluvial da Bacia Amazônica à fluidez da malha rodoviária acriana e ao Quadrante Rondon. Somente por meio de uma governança multinível contínua será possível garantir que a conectividade viabilizada pelas pontes sobre o Rio Acre e pelo Corredor Interoceânico promova de fato uma verdadeira complementaridade das cadeias de valor produtivo do Oeste brasileiro, assegurando o escoamento nacional e a projeção do Brasil ao Caribe e para o Pacífico. Assim, o Acre se consagra como o nó estratégico de união do bloco sul-americano, viabilizando exportações de grãos, carnes e produtos nativos com segurança institucional e rigoroso respeito à conservação da floresta amazônica.

Para reverter esse quadro e dinamizar a transformação local, a estruturação institucional de incentivos comerciais e fiscais é determinante. Do lado brasileiro, os municípios de Brasiléia e Epitaciolândia dispõem de Áreas de Livre Comércio (ALC) administradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), as quais, no entanto, ainda carecem de plena regulamentação para o aproveitamento de todo o seu potencial. Ao contrário do que ocorre em outras cidades-gêmeas amazônicas, ali jamais se aplicou integralmente a isenção do imposto de importação que poderia impulsionar a constituição de uma verdadeira Área de Livre Comércio e Fronteira Verde. Ainda assim, há benefícios destacáveis para o internamento de bens industrializados nacionais, o que tem estimulado fortemente o varejo local, principalmente no segmento de materiais de construção civil, atendendo tanto clientes brasileiros quanto bolivianos que cruzam a fronteira. Esse diferencial tributário gerado pela Área de Livre Comércio (Suframa) e os conceitos ligados à Zona Franca Verde geram enorme potencial atrativo para insumos e bioindústrias locais.

No intuito de atrair investimentos industriais de maior porte, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Acre, prevista na Lei nº 11.508/2007, oferece um conjunto ainda mais robusto de incentivos voltados à agregação de valor. Embora o marco legal já esteja em vigor há algum tempo, sua implementação prática permanece restrita, principalmente em razão do desconhecimento sobre o instrumento e das dificuldades de articulação entre as esferas públicas e privadas. A consolidação de regimes como a ZPE e o destravamento das normas de Área de Livre Comércio, poderiam transformar a região em um polo de bioindústria, servindo não apenas para o processamento de madeiras e castanhas, mas também alavancando cadeias alimentares prósperas.

Por fim, é importante tecer breves comentários acerca do instituto da Zona Franca Verde (ZFV), que se apresenta como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de uma indústria ancorada na bioeconomia da tríplice fronteira. O regime, estabelecido pela Lei nº 11.898/2009 e regulamentado pelo Decreto 8.597/2015, prevê, nas áreas de livre comércio (ALC) da Suframa, a isenção de IPI para bens produzidos majoritariamente com insumos regionais de origem animal, vegetal ou mineral, tanto na hipótese de consumo local como na de venda a outros pontos do território nacional. Embora o mecanismo

já esteja formalmente vigente, sua implementação ainda é restrita, o que decorre de desconhecimento por parte dos principais beneficiários e da dificuldade de estruturar cadeias de valor mais robustas em meio aos desafios elencados nos parágrafos anteriores.

Apesar do notório potencial, a ausência de classificações e tipificações aduaneiras específicas sobre a produção da bioeconomia, com uma abrangência que contemple adequadamente os insumos florestais e pesqueiros exclusivos da Amazônia, faz com que a catalogação oficial possua vastas lacunas. Essa invisibilidade estatística dificulta a formulação de políticas públicas de crédito e a negociação de acordos fito e zoossanitários com os países vizinhos.

Esta nota foi preparada no início de 2026 a partir de pesquisas de campo realizadas em todos os estados fronteiriços da Amazônia brasileira e também nos países vizinhos, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e bioeconomia no Arco Norte. Não se trata de um estudo exaustivo, mas de uma síntese inicial de reflexões que serão aprofundadas em documentos técnicos e em um livro a ser disponibilizado em www.ipea.gov.br/portal/americadosul. Em um contexto marcado pela crise da governança global, pela fragmentação regional e pela crescente disputa das grandes potências por recursos naturais — energéticos, minerais e biológicos —, a cooperação amazônica e as regiões de fronteira enfrentam novos e complexos desafios. Sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos vamos mais longe. Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento: integrados, estaremos mais protegidos e mais capazes de assegurar uma vida digna, compatível com a floresta em pé, nas fronteiras amazônicas. As políticas públicas precisam, portanto, avançar para uma visão integrada do desenvolvimento fronteiriço, articulando infraestrutura, ciência, inovação, cooperação internacional e valorização dos territórios e de suas populações. O fortalecimento da presença do Estado, em diálogo com atores locais e países vizinhos, é fundamental para transformar fronteiras em espaços de oportunidades, e não de vulnerabilidades. Nesse esforço coletivo, o Arco Norte pode se afirmar como um vetor estratégico de um desenvolvimento amazônico soberano, inclusivo e comprometido com a preservação da sociobiodiversidade.

Foto: Marcos Vicentti - Coleta de Castanha

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

As publicações, documentos técnicos e demais informações relacionadas ao projeto encontram-se disponíveis no **site oficial** do Projeto Fronteiras da Amazônia, ampliando o acesso público aos conteúdos produzidos e fortalecendo a transparência do processo.

Acesse:

Execução

instituto brasileiro de administração municipal

Realização

IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Apoio:

Execução:

Realização: